DO SAPECADO À TERRA DO DIVINO

Histórias de Divinolândia

Treze capítulos, do século XVIII aos dias de hoje

Reunido por André N. Darcie

DIVINOLÂNDIA · SÃO PAULO · 2026

Versão em PDF de 8 de novembro de 2026. A versão mais nova está em
andredarcie.github.io/historias-de-divinolandia

Sobre este livro

Este é um livro aberto sobre a história de Divinolândia, a antiga Sapecado, no interior de São Paulo. Ele é escrito aos poucos, um capítulo de cada vez, a partir do que se consegue encontrar em fontes públicas: documentos oficiais, revistas de história e genealogia, jornais, sites das cidades vizinhas e a memória que os moradores publicam.

Os capítulos seguem a ordem do tempo, do sertão do século XVIII aos dias de hoje. Toda afirmação tem uma nota com a sua fonte, e as fontes ficam no fim de cada capítulo, com o endereço para quem quiser conferir. Onde as fontes se calam, o texto diz que não sabe.

Os temas seguem, de perto, o índice de *Divinolândia... Nos Caminhos do Tempo*, o livro que Válter Roberto Lopes e Orlanda Maria Grespan de Faria publicaram em 1991: ela pesquisou e reuniu os dados, ele escreveu o texto, como conta o prefácio. O livro não está digitalizado; as páginas que já foram lidas para esta edição vieram de fotografias de um exemplar.

Como este livro foi feito

A busca. Para cada tema, procurou-se na internet tudo o que fosse público e verificável sobre Sapecado e Divinolândia, e sobre as cidades em volta quando o assunto passava por elas: documentos coloniais publicados (como os da *Revista do Arquivo Público Mineiro* e do Arquivo Histórico Ultramarino), jornais antigos na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, almanaques, o recenseamento de 1872, artigos de genealogia da *Revista da ASBRAP*, teses e dissertações, mapas antigos do acervo da UFMG, dados do IBGE, da Fundação Seade e da Justiça Eleitoral, sites da prefeitura, das paróquias e das cidades vizinhas, registros do FamilySearch e o que os moradores contam em páginas e redes sociais.

A leitura. Cada fonte foi lida no original sempre que possível, e não só no resumo de quem a citou. Dos textos digitalizados, foram lidas as páginas que tratam do assunto. De páginas escaneadas sem texto, foi lida a imagem de cada

página. O livro de 1991 foi lido nas fotografias de um exemplar. Quando uma fonte só pôde ser vista no trecho que os buscadores mostram, a nota diz isso.

A escrita. Só entra no texto o que alguma fonte afirma, e cada afirmação leva o número da sua nota. Números e citações são copiados como estão na fonte, e as contas feitas para este livro são ditas como tais. Quando duas fontes discordam, o texto mostra as duas. Quando nenhuma responde, o texto diz que não sabe, em vez de supor. Memória de morador e post de rede social aparecem como o que são, com a indicação de onde vieram. Não se publicam dados pessoais de pessoas vivas que não sejam figuras públicas.

A conferência. Depois de escrito, o livro inteiro foi conferido de novo, frase por frase, contra as fontes, e o que estava impreciso foi corrigido. A última revisão completa foi feita em novembro de 2026.

As ferramentas. A pesquisa, a leitura das fontes e a redação foram feitas por André N. Darcie com a ajuda de um assistente de inteligência artificial (Claude, da Anthropic), que buscou, leu e transcreveu as fontes e propôs o texto. Por isso a regra das notas é estrita: qualquer leitor pode abrir a fonte e conferir o que foi dito.

Os limites. Ficou de fora o que não está público: arquivos de cartório e de paróquia que não foram digitalizados e a memória de quem nunca a escreveu. Quem tiver documentos, fotografias ou correções pode ajudar a completar o livro.

Primeira edição, em construção · novembro de 2026

Sumário

1. Antes de Sapecado 5
O sertão, o quilombo, o ouro e o pouso dos tropeiros

2. As fazendas e a escravidão 27
Do quilombo do Careca aos colonos do café

3. Os imigrantes 43
Mascates, colonos e padeiros no Rio do Peixe

4. O tempo dos coronéis 49
As famílias da política da freguesia

5. A vida na vila 54
Caminhos, comércio, festa e futebol

6. As primeiras letras 58
Da cadeira de 1865 ao ginásio de 1963

7. Quando a guerra chegou 66
Sapecado na Revolução de 1932

8. O clima que curava 74
O sanatório de Sapecado e o Hospital Regional

9. A batata e o café 82
Da capital da batata ao café de montanha

10. De Sapecado a Divinolândia 86
A emancipação e os primeiros prefeitos

11. A matriz e o padre Ladislau 93
A fé do Divino Espírito Santo

12. Os bairros 103
Campestrinho, Três Barras, Pontal e os nomes da serra

13. Divinolândia hoje 113
A cidade que a história deixou

CAPÍTULO 1

Antes de Sapecado

O sertão, o quilombo, o ouro e o pouso dos tropeiros

A informação mais antiga encontrada sobre o lugar que hoje é Divinolândia não fala de uma cidade, nem de uma fazenda, nem de uma capela. Fala de um sertão. No século XVIII, a região fazia parte do chamado Campo Grande, uma área extensa entre o sul de Minas Gerais e o nordeste de São Paulo, pouco povoada, com água em abundância e distante das vilas mais importantes, onde se formaram vários quilombos e por onde passaram as expedições enviadas para destruí-los·.

OS POVOS DO SERTÃO

Quem eram os primeiros habitantes daquelas serras, as fontes publicadas não dizem com precisão. O que se sabe é que, no século XVIII, os Caiapó percorriam uma área enorme do interior paulista e mineiro. Em 1772, o governo da capitania foi avisado de um ataque caiapó a moradores num sítio chamado Capão, perto do rio Jacuí, na divisa entre São Paulo e Minas, com casas incendiadas; e cartas do governador Morgado de Mateus, da mesma época, queixam-se de que eles perturbavam as campanhas do Mogi-Guaçu[3]. A fonte não diz onde exatamente ficava o Capão.

Há indícios mais próximos. Em 1924, o jornal *A Sentinella*, de Caconde, publicou na edição do centenário da cidade que o coronel Manoel Rodrigues da Costa, fazendeiro nos campos de Caldas, contava ter encontrado mais de uma vez, nas suas caçadas dos anos de 1820 e 1830, "nas cabeceiras e vertentes no Rio do Peixe", em terras então da freguesia de Caconde, grupos de índios caiapós que faziam colheita de pinhão; ô mesmo jornal dizia que nos arredores de Caconde se tinham achado tacapes e pedaços de urnas indígenas, e que os

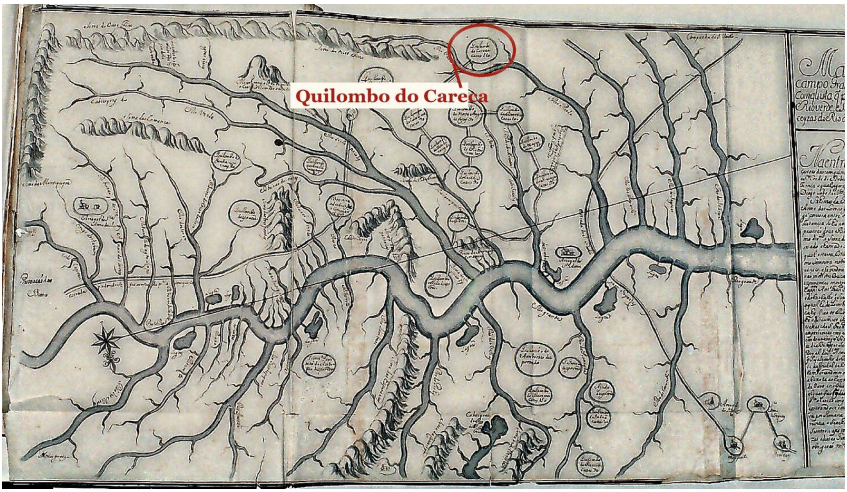
quilombolas, "negros fugidos", viviam às vezes junto com os índios. Nos bairros de Vargem Grande e do Quilombo, moradores entrevistados pela pesquisadora Marjorie de Faria lembram que os avós falavam de "índios amoitados" na mata[25]. São relatos de memória, não de arqueologia, e não se sabe se esses grupos chegaram a viver no território do atual município ou só o percorriam: isso ainda está por pesquisar.

O QUILOMBO DO CARECA

A povoação mais antiga de que se tem notícia na região do atual município é, segundo pesquisadores, um quilombo. O mapa da expedição de 1759, conhecido por uma cópia de 1765, registra um quilombo chamado Careca, e o pesquisador Tarcísio José Martins o identifica com o que documentos posteriores chamam de Quilombo das Cabeceiras do Rio Pardo·. Fazia parte de uma rede de núcleos quilombolas (o mesmo mapa marca 24) espalhados pelo chamado Campo Grande, entre o sul de Minas e o nordeste paulista[2].

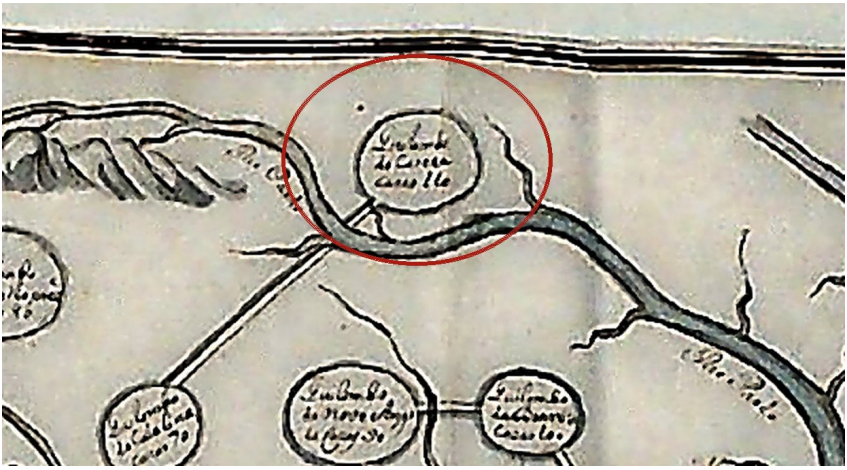
Os registros conhecidos foram produzidos pelos que o atacaram e pelos seus descendentes. O mapa do capitão Antônio Francisco França anota 220 casas no Careca, o maior número de casas daquele mapa; testemunhas ouvidas por volta de 1800, num processo movido pelo neto de Bartolomeu Bueno do Prado, falam em 197 casas, todas barreadas, isto é, de barro, e, segundo algumas, de beira alta. Em 1759, a expedição de Bartolomeu atacou os quilombos da região; segundo a leitura de Martins, o Careca é o quilombo que ela incendiou, e, ainda segundo ele, um ato de posse eclesiástica de 28 de outubro daquele ano menciona o "Careco" e "mais sertões adjacentes ao rio Pardo"[1]. Não se sabe quantos morreram, quantos foram presos nem quantos escaparam, e nenhum nome de morador chegou até nós.

O mapa é o "Mapa de todo o Campo Grande", desenhado para a entrada do capitão Antônio Francisco França por ordem do Conde de Bobadela e conhecido por uma cópia de 1765, manuscrita e aquarelada, de 43 por 89,5 centímetros, guardada no Instituto de Estudos Brasileiros da USP. Dos 24 quilombos que ele marca, 15 trazem o número de casas, 1.637 ao todo, e o Careca, com 220, é o maior deles·.



O "Mapa de todo o Campo Grande", cópia de 1765 do mapa feito para a expedição de 1759 (Instituto de Estudos Brasileiros da USP, YAP-023-016), com o Quilombo do Careca circulado em vermelho. Domínio público; imagem do mapa reproduzida no site de Tarcísio José Martins, com contraste e nitidez realçados e a marcação feitos para este livro; toque na imagem para abrir em tamanho maior no site[22].

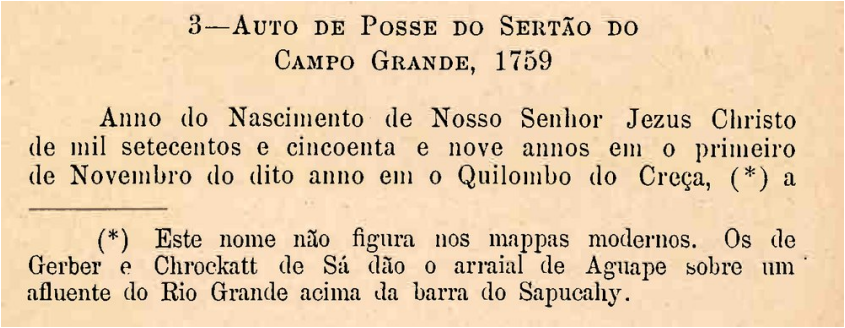
No mapa, o Careca está no alto, num oval com a inscrição "Quilombo do Careca, casas 220", desenhado dentro de uma curva do rio que, mais adiante, parece levar a legenda "Rio Pardo", junto à foz de um pequeno córrego; um caminho o liga aos quilombos da Cala Boca e do Cascalho[22].



Detalhe do mesmo mapa: o oval do "Quilombo do Careca, casas 220", na curva do rio, com o caminho que desce para os outros quilombos[22].

Costuma-se ligar ao Careca também um auto de posse de 1º de novembro de 1759, publicado em 1896 pelo Arquivo do Estado de São Paulo a partir de cópias registradas na secretaria do governo paulista. Segundo o texto, o padre João Corrêa de Melo, capelão da expedição e vigário da vara "das conquistas, e Certão do Campo grande, e Rio grande abayxo, e desde o de agoapé até a barra de Sapucahy", tomou posse "de todas aquellas conquistas, e terras vertentes a ellas" para o Bispado de Mariana e, nos dias seguintes, fez atos paroquiais, "dizendo Missas, e administrando os Sacramentos", diante de Bartolomeu Bueno do Prado, do capitão Francisco Luís de Oliveira e de Marçal de Lemos de Oliveira; o escrivão foi Manuel Carneiro Basto[17]. Mas, no texto publicado, o lugar não é o Careca: o auto foi lavrado "em o Quilombo do Creça". A versão que circula na internet, que lê "no Quilombo do Careca", não diz de onde foi copiada. O editor de 1896 anotou que o nome Creça não aparecia nos mapas e que todas as localidades daqueles documentos ficavam ao norte do Rio Grande ou entre ele e o Sapucaí; se isso valer também para o Creça, ele ficava em Minas, longe do Rio Pardo[17]. Pode ser que "Creça" seja uma leitura errada de "Careca", mas só o manuscrito resolveria. Martins, que chama o capelão de "padre preto João Correia de Melo", cita ainda um ato de 28 de outubro em que aparecem o "Careco" e o rio Pardo; esse documento não foi publicado nem localizado[18]. Por isso, não se pode afirmar que houve

missa no Careca.



3—Auto de Posse do Sertão do Campo Grande, 1759

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil setecentos e cincoenta e nove annos em o primeiro de Novembro do dito anno em o Quilombo do Creça, (*) a

(*) Este nome não figura nos mappas modernos. Os de Gerber e Chrockatt de Sá dão o arraial de Aguape sobre um afluente do Rio Grande acima da barra do Sapucahy.

O começo do auto de posse de 1759 na edição de 1896 do Arquivo do Estado de São Paulo (*Documentos Interessantes*, v. XI, p. 60), com o nome impresso "Quilombo do Creça" e a nota do editor: "Este nome não figura nos mappas modernos". Publicação de 1896, em domínio público; digitalização do repositório da UNESP[17].

Um estudo do Instituto Federal do Sul de Minas, que comparou os mapas e os livros paroquiais da região entre 1760 e 1824, mostra quão pouco ficou. Na antiga freguesia do Rio Pardo, a de Caconde, os únicos nomes de quilombo encontrados são o "Quilombo do Careca", no mapa, e o "Quilombo das Cabeceiras do Rio Pardo", no requerimento de 1800 de Vicente Ferreira de Paiva Bueno, neto de Bartolomeu, hoje no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa; os livros da paróquia não guardaram nenhum outro[19].

O requerimento de 1800 era um pedido de recompensa. Vicente pedia ao príncipe regente a promoção a sargento-mor, com soldo, a propriedade do ofício de escrivão das guias da Vila da Campanha, que rendia 300 mil-réis por ano, e o de escrivão dos órfãos para um irmão, alegando que a família estava "em total ruína pelos gastos que seus avós fizeram no serviço do Estado". Para provar os serviços do avô, apresentou testemunhas, que juraram sobre itens redigidos por ele mesmo; quanto maior a conquista, maior o merecimento. Das quinze testemunhas, pelo menos sete repetem, quase com as mesmas palavras, que o quilombo das Cabeceiras do Rio Pardo tinha 197 casas "todas barreadas"; três delas acrescentam "e de beira alta"[18]. Martins, que transcreveu o documento, aponta nele afirmações falsas: Bartolomeu não pagou a expedição "de sua própria fazenda", como diz o neto; segundo Martins, o

governador de Minas forneceu as tropas, as armas, as munições e os mantimentos, com uma contribuição anual das câmaras das vilas. E os próprios funcionários da Coroa desconfiaram: em 1801, uma informação mandada de Vila Rica, a capital de Minas, dizia não conhecer ordem que permitisse a promoção, e uma nota à margem chamou o pedido de "exótico", feito "por alegar serviços dos seus maiores provados somente com uma inquisição de testemunhas"[18].

Os dois números do Careca, as 220 casas do mapa e as 197 da petição, vêm portanto do lado que atacou ou de quem queria ser premiado pelo ataque. Ninguém de fora os conferiu. O que se pode dizer com segurança é que, para quem o destruiu, o Careca era um quilombo grande, de cerca de duzentas casas.

ONDE FICAVA?

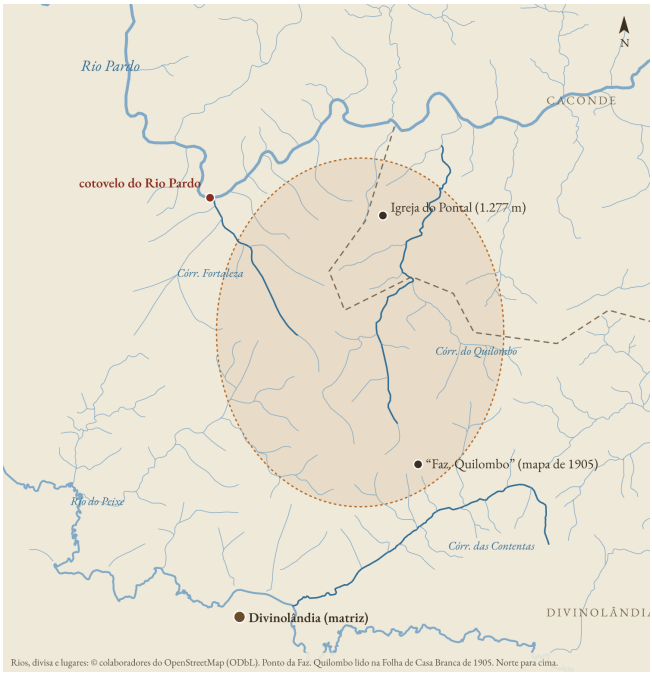
O lugar exato ninguém sabe: nenhum documento conhecido o dá, e só a arqueologia poderia confirmá-lo. Mas três tipos de pista apontam para a mesma faixa de terra, entre a cidade de hoje e o Rio Pardo.

A primeira é o caminho. Martins descreve o quilombo atacado na margem esquerda do Rio Pardo, "onde esse rio faz um grande cotovelo à direita, entre dois ribeirotes, ficando nas nascentes do primeiro deles"[1]. Posta sobre o mapa de hoje, a descrição se encaixa. Descendo de Caconde para São José do Rio Pardo, a curva mais fechada para a direita fica dentro de Divinolândia, perto da divisa com Caconde, onde o rio vira cerca de cem graus; e é bem ali que chegam ao rio, pela margem esquerda, dois córregos lado a lado, um deles o Córrego Fortaleza, que nasce a uns seis quilômetros ao norte da cidade[20].

A segunda são os nomes. Perto dali corre o Córrego do Quilombo, que nasce em Divinolândia e desce para o norte, rumo ao Rio Pardo; e a folha topográfica de 1905 marca, a cerca de um quilômetro da cabeceira dele, uma "Faz. Quilombo". Bem na divisa com Caconde, no alto do Morro do Pontal, a 1.277 metros, fica a capela onde se reza, todo 3 de maio, a missa de Santa Cruz, com bases "erguidas sobre pequenos muros de pedras", segundo Marjorie de Faria, que aponta a área como possível local do quilombo. Na

pesquisa de 2014 ela diz que a capela fica num bairro chamado Quilombo; na versão revista, de 2019, situa a festa no bairro rural de Vargem Grande, vizinho do bairro do Quilombo·[20]. Segundo ela, Martins põe o Careca em Divinolândia, "nas proximidades do bairro rural chamado Quilombo"; num mapa feito para a sua dissertação de 2018, ela marca em vermelho essa área provável, junto às antigas fazendas Fortaleza, Jaboticabal, Bocaina e Contendas, aos bairros do Quilombo e de Pirapitinga e ao Pontal; a fazenda Fortaleza tem o mesmo nome do córrego que chega ao Rio Pardo no grande cotovelo. Ela mesma registra que, na pesquisa de campo, não foi possível achar vestígios do quilombo, o que dependeria de arqueologia; a memória dos moradores fala de negros fugidos da escravidão na região do bairro do Quilombo, sem que se possa dizer em que época[25].

A terceira é a memória. Segundo Martins, citado pela mesma pesquisa, há perto dali um "cemitério de índio", com uma capela construída para que os plantadores de cebola e de batata não voltassem a arar o terreno, onde se viam crânios e ossos humanos; a pesquisa sugere que ali, "possivelmente sob a capelinha nas nascentes do córrego das Contendas", esteja uma vala comum dos mortos do quilombo[1]. As nascentes das Contendas ficam a pouco mais de dois quilômetros da cabeceira do Córrego do Quilombo, e a "Faz. Quilombo" de 1905 aparece entre as duas·.



As pistas do quilombo do Careca. A elipse é uma delimitação aproximada, feita para este livro, da área onde as pistas se concentram; não marca um local comprovado. Mapa feito com dados do OpenStreetMap (© colaboradores do OpenStreetMap, licença ODbL) e a "Faz. Quilombo" lida na Folha de Casa Branca de 1905·.

Nada disso é prova. A descrição do caminho é a leitura que Martins faz dos documentos da expedição, e "à direita" pode ter outro sentido no original; nomes como Quilombo podem ter nascido depois; e a memória do "cemitério de índio" nunca foi examinada. Mas as três pistas se juntam numa área de poucos quilômetros, ao norte e a nordeste da cidade, e é por ela que uma pesquisa arqueológica teria de começar.

O que procurar se sabe por um quilombo do Campo Grande que já foi escavado: o do Ambrósio, em Ibiá, Minas Gerais, pesquisado por Carlos Magno Guimarães, da UFMG. Lá, numa área de um hectare e meio cercada em boa parte por um fosso em forma de ferradura, apareceram blocos de barro vermelho das paredes de pau-a-pique, com marcas de dedos, pisos de barro alisado, carvão do incêndio que destruiu o quilombo, cachimbos de cerâmica decorados, favas e parte de uma espiga de milho; não havia telhas, e a

cobertura devia ser de folhas de palmeira. Também lá sobreviveram um Córrego do Quilombo e um Morro do Espia, que a tradição oral liga ao quilombo[23]. As testemunhas de 1800 dizem que as casas das Cabeceiras do Rio Pardo eram "barreadas", e Martins diz que o Careca foi incendiado·. Se for assim, os sinais no chão seriam parecidos: barro queimado e carvão, que um arado ou uma sondagem podem trazer à superfície.

O CAMPO GRANDE

"Campo Grande" não era uma vila nem uma comarca, e não tem nada a ver com a capital de Mato Grosso do Sul. Era o nome que os papéis do século XVIII davam a um sertão enorme e mal conhecido. A historiadora Karen Pessoa Freire o descreve como a zona entre os rios Grande, São Francisco e Paranaíba. Seus limites eram mal definidos, porque os colonos pouco o conheciam, e ele ficava na fronteira entre as capitanias de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, fora do controle efetivo de qualquer uma delas[29]. O título do próprio mapa de 1765 dá a medida: "Mapa de todo o Campo Grande tanto da parte da Conquista, que parte com a Campanha do Rio Verde e S. Paulo, como de Piuí, Cabeceiras do Rio de S. Francisco e Goiases"[22]. Num estudo de cartografia histórica, pesquisadores da PUC Minas situam essa área, no mapa de hoje, no Triângulo Mineiro, no sul, no sudoeste e no centro-oeste de Minas Gerais e em partes do nordeste de São Paulo[2].

Como não havia divisa, a melhor forma de saber que cidades de hoje ficam no antigo Campo Grande é ver onde ficavam os quilombos. Tarcísio José Martins tentou localizar cada um dos 27 núcleos que reconstituiu, e as cidades que ele aponta se espalham do sul de Minas ao Alto Paranaíba e chegam à divisa com São Paulo[18]:

No sul de Minas, junto do Rio Grande: Carmo da Cachoeira, Nepomuceno, Três Pontas, Campos Gerais, Alterosa, Cristais, onde ele põe a primeira povoação do Ambrósio, e Guapé.

No centro-oeste e no Alto São Francisco: Formiga, Luz, Bambuí, Tapiraí, Medeiros e a região de Santa Rosa da Serra e Campos Altos.

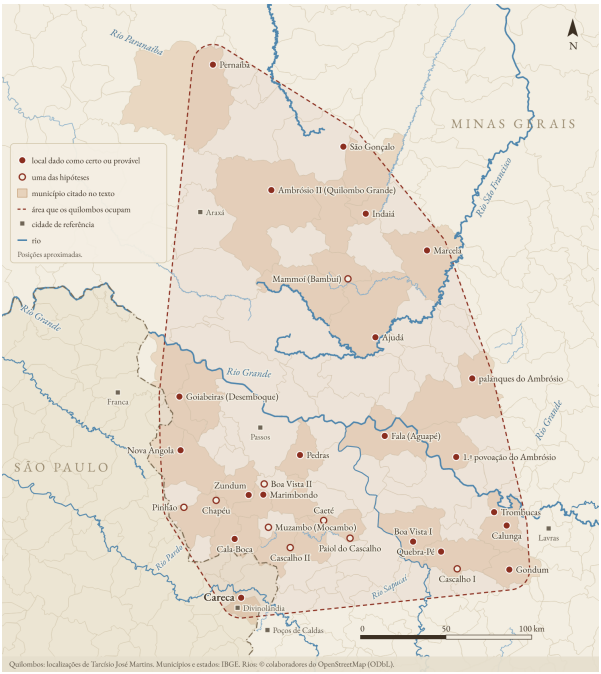
No Alto Paranaíba: Patrocínio, São Gotardo e Ibiá, onde ficava o

segundo Quilombo do Ambrósio, o que foi escavado.

No sudoeste de Minas, perto de São Paulo: Alpinópolis, Ibiraci, Cássia, Capetinga, São Sebastião do Paraíso, São Tomás de Aquino, Guaranésia, Guaxupé, Jacuí, São Pedro da União, Monte Santo de Minas, Nova Resende, Muzambinho e Monte Belo.

Em São Paulo: Divinolândia, onde Martins põe o Quilombo do Careca, o maior de todos.

Essa lista não marca fronteiras. Ela só mostra onde havia gente aquilombada, e o sertão em volta, entre um quilombo e outro, também era Campo Grande. Várias das localizações o próprio Martins apresenta como hipóteses, e algumas são discutidas por outros pesquisadores, como a das duas povoações do Ambrósio·. Mas o desenho geral é claro: Divinolândia fica na ponta paulista desse sertão.



O Campo Grande no mapa de hoje: onde Tarcísio José Martins localiza cada quilombo, com os municípios citados no texto em destaque. Os pontos cheios são os locais que ele dá como certos ou prováveis; os vazados, uma das hipóteses que ele levanta. A linha tracejada só envolve os pontos e não é uma fronteira. As posições são aproximadas, desenhadas para este livro a partir das descrições do autor, como "a noroeste de Nepomuceno"; para as Goiabeiras, a Nova Angola e o Caeté, ele dá as coordenadas.; toque na imagem para abrir em tamanho maior no site·.

O OURO DE CACONDE

Poucos anos depois do ataque, veio o ouro. Segundo a crônica local de Caconde, em 1765 o capitão Pedro Franco Quaresma explorava ali o ouro, provavelmente como descobridor das minas, e muitos povoadores vieram atrás das minas. Em volta de uma capela de Nossa Senhora da Conceição formou-se uma freguesia, que o IBGE registra como distrito criado em 1775, no termo de Mogi Mirim. O nome Caconde, segundo a mesma fonte, é de origem africana, ligado a uma região de Angola, e teria sido dado pelos quilombolas que viveram ali antes do ouro[4].

Os papéis do governo de São Paulo, publicados em 1896, contam a descoberta de perto. Em 20 de agosto de 1765, o sargento Jerônimo Dias

Ribeiro, do registro de Itapeva, na estrada de Goiás, avisou de "hum novo descuberto, que se acha nas vertentes, ou cabeceiras do Rio Pardo, que fica na comarca de S. Paulo": o descobridor dizia ter tirado de um buraco "quatro oytavas e meya de ouro bem grosso". Quem correu primeiro foi o lado mineiro: do arraial do Desemboque partiram o comandante, o capitão-mor, o vigário e os mineiros, que, depois de treze dias de viagem, tomaram posse "por parte das Geraes"[17]. São Paulo respondeu em 2 de outubro, quando o capitão Ignácio da Silva Costa tomou posse do descoberto de Nossa Senhora da Conceição em nome do governador paulista, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus[24]. O ouro, desde o começo, parecia pouco: as bateadas de que o sargento soube davam um ou dois vinténs, e o próprio governador escreveu que, pelas notícias, o descoberto seria "de lemitação"[17].

Pouco ou muito, o ouro estava numa divisa que ninguém sabia onde passava. Minas dizia que aqueles sertões eram seus: em 1765, o governador mineiro, Luiz Diogo Lobo da Silva, lembrava que o Conde de Bobadela tinha "evacuado dos Negros quilombados" o Campo Grande e os descobertos vizinhos, à custa das comarcas de Minas. São Paulo queria a divisa no Rio Sapucaí e reclamava que o ouro tirado ao sul dele se confundia com as cem arrobas que os mineiros pagavam ao rei todo ano, de modo que o quinto se perdia[17]. Em 1767, o Morgado de Mateus escrevia que Minas tinha "uzurpado todo o certão" e os seus descobertos, onde se vivia sem justiça, num "Quilombo de criminozos para onde todos se retirão"[17].

E havia uma ordem que hoje parece estranha. Quando chegou a São Paulo, o Morgado de Mateus trouxe instruções do rei para não permitir novos descobertos de ouro, e por isso mandou um destacamento de infantaria impedir a mineração do Rio Pardo, "junto da estrada q'. vay desta Capitania para Goyazes"; o rei aprovou e mandou continuar. A tropa ainda estava lá em 1767, mas, segundo o governador, do lado mineiro as diligências continuavam [17]. Em 1771, quando o governador de Minas, o Conde de Valadares, mandava repartir aquelas terras aos seus, São Paulo mudou de rumo: a câmara da capital pediu que as minas do Rio Pardo e de Jaguari fossem repartidas entre os

paulistas, "attendendo a sua pobreza", e em 7 de outubro o governador mandou o coronel Francisco Pinto do Rego ir aos descobertos, repartir as terras minerais e pôr registros nas passagens, tudo "sem violência, ou alteração dos Povos"[17]. O nome Caconde já aparece em papéis daquele ano[17]. Em 1775 vieram a freguesia, criada pelo bispo de São Paulo, D. Frei Manuel da Ressurreição, e o Registro de São Mateus, que cobrava as entradas de quem seguia para Minas·.

Em 1784, o comandante desse registro contava ao governador que chegavam mineiros de fora e se instalavam no Rio Pardo e no ribeirão do Bom Jesus, mas que as lavras eram "de tres athe coatro vinténs", e que os guarda-mores de Minas ainda tentavam dar terras do lado paulista, que ele mandava abandonar[17]. O comandante se chamava Jerônimo Dias Ribeiro, como o sargento que, vinte anos antes, dera a notícia do descoberto; ao que tudo indica, era o mesmo homem.

O ouro não acabou com os quilombos da região. Em 5 de junho de 1784, o governador de São Paulo, Francisco da Cunha e Menezes, mandou esse mesmo comandante prender "todos os negros de Quilombo". Em 8 de novembro, ele respondeu que não tinha conseguido, "por terem os ditos negros quem os avizace", e que eles andavam "entre esta povoação, e a do Cabo Verde"[17]. Vinte e cinco anos depois do ataque ao Careca, ainda havia gente aquilombada na região, e alguém que a avisava. A carta não diz quantos eram nem de onde tinham vindo.

O povoado mudou de lugar conforme o ouro aparecia e sumia: das margens do ribeirão São Mateus para o Bom Sucesso e depois para o Bom Jesus. Por volta de 1804 as minas se esgotaram de vez, os moradores foram embora, e o sertão do Rio Pardo ficou de novo quase deserto·.

OS MINEIROS CHEGAM

O vazio durou pouco. A partir de cerca de 1810, famílias vindas de Minas Gerais começaram a se apossar das terras da antiga freguesia, com pedidos de sesmarias e desentendimentos entre os ocupantes[5]. Caconde foi refundada em 1822, quando Miguel da Silva Teixeira doou um patrimônio para a nova povoação, e a região passou a viver da criação de gado, até o café chegar em meados do século[4].

É nesse movimento que aparece o nome do Rio do Peixe, na menção mais antiga encontrada até aqui. Em 1834, Pedro Martins do Amaral e Maria Thereza de Jesus, junto com a família Silva Pereira e Gabriel da Silva Teixeira, doaram terras, parte delas da Fazenda do Rio do Peixe, para formar o patrimônio de uma capela ao Divino Espírito Santo, que ainda não estava construída[6]. Em 1835, o censo de Caconde já registrava moradores no bairro do Rio do Peixe, entre eles os filhos do capitão Antônio Gomes de Oliveira, vindo de Campo Belo, em Minas[7]. Em 1841, uma moradora do bairro foi enterrada no cemitério do Espírito Santo[8].

O livro de 1991 descreve esse povoamento sem citar documentos. Antes da capela, dizem os autores, a região era coberta de matas, cortadas por caminhos estreitos que levavam a Caconde, por onde se viajava a cavalo, de carabina a tiracolo; os primeiros que ficaram erguiam ranchos e choças, demarcavam terras "que eram de ninguém" e plantavam para comer. Com eles vieram também posseiros que tomavam as propriedades que lhes agradavam, chegando a exterminar famílias inteiras, ou se instalavam pela força das armas, "porque quase ninguém tinha a posse das terras formalizada"[28].

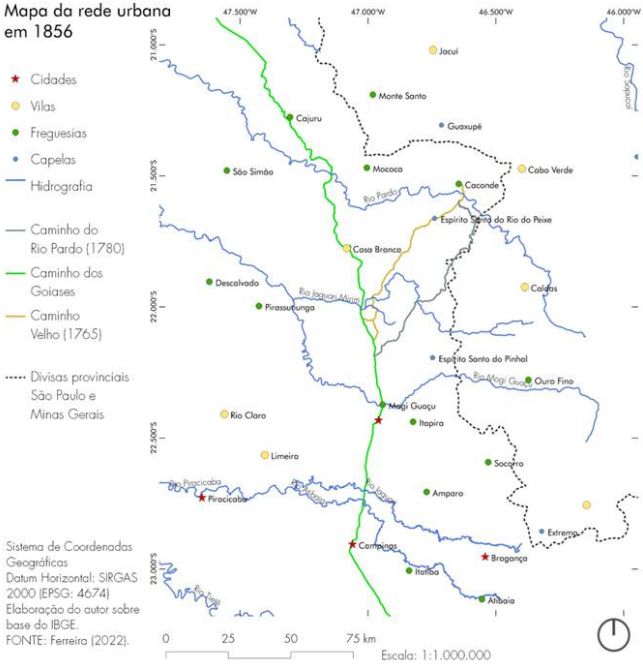
A CAPELA E O POUSO

Em 1843, o capitão Tomás José de Andrade, outro mineiro, obteve a licença para erguer a capela do Espírito Santo do Rio do Peixe[8]; o livro de 1991, com base na *Memória da Cidade de Caconde*, de Adriano Campanhole, o chama de primeiro presidente da Câmara Municipal de Caconde[26]. Em 1845, a Justiça de Casa Branca deu posse do patrimônio à capela, numa cerimônia descrita como mansa e pacífica, sem oposição de ninguém[6]. Em 1855, os moradores pediram que a capela tivesse padre próprio: diziam que ela fora erguida havia mais de doze anos e que a população tinha passado de quatrocentas para duas mil almas[6].

Os papéis desse processo, guardados no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, foram transcritos numa tese de doutorado de 2022 e contam a obra passo a passo. Em 7 de novembro de 1843, Tomás José de Andrade e os "moradores do Bairro do Rio do Peixe" pediram ao bispo licença para erguer a capela, dizendo que o lugar estava "bastante adiantado em população". A provisão saiu no dia seguinte e mandava fazê-la "em lugar alto, livre de umidades", "com âmbito em volta para poderem andar procissões". Em 27 de março de 1844, o vigário de Caconde informou que a capela-mor já estava "concluída por dentro e por fora, e com altar mor"; do corpo da igreja, havia grande parte do madeiramento pronta. Em junho, o bispado publicou o edital do patrimônio, num terreno na "paragem denominada São Domingos do Rio do Peixe", doado pelos herdeiros de Manoel da Silva Pereira e por Pedro Martins do Amaral, os mesmos nomes da doação de 1834. Tudo indica que essa capela ficava onde está a matriz de hoje, como se vê no capítulo 11.

Foi nessa época que nasceu o nome que ficaria. Por volta de 1850, havia à margem do Rio do Peixe um rancho onde pernoitavam os tropeiros que iam de Caconde para a vila de Casa Branca. Um incêndio queimou o rancho e as terras em volta; um novo rancho foi erguido, e o lugar passou a ser conhecido como Pouso do Sapecado. A tradição oral conta o incêndio com um culpado: alguém, um tropeiro, segundo uma das versões, teria esquecido o fogo aceso, e o fogo sapecou o rancho em que ele se abrigava. O livro de 1991 conta o rancho e a capela juntos, "contemplando o curso das águas", e chama a causa

do incêndio de "ignorada": provavelmente um tição de fogo esquecido num canto do rancho, que o vento atiçou depois da partida dos tropeiros[26].



A rede de povoações em 1856, com o Espírito Santo do Rio do Peixe marcado como capela entre Caconde e Casa Branca, junto do Caminho Velho (1765) e do Caminho do Rio Pardo (1780). Mapa de Rafael A. S. Ferreira na *Almanack* (2023), licença CC BY 4.0[16].

As datas da capela variam conforme a fonte. O livro de 1991, de Válter Roberto Lopes e Orlanda Maria Grespan de Faria, diz que ela foi benta em setembro de 1844 e curada, isto é, ganhou padre próprio, em 25 de janeiro de 1858, por D. Sebastião Pinto do Rego, bispo de São Paulo; o IBGE dá a mesma data e o mesmo bispo. Mas D. Sebastião só se tornou bispo de São Paulo em 1861; em 1858, o bispo era D. Antônio Joaquim de Melo. A data ou o nome do bispo está errado[27]. O estudo que leu o processo de 1855 registra a capela curada em 1856[11], e a genealogia dos Ribeiro da Cunha, que diz citar o livro de 1991, fala em janeiro de 1845, o que o livro não diz[14]. O livro de 1991 traz ainda um documento que antecipa a vida da capela: entre os papéis do arquivo da casa paroquial, em péssimo estado, que Orlanda restaurou, há um registro de batizado feito nela em 1844 e assinado pelo cura João Domingos

Figueira, data que, notam os autores, "parece destoar" da que se conhecia para a fundação[26].

O passo seguinte foi a freguesia. Em 27 de janeiro de 1865, o major Antônio Tomás de Andrade e a mulher, Mariana Leopoldina da Costa, doaram terras à Igreja para formar a paróquia; a Lei provincial n.º 25, de 28 de março de 1865, criou a freguesia do Espírito Santo do Rio do Peixe, ligada a Caconde, e em 12 de janeiro de 1866, por provisão do bispo D. Sebastião Pinto do Rego, foi criada a paróquia·[9]. A genealogia dos Ribeiro da Cunha põe a lei em 28 de fevereiro[14]. Outra capela veio depois: a de Nossa Senhora do Rosário, fundada em 1879 por Manoel Pereira da Silva, que recebeu em 1881 duas partes de terra doadas por Joaquim Pio de Andrade e a mulher, Francisca Maximiana da Costa. O mesmo Manoel Pereira da Silva doou ao Divino Espírito Santo terras à margem do Rio do Peixe, "vinte e tantos alqueires", como diz a escritura, sem o número exato·. O nome do pouso, Sapecado, só se tornaria oficial em 1938, e o de Divinolândia em 1953[9].

O QUE AINDA FALTA SABER

Não se sabe quem vivia nessas serras antes do século XVIII, nem se há vestígios indígenas no território. A localização e a história do quilombo do Careca dependem de arqueologia e de achar os manuscritos de 1759: o do auto de posse de 1º de novembro, publicado em 1896 com o nome "Creça", e o do ato de 28 de outubro citado por Martins. Também não se encontraram os pedidos de sesmaria das terras do Rio do Peixe nem a escritura original da doação de 1834, que podem estar nos arquivos de Caconde, de Casa Branca e do Estado.

NOTAS E FONTES

1. FARIA, Marjorie Prado Junqueira de. *O Quilombo do Careca: o silêncio inquietante de uma memória esquecida*. CELACC/ECA-USP, 2014, p. 24–35. O mapa do capitão França (220 casas), as 197 casas do processo do neto de Bartolomeu Bueno do Prado, a posse de 28/10/1759, a localização à margem esquerda do Rio Pardo e o Morro do Pontal, a partir da obra de Tarcísio José Martins. mgquilombo.com.br (PDF)
2. SILVA FILHO, Edson da; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; CASTRO, José Flávio Morais. A contextualização histórica e geográfica dos quilombos do Campo Grande. *I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*, UFMG, 2011. ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/SILVA_FILHO_EDSON_ET_AL.pdf
3. NEME, Mário. Dados para a história dos índios Caiapós. *Anais do Museu Paulista*, t. XXIII, 1969, p. 109 (cartas do Morgado de Mateus e o ataque de 1772 junto ao rio Jacuí). etnolinguistica.org (PDF)
4. IBGE. *Caconde (SP): histórico e formação administrativa*. Biblioteca do IBGE. biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtb/saopaulo/caconde.pdf
5. Migalhas, *Dr. Pintassilgo*. Caconde: histórico da cidade (o sertão deserto em 1804 e os mineiros e as sesmarias por volta de 1810). migalhas.com.br/drpintassilgo/22795/caconde/historico-da-cidade
6. FERREIRA, Rafael Augusto Silva; PEREIRA, Renata Baesso. Uma sociedade de capelas: os patrimônios religiosos na formação do território da Vila de Casa Branca na Província de São Paulo, século XIX. *Almanack*, n.º 34, 2023. A doação de 1834, a posse de 1845, o pedido de 1855 e as datas de 1856 e 1865. scielo.br/j/alm/a/bH5cms5rcJjwgVzYtctYKSF
7. *Da Madeira a Campo Belo e Divinolândia* (blog de genealogia). O censo de Caconde de 1835 e o bairro do Rio do Peixe. madeiracampobelo.blogspot.com/2009/03
8. ISOLDI, Maria Celina Exner Godoy. O capitão Tomás José de Andrade e seus descendentes. *Revista da ASBRAP*, n.º 4, p. 166–167. A provisão da capela (1843) e o sepultamento de Ana Joaquina da Fonseca no cemitério do Espírito Santo (1841). asbrap.org.br/artigos/rev4_art10.pdf
9. IBGE. *Divinolândia (SP): histórico e formação administrativa*. Biblioteca do IBGE. biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtb/saopaulo/divinolandia.pdf
10. Câmara Municipal de Divinolândia. *História*. camaradivinolandia.sp.gov.br/pagina/1/historia
11. Plataforma Verri. Resenha de LOPES, Válter Roberto; GRESPAN DE FARIA, Orlanda Maria. *Divinolândia... Nos Caminhos do Tempo*. Divinolândia: edição dos autores, 1991. plataformaverri.com.br (livro 2556)

12. Caminho da Fé. *Divinolândia-SP* (a lenda do rancho sapecado). caminhodafe.com.br/ptbr/package/divinolandia-sp

13. DORNELES, Manoel. No campo da sedução. *Contando História*, 19/2/2020 (memória de infância em Divinolândia). contandohistoria.com.br/no-campo-da-seducao

14. CUNHA FILHO, Aguinaldo Ribeiro da. A família Ribeiro da Cunha. *Revista da ASBRAP* , n.º 9, p. 235–236. asbrap.org.br/artigos/rev9_art10.pdf

15. FERREIRA, Rafael Augusto Silva. *À sombra da capela: os patrimônios religiosos na constituição dos espaços urbanos e na formação do território polarizado pelas vilas de Casa Branca e Caconde no século XIX*. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo), PUC-Campinas, 2022, orientação de Renata Baesso Pereira, p. 226–231. Transcreve o pedido de 7/11/1843, a provisão de 8/11/1843, o ofício do vigário de 27/3/1844 e o edital de 22/6/1844, dos *Autos de ereções de patrimônios de Capellas (1774–1877)*, Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, localizador 6-2-27. repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/4169

16. FERREIRA, Rafael Augusto Silva; PEREIRA, Renata Baesso. Uma sociedade de capelas. *Almanack*, n.º 34, 2023, Figura 2: "Mapa da rede urbana em 1856", elaboração do autor sobre base do IBGE, fonte Ferreira (2022). Reproduzida sem alteração, sob a licença CC BY 4.0. scielo.br/j/alm/a/bH5cms5rcJjwgVzYtctYKSF

17. *Documentos interessantes para a historia e costumes de São Paulo*, v. XI: *Divisas de São Paulo e Minas Geraes*. São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, 1896. P. 58: nota do editor, segundo a qual esses documentos foram registrados em São Paulo depois da carta de 14 de outubro de 1765 do governador de Minas, Luiz Diogo Lobo da Silva, e todas as localidades mencionadas "se acham ao norte do Rio Grande ou entre este e o Rio Sapucahy". P. 60–61: "Auto de posse do sertão do Campo Grande, 1759", lavrado "em o primeiro de Novembro" de 1759 "em o Quilombo do Creça", com a nota do editor "Este nome não figura nos mappas modernos". P. 85–88: correspondência do registro de Itapeva, 1765 (carta do sargento Jeronimo Dias Ribeiro, 20 de agosto, sobre o descoberto e a posse tomada pelos do Desemboque; carta do capitão Ignacio da Silva Costa, 15 de setembro, "treze dias, q'. tantos gastarão os do Emboque, q.do forão tomar a sua posse por p.e das Geraes"; resposta do governador, 29 de setembro, "o descoberto será de lemitação"), com a nota do editor de que o nome Caconde "já apparece em documentos de 1771" e de que o Registro de São Mateus foi estabelecido em 1775 na confluência do ribeirão São Mateus com o Bom Jesus. P. 110–112: termo da junta da Câmara de São Paulo sobre os descobertos de Jaguari e Rio Pardo, 26 de setembro de 1771. P. 128–130: ordem do governador D. Luiz Antonio de Souza ao coronel Francisco Pinto do Rego para repartir as terras minerais do Rio Pardo e Jaguari, 7 de outubro de 1771. P. 228 e seguinte: carta do mesmo governador ao Conde de Oeiras, 15 de setembro de 1765 (a divisa pelo Sapucaí e o ouro confundido com o "Contrato das Cem arrobas"). P. 258–260: cartas ao Conde da Cunha (26 de março e 1º de julho de 1767) e ao Conde de Azambuja (13 de dezembro de 1767), sobre as ordens régias contra novos descobertos, o destacamento no Rio Pardo e o "Quilombo de criminozos". P. 264–265: carta de Luiz Diogo Lobo da Silva, governador de Minas, 1765 ("evacuado dos Negros quilombados"). P. 358–360: ordem de Francisco da Cunha e Menezes ao comandante do Registro de São Mateus (São Paulo, 5 de junho de 1784) e resposta de Jeronymo Dias

Ribeiro (Registro de São Mateus, 8 de novembro de 1784). Digitalização da Biblioteca Digital da UNESP: auto de posse de 1759 e cartas de 1784. A versão que lê "no Quilombo do Careca" está no perfil de Bartolomeu Bueno do Prado no WikiTree, a partir de uma versão antiga do verbete da Wikipédia, sem indicação de fonte: wikitree.com/wiki/Prado-116

18. MARTINS, Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande: Confederação Quilombola — resumo e localizações*, 1999, atualizado em 2007 (a posse eclesiástica de 28/10/1759, o "padre preto João Correia de Melo" e a petição de justificação de 9/12/1800 de Vicente Ferreira de Paiva Bueno; a lista dos 27 núcleos, com a localização que o autor propõe para cada um em municípios de hoje, várias delas dadas como hipótese). mgquilombo.com.br. E MARTINS, Tarcísio José. *Bartolomeu Bueno do Prado: descendente confirma o massacre de 1759*, transcrição e estudo do requerimento de Vicente Ferreira de Paiva Bueno (Arquivo Histórico Ultramarino, Minas Gerais, cx. 155, doc. 7, verbete 11295, 9/12/1800; a petição inicial saiu na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 8, 1903, p. 625–629): os pedidos, a inquirição de testemunhas (as 197 casas), as notas de Martins sobre as falsidades do texto, a informação enviada de Vila Rica em 19/12/1801, cujo autor não aparece na transcrição, e a nota à margem. A inquirição tem quinze testemunhas; a frase das 197 casas aparece em pelo menos sete depoimentos. mgquilombo.com.br (PDF)

19. SILVA, Lucas E. C. da; GASPAR, Tarcísio de Souza. Toponímia quilombola nos sertões de Cabo Verde, Jacuí e Rio Pardo: análise de registros cartográficos e documentais (c. 1760–1824). Jornada Científica e Tecnológica do IFSULDEMINAS. O "Mapa de todo o Campo Grande" (IEB-USP, YAP-023-016), o requerimento de Vicente Ferreira de Paiva Bueno (AHU, cx. 155, doc. 7) e os registros paroquiais da freguesia de N. S. da Conceição do Bom Sucesso do Rio Pardo. josif.ifsuldeminas.edu.br (PDF)

20. Análise feita para este livro com dados do OpenStreetMap (© colaboradores do OpenStreetMap, ODbL, novembro de 2026). O traçado do Rio Pardo, medido a cada 1,5 km de Caconde a São José do Rio Pardo, tem a sua maior curva à direita, olhando rio abaixo, em cerca de 21,587° S, 46,745° O, dentro de Divinolândia (o rio passa de rumo sudoeste a norte-noroeste, uns 103°); ali deságuam, pela margem esquerda, o Córrego Fortaleza (cabeceira em cerca de 21,612° S, 46,728° O) e um córrego sem nome. O Córrego do Quilombo tem a cabeceira em cerca de 21,627° S, 46,709° O, em Divinolândia, e corre para o norte; a "Igreja do Pontal" está em 21,590° S, 46,712° O, a 1.277 m, do lado de Caconde da divisa traçada no OpenStreetMap, embora a pesquisa de 2014 diga que o local da capela e do cruzeiro é mantido pela Prefeitura de Divinolândia; as nascentes do Córrego das Contentas ficam a leste, perto do bairro Contendas (21,643° S, 46,695° O). openstreetmap.org (Igreja do Pontal)

21. COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DO ESTADO DE S. PAULO. *Folha de Casa Branca*, 1:100.000, edição preliminar, 1905 (acervo do Museu Paulista da USP, domínio público): "Faz. Quilombo" e "C. do Quilombo" entre Vargem Grande, Água Fria e o Ribeirão das Contendas. A posição da fazenda, cerca de 21,635° S, 46,705° O, foi calculada para este livro a partir da grade da folha, com erro estimado de algumas centenas de metros. Wikimedia Commons

22. "Mapa de todo o Campo Grande tanto da parte da Conquista, que parte com a Campanha do Rio Verde e S. Paulo, como de Piuí, Cabeceiras do Rio de S. Francisco e Goiases", cópia de 1765, manuscrita e aquarelada, 43 × 89,5 cm. Instituto de Estudos Brasileiros da USP, YAP-023-016. Domínio público. Imagem do mapa reproduzida por Tarcísio José Martins em *Mapa da Confederação Quilombola do Campo Grande* (arquivo R.001-009.jpg); a leitura da inscrição "Quilombo do Careca, casas 220" confere com o número de casas dado por Silva Filho, Amorim Filho e Castro (2011) e por Faria (2014). Para este livro, a foto foi tratada digitalmente (iluminação uniformizada, sombras das dobras atenuadas, contraste ampliado, ruído reduzido e nitidez realçada), sem redesenhar nenhum traço nem letra; o círculo, o rótulo e o recorte também foram feitos para este livro. mgquilombo.com.br

23. GUIMARÃES, Carlos Magno. O Quilombo do Ambrósio: lenda, documentos e arqueologia. *Estudos Ibero-Americanos*, v. XVI, n. 1–2, 1990, p. 161–174, seção "A arqueologia", p. 170–173: área de 1,5 hectare delimitada em sua maior parte por um fosso em formato de ferradura; Córrego do Ambrósio, Córrego do Quilombo e Morro do Espia; blocos de barro de paredes de pau-a-pique, pisos de barro alisado, carvões do incêndio, cachimbos com decoração incisa, favas e parte de uma espiga de milho; nenhum vestígio de telhas. A pesquisa teve apoio da UFMG e da Prefeitura Municipal de Ibiá. revistaseletronicas.pucrs.br (PDF)

24. FERREIRA, Rafael Augusto Silva; PEREIRA, Renata Baesso. Levar a justiça e a cruz aos sertões: os movimentos de ocupação dos sertões do Rio Grande e a formação da freguesia de N. Sra. da Conceição do Bom Sucesso do Rio Pardo na segunda metade do século XVIII. *Anais do Museu Paulista*, v. 29, 2021, seções "O Descoberto do rio Pardo" (a carta de posse de 2 de outubro de 1765, tomada pelo capitão Ignácio da Silva Costa em nome do governador de São Paulo; manuscrito da Biblioteca Nacional, localizador I-30,25,011) e "A freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bom Sucesso do Rio Pardo" (criação em 1775 pelo bispo D. Frei Manuel da Ressurreição; o Registro de São Mateus como limite leste da freguesia). DOI 10.1590/1982-02672021v29d1e10. scielo.br

25. FARIA, Marjorie P. J. de. A Festa de Santa Cruz em Divinolândia: territorialidades e conflitos na interpretação do patrimônio cultural. *Extraprensa*, São Paulo, v. 12, n. esp., p. 646–671, set. 2019, desdobramento da dissertação da autora (*Os silenciados quilombolas e indígenas na formação da cidade de Caconde*, UFABC, 2018). P. 650 e 657: a festa e a capela do Pontal no bairro rural de Vargem Grande. P. 652, nota 3: Martins localiza o Careca "nas proximidades do bairro rural chamado Quilombo"; não foram achados vestígios em campo. P. 653–654: o trecho de *A Sentinella*, Caconde, dezembro de 1924 (ANGELIS, João M. de, "Polyanthéa commemorativa do primeiro centenario da fundação de Caconde"), sobre os caiapós nas cabeceiras do Rio do Peixe e os artefatos indígenas. P. 656, Figura 3 e nota 5: o mapa da área provável do Careca e da presença indígena (fazendas Fortaleza, Jaboticabal,

Bocaina e Contendas, bairros do Quilombo e Pirapitinga, Pontal) e a memória dos "índios amoitados". DOI 10.11606/extraprensa2019.155482. revistas.usp.br

26. LOPES, Válter Roberto; GRESPAN DE FARIA, Orlanda Maria. *Divinolândia... Nos Caminhos do Tempo*. Divinolândia: edição dos autores, 1991, p. 20–21, capítulo "No princípio tudo eram selvas...", lido em fotografias das páginas de um exemplar. A provisão de novembro de 1843 e Tomás José de Andrade como "primeiro presidente da Câmara Municipal de Caconde" (em nota: "Informação colhida do livro 'Memória da Cidade de Caconde', de Adriano Campanhole"); a capela "benta em setembro de 1844 e curada em 1858, a 25 de janeiro, por D. Sebastião Pinto do Rego"; o registro de batizado de 1844 assinado pelo cura João Domingos Figueira, achado entre "documentos encontrados nos arquivos da casa paroquial, em péssimo estado, restaurados pela professora Orlanda"; a doação de 27/1/1865, a Lei provincial n.º 25 de 28/3/1865 e a provisão de 12/1/1866; a capela do Rosário (1879) e a doação de 1881; a doação de Manoel Pereira da Silva; o rancho de por volta de 1850 e o incêndio "de causa ignorada", "provavelmente causado por fogo caseiro esquecido a um canto do rancho". A resenha da Plataforma Verri, usada antes por este livro, trazia "benta em 1854", que é erro da resenha.

27. Os bispos de São Paulo no período: D. Antônio Joaquim de Melo, nomeado em 15 de março de 1852 e bispo até a morte, em 16 de fevereiro de 1861; e D. Sebastião Pinto do Rego, nomeado em 30 de setembro de 1861, empossado em 10 de junho de 1862 e bispo até a morte, em 30 de abril de 1868. Catholic-Hierarchy: Antônio Joaquim de Melo; Catholic-Hierarchy: Sebastião Pinto do Rego.

28. LOPES, Válter Roberto; GRESPAN DE FARIA, Orlanda Maria. *Divinolândia... Nos Caminhos do Tempo*. Divinolândia: edição dos autores, 1991, p. 20, capítulo "No princípio tudo eram selvas...", lido em fotografias das páginas de um exemplar. O trecho não indica fonte.

29. FREIRE, Karen Pessoa. Relatos de campanha: a expansão colonial portuguesa sobre os quilombos do Alto São Francisco e Alto Paranaíba no século XVIII. *Anais do Museu Paulista*, v. 29, 2021. A zona entre os rios Grande, São Francisco e Paranaíba, conhecida como sertão do Campo Grande, de limites mal definidos, na fronteira entre as capitanias de Goiás, Minas Gerais e São Paulo. doi.org/10.1590/1982-02672021v29d1e24

30. Mapa feito para este livro. Malhas municipais e estaduais: IBGE, API de malhas geográficas, versão intermediária (servicodados.ibge.gov.br). Posição das sedes municipais: coordenadas do IBGE reunidas no repositório kelvins/municipios-brasileiros. Rios: © colaboradores do OpenStreetMap (ODbL), novembro de 2026. Pontos dos quilombos: descrições de Martins (nota 18), com as coordenadas que ele dá para as Goiabeiras (20°33′25″ S, 47°03′37″ O), a Nova Angola (20°50′17″ S, 47°03′15″ O) e o Caeté (21°12′21″ S, 46°15′20″ O); quando ele diz "entre" duas cidades, o ponto fica no meio das duas sedes; quando diz "a norte", "a sul" etc., fica a uns 5 a 17 km da sede, nessa direção. O Careca está no centro da área do mapa "As pistas do quilombo do Careca", neste capítulo.

CAPÍTULO 2

As fazendas e a escravidão

Do quilombo do Careca aos colonos do café

Quando os fazendeiros mineiros chegaram ao Rio do Peixe, a terra já tinha uma história de cativeiro e de fuga: segundo os pesquisadores, no século XVIII ali existira o quilombo do Careca, destruído em 1759, como se viu no capítulo anterior·. A escravidão voltaria com as fazendas, e duraria até 1888.

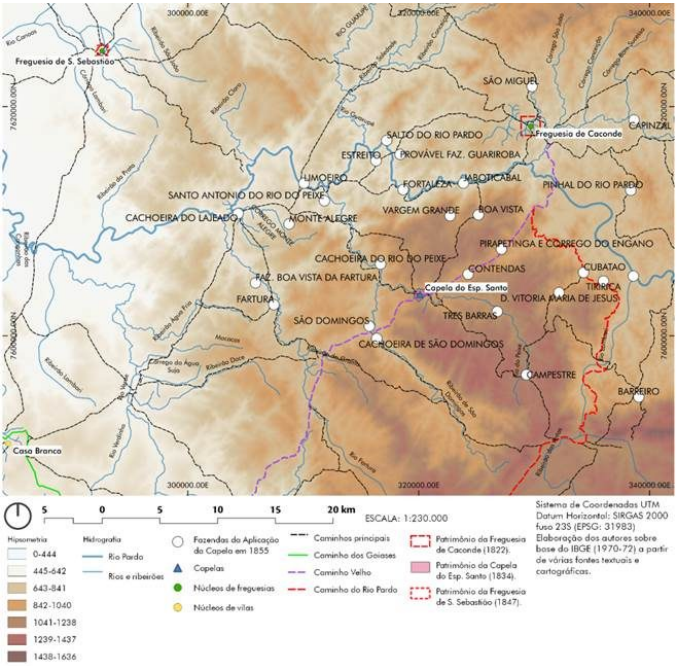
OS MINEIROS DO RIO DO PEIXE

Décadas depois, a região voltou a ser ocupada, agora por fazendeiros. Os dois que aparecem primeiro nos documentos publicados vinham de Minas Gerais[4]. Um deles foi o capitão Antônio Gomes de Oliveira, que estava em Candeias, perto de Campo Belo, em 1832; em 1835 os filhos dele já aparecem no censo de Caconde, morando no bairro do Rio do Peixe. Em 1856 ele declarou ao governo a fazenda Santo Antônio do Rio do Peixe, com cerca de 1.500 alqueires, comprada[3].

Outro foi o capitão Tomás José de Andrade, batizado em 1789 em Carrancas, também em Minas. Ele se casou em 1841, em Caconde, com Antônia, filha do capitão Antônio Gomes, e a partir de 1846 passou a morar no Rio do Peixe. Foi ele quem obteve, em 1843, a licença para erguer a capela do Espírito Santo, em volta da qual nasceria o povoado[4]. As famílias Andrade, Junqueira, Vilela e Gomes se casavam entre si, e as terras passavam de mão em mão pelas heranças[4].

O registro paroquial de terras de 1856 mostra quem declarou terras no lugar; das 271 unidades familiares que os pesquisadores contaram na relação de moradores (descrita logo abaixo), apenas 83 aparecem nele como proprietárias. O capitão Tomás aparece como senhor de grande quantidade de

terras, nas fazendas Santo Antônio do Rio do Peixe, Cachoeira do Rio do Peixe, Barra do Rio do Peixe, Limoeiro e Salto. Outros declarantes foram Flávio de Salles e Joaquim Alves Moreira, ligados às fazendas São Miguel, São Gonçalo e Cocais (o texto do registro não deixa claro qual era de quem), este último escrivão, juiz de paz e membro da primeira Câmara Municipal de Caconde, em 1864; Manoel Cardozo da Silva, da Cachoeira do Rio do Peixe e de São Domingos; Joaquim Gomes Nogueira Freire, da Boa Vista; e Manoel Ferreira Pinto, das Três Barras[5].

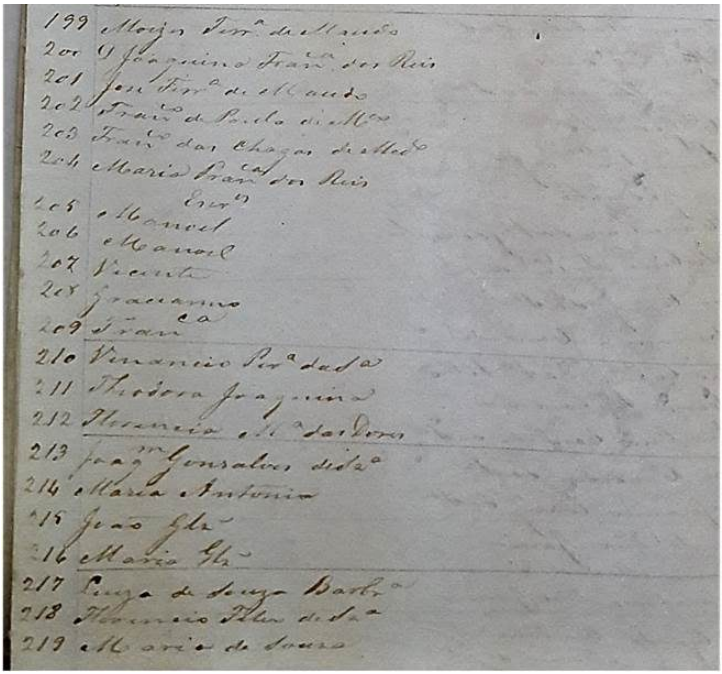


As fazendas da aplicação da capela do Espírito Santo do Rio do Peixe em 1855, em mapa feito por Rafael A. S. Ferreira e Renata B. Pereira a partir do registro de terras e dos mapas de 1905; a capela está no centro. Reproduzido do artigo na *Almanack* (2023), licença CC BY 4.0[10].

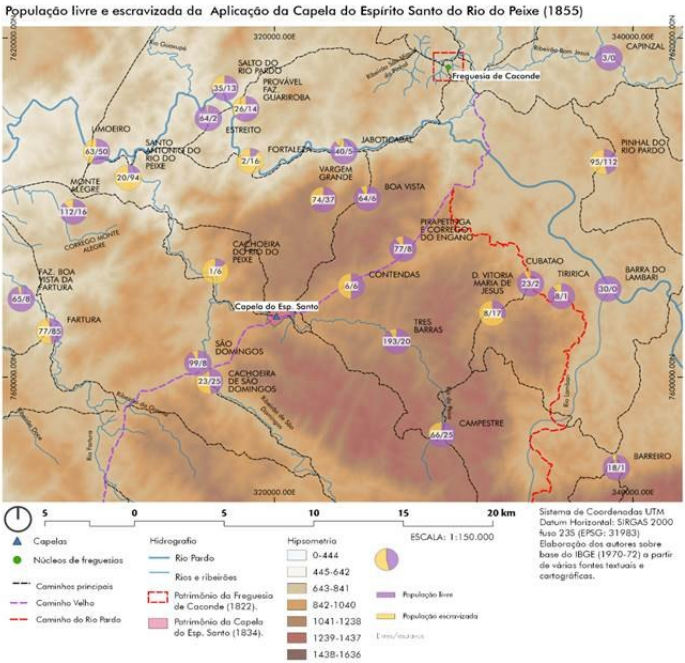
QUEM TRABALHAVA A TERRA

Nessas fazendas trabalhavam pessoas escravizadas, e os números estão nos censos. Em 1850, o recenseamento de Caconde registrou o capitão Tomás José de Andrade com 62 escravizados. Na mesma família, o casal de um dos filhos, José Tomás de Andrade, aparece com 24, e outros casais aparentados, com 15. O capitão Antônio Francisco da Costa, genro do capitão Tomás, aparece com a mulher e 23 escravizados, além de outros 7 da filha dele, Antônia[4].

Em 1855, quando os moradores pediram que a capela do Rio do Peixe ganhasse padre próprio, fez-se uma relação dos habitantes da capela (o manuscrito não traz data). Ela lista 2.043 pessoas, em 271 unidades familiares na contagem dos pesquisadores, e não está completa: o próprio cabeçalho cita famílias que ficaram de fora. Das pessoas listadas, 626 eram escravizadas, cerca de 30%: quase uma em cada três. O ofício que acompanha a relação, assinado por Flávio Secundo de Salles e Joaquim Alves Moreira e endereçado ao capitão Tomás José de Andrade, dá outro número: diz que a população "alcançou a 1573", enumera as famílias que faltavam e conta que, com elas, se chegaria aos dois mil; o pesquisador transcreve o ofício e não explica a diferença entre os dois números[11]. Quatro fazendas tinham cinquenta cativos ou mais cada uma (Pinhal do Rio Pardo, Fartura, Santo Antônio do Rio do Peixe e Limoeiro); nas outras, o número regulava em torno de quinze a vinte, e havia grande quantidade de agregados, gente livre e pobre que vivia em terra alheia·.



Um trecho da "Relação dos habitantes na aplicação da Capella do Divino Espírito Santo do Rio do Peixe": os nomes numerados, separados por traços em grupos de família. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, em reprodução de Ferreira e Pereira na *Almanack* (2023), licença CC BY 4.0[10].



A população livre (roxo) e escravizada (amarelo) de cada fazenda da aplicação da capela em 1855, segundo a relação de habitantes; os números ao lado de cada fazenda são livres/escravizados. Mapa de Ferreira e Pereira na *Almanack* (2023), licença CC BY 4.0[10].

O mesmo pedido descreve o que se produzia: lavoura, criação de gado, cavalos e porcos, fumo, engenhos de açúcar e plantações de café, que, segundo o documento, aumentavam a cada ano[5].

GENTE ENTRE OS BENS

Nos inventários, feitos quando um fazendeiro morria, as pessoas escravizadas aparecem arroladas entre os bens. Quando o capitão Antônio Gomes de Oliveira morreu, em 1864, a partilha dos bens nomeou catorze pessoas escravizadas, cada uma com um valor: João, Silvania, Umbelina, Simião, Zacarias, Bernarda, Rita e Pocidonho, avaliados entre 300 mil-réis e um conto e setecentos mil-réis; e Catharina, Marta, Paulo, Joanna, Antonio e Flora, que entram como metades de dote, com partes de 50 a 200 mil-réis[3].

Inventários mais antigos mostram o mesmo. O de Maria Flauzina de Andrade, filha do capitão Tomás, aberto em Casa Branca em fevereiro de

1848, arrola 26 escravizados entre o ouro, a prata e as terras do casal, que morava na fazenda das Posses, no bairro das Posses da capela do Espírito Santo. O do capitão Félix José de Noronha Negreiros, dono da fazenda Monte Alegre e de uma casa na capela do Espírito Santo, aberto em 1853, arrola 9 escravizados, 200 pés de café dando fruto e, entre as benfeitorias da fazenda, "senzalas de palha e de telhas"[4]. Uma fazenda Monte Alegre aparece entre as que a relação de 1855 inclui na aplicação da capela[10].

O capitão Tomás José de Andrade morreu em março de 1871, seis meses antes da Lei do Ventre Livre, que declarou livres os filhos de mulheres escravizadas nascidos dali em diante[7]. No seu inventário foram declaradas 52 pessoas escravizadas, ao lado de terras em sete fazendas e de uma casa no largo da Matriz do Espírito Santo do Rio do Peixe. A lista de benfeitorias registra duas senzalas: uma na fazenda Moreira, ao lado da casa de morada, do paiol, do moinho, do monjolo e de um engenho de serra, e outra na Fazenda do Rio do Peixe, junto a uma casa de morada, um engenho de cana, um engenho de serra, um moinho e um paiol[4]. Com as "senzalas de palha e de telhas" da fazenda Monte Alegre, em 1853, são das poucas menções diretas, nos documentos publicados, a senzalas na região.

Os documentos guardam com cuidado o nome de cada senhor, de cada fazenda e de cada herdeiro. Das pessoas escravizadas, o que chega até as páginas publicadas é quase sempre o número e o preço. Os poucos nomes publicados, como os catorze da partilha de 1864 e o casal Felipe e Efigênia, do censo de 1850 (capítulo 4), mostram que eles existem nos inventários e nos censos guardados nos arquivos, mas ainda não foram reunidos e contados.

O QUE O CENSO DE 1872 CONTA

O primeiro recenseamento geral do Brasil, feito em agosto de 1872, publicou um quadro só para a paróquia do Divino Espírito Santo do Rio do Peixe. Das 3.144 pessoas contadas, 619 eram escravizadas: 337 homens e 282 mulheres. O censo as classificou como 394 "pretos" e 225 "pardos"; 463 eram solteiras, 138 casadas e 18 viúvas; todas aparecem como católicas, e só duas, ambas homens, sabiam ler e escrever[12].

PROVINCIA DE S. PAULO

QUADRO GERAL DA POPULAÇÃO DA PAROCHIA DO DIVINO ESPIRITO SANTO DO RIO DO PEIXE

CONDIÇÕES	SEXOS	ALMAS	Raças				Estado civil			Religião		Nacionalidade			Instrução			Defeitos physicos					Casas		
			Brancos	Pardos	Pretos	Caboclos	Solteiros	Casados	Viuvos	Catholicos	Acatholicos	Brasileiros	Estrangeiros	Idiotas fora do asylo	Analphabetos	Frequentando escolas	Não frequentando escolas	Total	Cegos	Surdos-mudos	Aleijados	Dementes	Alienados	Ausentes	Temporarias	Habitadas	Desabitadas	Fogos
Livres	Homens	1270	240	417	108	505	691	547	32	1250		1271	19		985	1017	93	88	180	8	11	2	2					
	Mulheres	1204	241	342	87	534	1044	152	8	1203	1	1249	5		140	1093	21	22	173	8	8	2	2					
	Somma	2474	1226	759	195	1039	2023	699	40	2453	21	2520	24		400	2110	114	110	353	14	19	4	4					
Escravos	Homens	137		132	205		202	65	10	137		137			2	135						2						
	Mulheres	200		69	131		201	75	6	202		198				202												
	Somma	337		201	336		403	140	16	339		335			2	337						2						
	Somma geral	2811	1226	960	531	1039	2426	839	56	2792	21	2855	24		402	2447	114	110	353	14	19	6	4					

O "Quadro geral da população da parochia do Divino Espirito Santo do Rio do Peixe" no *Recenseamento Geral do Império de 1872* (volume da Província de São Paulo, 1874, p. 349): na metade de baixo, os escravizados. Publicação oficial do Império, em domínio público; digitalização do Internet Archive[12].

O mesmo censo diz onde elas tinham nascido. Nenhuma era africana. Quinhentas e vinte e seis tinham nascido na própria província de São Paulo, e 93 em outras: 32 no Piauí, 20 em Minas Gerais, 17 no Ceará, 15 no Rio Grande do Sul, 6 em Santa Catarina e 3 em Pernambuco. O censo não diz como nem quando elas chegaram ao Rio do Peixe[12]. E nenhum bebê aparece como escravizado: as 134 crianças com menos de um ano contadas na paróquia eram todas livres[12].



Onde tinham nascido as 619 pessoas escravizadas contadas no Rio do Peixe em 1872, segundo a tabela de naturalidade do censo. Gráfico feito para este livro com os números do recenseamento[12].

NOS LIVROS DA PARÓQUIA E DO CARTÓRIO

O livro de 1991 traz documentos com nomes de pessoas escravizadas do próprio Rio do Peixe. Segundo os autores, o primeiro registro de batizado de escravizado na freguesia é de 1859: o de Joaquina, filha de Sabina, ambas cativas do capitão Antônio Francisco da Costa. O livro transcreve outro, de 14 de maio de 1865, na "Capella do Espírito Santo do Rio do Peixe": o batismo de Tranquilo, de onze dias, "filho legítimo de Tranqüilo e Anna, escravos", que teve por padrinhos Faustino e Maria, "escravos do Capitão Joaquim Pio de Andrade". Orlanda Maria Grespan de Faria encontrou centenas de registros de batizado de escravizados da freguesia[16].

Do livro de escrituras do cartório, os autores copiaram uma venda de 1877. Os herdeiros de Antônia Carolina do Nascimento, moradores do distrito, venderam a Joaquim Bernardes da Costa, de Casa Branca, Luiza, de 38 anos, "solteira, natural de Minas, apta para todo trabalho, cozinheira", matriculada em Casa Branca em 26 de agosto de 1872, por setenta mil-réis, segundo o

livro. Na página seguinte, os mesmos vendedores venderam a Lúcio Rabelo de Carvalho uma jovem chamada Maria, de 16 anos, com um filho chamado José. Os vendedores, contam os autores, estavam "oprimidos pelas dívidas contraídas" e lamentaram muito as vendas. A escritura chamava o lugar de "Distrito da Freguesia do Espírito Santo do Rio do Peixe, Comarca da Vila de Caconde"[16].

O mesmo capítulo afirma que havia no Rio do Peixe coronéis com mais de cem escravizados e que a família Andrade, "a maior escravocrata do Espírito Santo do Rio do Peixe, chegou a possuir 148 escravos", sem dizer em que ano nem como se chegou ao número; nos documentos lidos até aqui, o capitão Tomás aparece com 62 em 1850 e com 52 no inventário de 1871·. Diz também que os escravizados vinham de Minas, eram matriculados em Casa Branca e depois vendidos aos senhores; o censo de 1872, porém, contou só 20 nascidos em Minas entre os 619 da paróquia·. E dá a lista dos senhores de escravos da freguesia, que começa por Reginaldo Gomes da Fonseca, o capitão Manoel Antônio Francisco da Costa, Antônio Thomaz de Andrade e D. Maria Custódia Nogueira. O resto do capítulo é uma descrição geral da escravidão no Brasil, com o tronco, as senzalas, a devoção a São Benedito e a Santo Antônio e os batuques chamados caxambus, que os próprios autores apresentam como "provavelmente o cenário do dia-a-dia" da freguesia, e não como algo documentado nela[16].

O QUE O LIVRO DE 1991 CONTA SEM DIZER DE ONDE

Outras passagens do mesmo livro falam do Rio do Peixe, mas não indicam documento nem testemunho; podem vir da tradição oral ou da pesquisa de Orlanda, e ficam aqui como afirmações dos autores. Segundo eles, o escravizado produzia muito dos 18 aos 30 anos e, depois disso, era considerado velho; muitos "eram eliminados habilidosa e artificiosamente", abandonados na doença e na velhice. Quando um deles tinha doença incurável, o fazendeiro o alforriava e lhe dava um "empurrãozinho", soltando-o no mundo. Os fazendeiros nem sempre assumiam os filhos que tinham com escravizadas e, quando a paternidade virava falatório, os vendiam[17].

No capítulo sobre as fazendas do Espírito Santo do Rio do Peixe, os autores contam que os velhos recebiam tarefas que pareciam feitas só para atormentá-los, e que "há casos" de pretos velhos que, depois de comer no cocho, tinham de passar a noite latindo em volta do galinheiro do coronel, para afastar os bichos. Contam também que havia fazendas tão mal administradas que se chegou a trocar fazendas por escravizados. E dizem ter encontrado, em documentos, declarações de estima de fazendeiros pelo escravizado que precisavam vender por dificuldade de dinheiro, como na escritura de 1877; para eles, essas declarações são de perto da abolição, quando ficou difícil repor os cativos, ou de depois dela[17].

Sobre o fim do cativeiro, o livro diz que, nas últimas décadas, as revoltas se tornaram comuns, que havia fugas para as matas, onde os fugitivos eram caçados por capitães do mato e por valentões que disputavam prêmios oferecidos pelos fazendeiros, e que alguns se juntavam em quilombos; e que, depois da abolição, os fazendeiros passaram a tratar com respeito os libertos, a batizá-los e a apadrinhá-los, para manter a mão de obra. Nada disso vem com nome, data ou fazenda[17].

O próprio livro é um documento do seu tempo. Ao perguntar "Por que o negro não se integrou à nossa sociedade?", os autores condenam a escravidão e o desprezo dos brancos, atribuem a abolição à pressão inglesa, e não à princesa Isabel, mas descrevem os libertos como "cultores do ócio e da irresponsabilidade" e como "uma espécie de ser irracional" depois de três séculos de cativeiro. O capítulo termina lembrando ao leitor branco que, por trás do preconceito, "há muitos brancos bandidos... que podem ser nossos antepassados"[17].

E O QUILOMBO?

Nenhum documento conhecido liga as pessoas escravizadas das fazendas ao quilombo do Careca. Entre o ataque de 1759 e a chegada dos fazendeiros mineiros ao Rio do Peixe, nos anos 1830, passaram-se mais de setenta anos·. Os cativos de 1872 tinham nascido no Brasil, quase todos na própria província; nada nos censos, nos inventários ou nas listas indica que descendessem de quem viveu no quilombo[12]. E os livros da paróquia de Caconde, como se viu no capítulo 1, não guardaram o nome de nenhum quilombo.

O que liga as duas histórias é a memória, não o papel. Na pesquisa de Marjorie de Faria, a historiadora Orlanda Grespan de Faria conta que a capela do Morro do Pontal "foi feita por escravos" e que a festa de Santa Cruz era mantida pelos negros que moravam ali; com a chegada dos italianos, a festa foi retomada e a capela, reformada. Seu Sebastião Romão, filho e neto de escravizados, lembrou que no Pontal "era tudo preto lá", até que os italianos chegaram, e que a "pretaiada" de outros bairros de Caconde foi embora para São Paulo e para o Rio de Janeiro[1]. É a pesquisadora quem liga essa devoção ao tempo do quilombo; os documentos não confirmam nem desmentem.

A mesma pesquisa ouviu, anos depois, outras lembranças da saída. A historiadora contou que os netos das famílias negras do lugar foram para a região de Caconde, Guaxupé e Muzambinho, porque "praticamente os italianos dominaram aqui". E descendentes de africanos entrevistados não se lembravam de enfrentamentos com os imigrantes, mas sim de conflitos com fazendeiros que, mesmo depois da abolição, pressionavam os poucos negros que tinham terra[15].

O CAFÉ E O FIM DO CATIVEIRO

Em 1855, o café era uma lavoura entre outras. O livro de 1991 descreve o que veio depois: os fazendeiros derrubavam a mata, cobriam a terra de cafezais até que envelhecessem e então os abandonavam, com a terra rasgada pela erosão e tomada pelas formigas, e seguiam floresta adentro; houve época em que, segundo os autores, não se plantava mais nada além do café, e a comida tinha de vir de fora, a ponto de se importarem víveres dos Estados Unidos. Os autores atribuem a essa lavoura sem adubo nem irrigação, que avançava sobre terras virgens e abandonava as gastas, o desmatamento "de mais de 90% das terras do nosso município"·.

Um ano antes da abolição, a matrícula oficial de 30 de março de 1887 contava 745 pessoas escravizadas no município de Caconde, a que a freguesia do Rio do Peixe pertencia; o levantamento não as separa por freguesia. Eram 395 homens e 350 mulheres; 349 tinham menos de 30 anos; 607 eram solteiras, 97 casadas e 41 viúvas; 733 viviam na zona rural e 12 na urbana[13].

A escravidão terminou no Brasil com a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888[7]. Na região, houve cidades que se anteciparam: segundo a prefeitura de Espírito Santo do Pinhal, a escravidão acabou ali em 16 de abril de 1888, e dois dias depois homens negros da cidade fundaram a Irmandade de São Benedito[8].

Um inventário de depois da abolição mostra uma dessas fazendas. Quando José Tomás de Andrade, filho do capitão, morreu em 1896, o seu inventário arrolou 41.273 pés de café na fazenda da Cachoeira, uma casa com máquina de beneficiar café e três casas de colonos[4]. Segundo a reportagem que conta a história do café local, a cafeicultura de Divinolândia tomou corpo com imigrantes europeus, em sua maioria italianos, que chegaram entre o fim do século XIX e o começo do XX[9]. Essa é a história do próximo capítulo.

O QUE AINDA FALTA SABER

Falta quase tudo sobre as pessoas escravizadas do Rio do Peixe: os nomes, as famílias, as origens, as fugas, os casamentos registrados na capela, o destino de cada uma depois de 1888. Falta saber onde ficavam as senzalas e o que restou delas. A memória existe: em 2013, seu Sebastião Romão, então com 99 anos, filho e neto de escravizados, contou a uma pesquisadora que o avô nascera na região de Divinolândia e o pai na de Caconde[1]. Histórias como a dele ainda não foram reunidas. As listas de 1850 e de 1855 e os inventários de Caconde estão nos arquivos e podem ser lidos; ainda não foram contados com os nomes de quem estava neles. Há outros lugares onde procurar: o livro de óbitos da freguesia, de 1847 a 1902, guardado na Cúria Diocesana de São João da Boa Vista[4], e os jornais da época, digitalizados pela Biblioteca Nacional, em que a expressão "Espirito Santo do Rio do Peixe" aparece mais de cem vezes só no *Correio Paulistano* de 1880 a 1888, à espera de quem as leia em busca de fugas, alforrias e da notícia da abolição[14].

NOTAS E FONTES

1. FARIA, Marjorie Prado Junqueira de. *Quilombo do Careca: o silêncio inquietante de uma memória esquecida*. Trabalho de conclusão, CELACC/ECA-USP, 2014. As 197 e 220 casas, o ataque de 1759 e os topônimos do Morro do Pontal. celacc.eca.usp.br/sites/default/files/tcc/quilombo_do_careca_27102014.pdf. Síntese com todas as fontes em: Divinolândia Transparente, *Quilombo do Careca*, andredarcie.github.io/divinolandia-transparente/historia
2. SILVA FILHO, Edson da; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; CASTRO, José Flávio Morais. A contextualização histórica e geográfica dos quilombos do Campo Grande. *I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*, UFMG, 2011. ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/SILVA_FILHO_EDSON_ET_AL.pdf
3. *Da Madeira a Campo Belo e Divinolândia* (blog de genealogia). O capitão Antônio Gomes de Oliveira: censos de 1832 (Campo Belo) e 1835 e 1850 (Caconde), registro de terras de 1856 e partilha de 1864, com base no Arquivo Público Mineiro, no Arquivo Público do Estado de São Paulo e no Juízo Municipal de Caconde. madeiracampobelo.blogspot.com/2009/03

4. ISOLDI, Maria Celina Exner Godoy. O capitão Tomás José de Andrade e seus descendentes. *Revista da ASBRAP*, n.º 4, p. 165–208. Batismo em Carrancas (1789), censo de Caconde de 1850 (62 escravizados; famílias com 24 e 15; Antônio Francisco da Costa com 23, mais 7 da filha Antônia, p. 192), provisão da capela (1843), inventário de Maria Flauzina de Andrade (autuado em Casa Branca em 9/2/1848, fazenda das Posses, 26 escravizados, p. 174), inventário do capitão Félix José de Noronha Negreiros (iniciado em 17/11/1853, fazenda Monte Alegre, 9 escravizados, "senzalas de palha e de telhas", p. 203), inventário de 1871 (52 escravizados, senzalas nas fazendas Moreira e do Rio do Peixe), o Livro de Óbitos de Divinolândia (1847 a 1902) na Cúria Diocesana de São João da Boa Vista (p. 167, nota 9) e inventário de José Tomás de Andrade (1896, café e casas de colonos). asbrap.org.br/artigos/rev4_art10.pdf

5. FERREIRA, Rafael Augusto Silva; PEREIRA, Renata Baesso. Uma sociedade de capelas: os patrimônios religiosos na formação do território da Vila de Casa Branca na Província de São Paulo, século XIX. *Almanack*, n.º 34, 2023. Registro paroquial de terras de 1856, relação de habitantes feita para o pedido de 1855, manuscrito sem data (2.043 pessoas, 626 escravizadas, 271 unidades familiares contadas pelos autores; a relação não está completa) e o pedido de capela curada. scielo.br/j/alm/a/bH5cms5rcJjwgVzYtctYKSF · DOI 10.1590/2236-463334ea01222

6. Plataforma Verri. Resenha de LOPES, Válter Roberto; GRESPAN DE FARIA, Orlanda Maria. *Divinolândia... Nos Caminhos do Tempo*. Divinolândia: edição dos autores, 1991. plataformaverri.com.br (livro 2556)

7. BRASIL. Lei n.º 2.040, de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre), planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm; e Lei n.º 3.353, de 13 de maio de 1888 (Lei Áurea), planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm

8. Campo e Trilha. *Almanaque do Caminho da Fé*, p. 223 (Espírito Santo do Pinhal), com base na prefeitura de Pinhal. campoetrilha.com.br/downloads/almanaque-do-caminho-da-fe.pdf

9. Revista Espresso. *Produtores de café de Divinolândia apresentam a região*: a cafeicultura local tomou corpo com a imigração europeia, sobretudo italiana, entre o fim do século XIX e o começo do XX. revistaespresso.com.br/produtores-de-cafe-de-divinolandia-apresentam-a-regiao

10. FERREIRA, Rafael Augusto Silva; PEREIRA, Renata Baesso. Uma sociedade de capelas. *Almanack*, n.º 34, 2023, Figura 3 (recorte da "Relação dos habitantes...", reprodução dos autores, Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo), Figura 4 ("Mapa SIG das fazendas da aplicação da Capela do Esp. Santo do Rio do Peixe (1855)", elaboração dos autores em QGIS, 2022) e Figura 5 ("População livre e escravizada da Aplicação da Capela do Espírito Santo do Rio do Peixe (1855)", elaboração dos autores; os números são livres/escravizados; ali o Limoeiro aparece com 50 escravizados, o Pinhal com 112, Santo Antônio do Rio do Peixe com 94 e a Fartura com 85, embora o texto do artigo fale em "mais de 50"). Reproduzidas sem alteração, sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC BY 4.0). scielo.br/j/alm/a/bH5cms5rcJjwgVzYtctYKSF

11. FERREIRA, Rafael Augusto Silva. *À sombra da capela*. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo), PUC-Campinas, 2022, p. 232–234: transcrição do ofício que abre a "Relação dos habitantes na aplicação da Capella do Divino Espírito Santo do Rio do Peixe, nº 2" ("do número que alcançou a 1573, faltando as seguintes famílias"; "com ellas completará o nº. de 2$000"), Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, fl. 1. repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/4169

12. *Recenseamento Geral do Império de 1872: Província de São Paulo*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1874, p. 349–350: "Quadro geral da população da parochia do Divino Espirito Santo do Rio do Peixe" (condição, sexo, raça, estado civil, religião, nacionalidade e instrução), a tabela de idades, em que nenhum escravizado aparece nas colunas de 1 a 11 meses, e a tabela da naturalidade por província, em que os escravizados somam 526 nascidos em São Paulo, 32 no Piauí, 20 em Minas Gerais, 17 no Ceará, 15 no Rio Grande do Sul, 6 em Santa Catarina e 3 em Pernambuco (somas feitas para este livro, conferidas com os totais impressos). Domínio público. archive.org/details/recenseamento1872sp

13. BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo (org.). *São Paulo do passado: dados demográficos, 1886* . Campinas: NEPO/Unicamp, 1999, Quadro 14, p. 89: "Resumo geral dos escravos matriculados até 30 de março de 1887", transcrito do relatório da Comissão Central de Estatística da Província, linha de Caconde (745 escravizados; grupos de idade: 349 com menos de 30 anos, 199 de 30 a 40, 117 de 40 a 50, 38 de 50 a 55 e 42 de 55 a 60). nepo.unicamp.br/publicacoes/censos/1886.pdf

14. Hemeroteca Digital Brasileira (Biblioteca Nacional). *Correio Paulistano*, 1880 a 1888: a busca pela expressão "Espirito Santo do Rio do Peixe" dá 109 ocorrências, consulta de novembro de 2026. memoria.bn.gov.br

15. FARIA, Marjorie P. J. de. A Festa de Santa Cruz em Divinolândia: territorialidades e conflitos na interpretação do patrimônio cultural. *Extraprensa*, São Paulo, v. 12, n. esp., set. 2019, p. 655 (depoimento de Orlanda Grespan, transcrito da dissertação da autora, 2018, p. 217) e p. 658 (a memória dos afrodescendentes sobre os conflitos com fazendeiros pela terra). revistas.usp.br

16. LOPES, Válter Roberto; GRESPAN DE FARIA, Orlanda Maria. *Divinolândia... Nos Caminhos do Tempo*. Divinolândia: edição dos autores, 1991, lido em fotografias das páginas de um exemplar. Capítulo "O coronelismo em Divinolândia. As grandes fazendas e o escravismo", p. 22–28: os coronéis com "mais de uma centena de escravos" (p. 23), a descrição geral (p. 22–24) e, na página que se segue à 24, a frase "Este era provavelmente o cenário do dia-a-dia na Freguesia do Espírito Santo do Rio do Peixe", o primeiro batizado de escravizada, de 1859, a origem em Minas, a matrícula em Casa Branca e o começo da lista dos senhores, como aparece na foto da página: Reginaldo Gomes da Fonseca, capitão Manoel Antônio Francisco da Costa, Antônio Thomaz de Andrade, D. Maria Custódia Nogueira, capitão Thomaz José de Andrade, capitão Alexandre Luiz de Mello, capitão Manoel Thomaz de Andrade, Francisco da Costa, Antônio Joaquim Teixeira, Demétrios Antunes de Azevedo, Eustáquio José Teixeira, Misael Pinto da Fonseca, José Francisco da Costa, João Teixeira e Francisco Antônio Ferreira (a lista continua nas páginas seguintes, que não foram fotografadas), a família Andrade com 148 escravos (p. 28). P. 29: a transcrição do registro de batizado de 14/5/1865 e a da escritura de 1877, "do livro de

registro de escritura de terras e de compra e venda de escravos, do cartório". P. 23 e 30: o café, a derrubada da mata e o abandono das terras, os víveres importados dos Estados Unidos e o "desmatamento de mais de 90% das terras do nosso município" (p. 23).

17. LOPES, Válter Roberto; GRESPAN DE FARIA, Orlanda Maria. *Divinolândia... Nos Caminhos do Tempo*. Divinolândia: edição dos autores, 1991, lido em fotografias das páginas de um exemplar; nenhuma das passagens indica fonte. P. 23: o escravo "considerado velho" depois dos 30 anos e os que "eram eliminados habilidosa e artificiosamente". P. 24: o "empurrãozinho", as revoltas, as fugas, os capitães do mato e os quilombos, o respeito e o apadrinhamento depois da abolição. Página seguinte à 24: os filhos ilegítimos vendidos. P. 28: capítulo "Por que o negro não se integrou à nossa sociedade?". P. 30, capítulo "As fazendas do Espírito Santo do Rio do Peixe": as "declarações de estima" encontradas em documentos, os pretos velhos que tinham de "passar a noite latindo como um vira-lata em torno do galinheiro do coronel" e as "trocas de fazendas por escravos" (a frase continua na p. 31, que não foi fotografada).

CAPÍTULO 3

Os imigrantes

Mascates, colonos e padeiros no Rio do Peixe

No fim do século XIX, a grande imigração europeia chegou a São Paulo. Calcula-se que 1,6 milhão de imigrantes desembarcaram no porto de Santos entre 1887 e 1914, a maioria italianos[1]. Em Divinolândia, foi com eles que a cafeicultura tomou corpo, entre o fim do século XIX e o começo do XX[2].

Segundo a resenha do livro de 1991, os autores lembram a contribuição de portugueses, espanhóis, libaneses e, sobretudo, italianos, e registram que para Divinolândia não teriam vindo imigrantes japoneses[3]. Das famílias de colonos que trabalharam nas fazendas, quase nada está publicado. As histórias que chegaram até nós são as de quem fez comércio, comprou terra ou deixou descendentes que pesquisaram a própria árvore.

UM MASCATE DA TOSCANA

A trajetória mais bem documentada entre as encontradas é a de Angelo Tardelli. Ele nasceu por volta de 1850 em Isola Santa, uma pequena povoação da comuna de Careggine, nas montanhas da Garfagnana, província de Lucca, na Toscana. Chegou ao Brasil no fim da década de 1870 e, com o irmão Lourenço, trabalhou como mascate: comerciante ambulante que percorria cidades, vilas e fazendas levando mercadorias. O circuito deles incluía São João da Boa Vista, Casa Branca, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Grama, Caconde e o Espírito Santo do Rio do Peixe, além do sul de Minas[1].

Antes de chegar ao Rio do Peixe, Angelo viveu em Campestre, no sul de Minas, em São José do Rio Pardo e na Grama. Em 1881 casou-se com Maria Carolina Ferreira da Silva, de uma família de fazendeiros da região, e em 1886 ajudou a fundar uma sociedade italiana de socorro mútuo. O bisneto que

reconstituiu a história observa que era raro, na época, um imigrante recém-chegado casar-se numa família tradicional[1].

Por volta de 1892, os Tardelli passaram a morar no Espírito Santo do Rio do Peixe. Em 1894 viviam na Rua do Cemitério, então vizinha à igreja matriz; o cemitério depois mudou de lugar. Angelo foi comerciante e lavrador, plantou café num sítio na Grama, cuja colheita deu como garantia de uma dívida, e entre 1909 e 1913 foi juiz de paz do distrito, cargo que antes fora de José Pedro Becker[1]. Primos dele, como Battista Tardelli, chegado em 1890, vieram depois e se fixaram nas mesmas cidades, por sugestão ou iniciativa de Angelo[1]. Com os Tardelli, foi assim: um veio, os parentes seguiram.



A família Tardelli no Espírito Santo do Rio do Peixe, nos anos 1890: Angelo e Maria Carolina, sentados, com as três filhas, Arminda, Joanna e Henriqueta. Fotografia de autor não identificado, do acervo da família, reproduzida na *Revista da ASBRAP* n.º 10, p. 241[11].

OS NOMES NOS PAPÉIS

Boa parte do que se sabe dos Tardelli no Rio do Peixe vem de uma pesquisa feita em 1995 por Orlanda Maria Grespan de Faria, a mesma autora do livro de 1991, nos registros de compra e venda de terras e casas da época[1]. Nesses registros, os sobrenomes estrangeiros são quase todos italianos: Contadini, Corsi, Vannuci, Fornari, Bussio, Zanini, Colombo, Franchi, Bassetti, Farani, Del Ciampo, Amalfi, Mancini, Cervelim, Cimino, Milaneze, Debra, Sevesi, Turri, Bettin, Pasquini e Maffezzoni. Os poucos que não eram italianos incluem Becker, Fromm, Iene e Filloy. Muitos imigrantes portugueses também aparecem, mas os sobrenomes deles se confundem com os dos brasileiros[1].

Em 1898, a cunhada de Angelo casou-se no Espírito Santo do Rio do Peixe com outro italiano, Domingos Rancan. E, em 1912, o jornal *O Rio Pardo* publicou a programação da festa de Santo Antônio no Espírito Santo do Rio do Peixe: a comissão organizadora era formada por José Cervelim, Natal Neri, Oreste Neri e Antonio Ribeiro, e entre as moças das comissões que juntavam prendas havia nomes das famílias Tardelli, Becker, Franchi, Mancini, Amalfi, Fornari, Cervelim e Rosseto[1]. Vinte anos depois de os Tardelli se mudarem para a vila, os sobrenomes italianos já apareciam entre os que organizavam a festa.

O PRIMEIRO COMERCIANTE

O livro de 1991 chama de primeiro comerciante do lugar Nicolau Vita, e lembra também os negociantes Francisco Viola, João Sales, Ciríaco Ananíades, conhecido como o grego, Viriato Cunha e Miguel Mori[3]. Os registros do FamilySearch trazem um Nicolau Vita que morreu em Sapecado e que, ao que tudo indica, é o mesmo. Esse Nicolau nasceu em 15 de junho de 1865 em Lagonegro, na Basilicata, e casou-se lá, em 1891, com Maria Felicia Amalfi[4], sobrenome que aparece também nos registros de terras do Rio do Peixe. Morreu em Sapecado em 23 de outubro de 1941, aos 76 anos[4].

Sem médico, quem precisava de socorro recorria, segundo o mesmo livro, ao único farmacêutico, Mário Ribeiro, ou a um açougueiro chamado Ciríaco

Pagano[3].

A BATATA E O PÃO

Duas marcas da cidade de hoje nasceram de famílias de imigrantes. A primeira é a batata. Segundo a Associação Brasileira da Batata, foram espanhóis e italianos que a introduziram no município, na década de 1930, em terras de mata derrubada a machado e preparadas com enxadão e arado puxado por boi ou burro. Divinolândia tornou-se importante produtora de batata-semente, vendida para diversas regiões, e ficou conhecida como a capital da batata[5]. O livro de 1991 destaca a produtividade das famílias Cabrera e Quintana[3].

A segunda é o pão. Há mais de um século, uma família da cidade carrega a tradição da panificação, que começou com um bisavô que veio da Itália e abriu uma pequena padaria. Foi o avô, segundo o neto Orfeu, quem inventou o pão de queijo doce que hoje é lembrado como receita de Divinolândia: como a cidade faz divisa com Minas, viajantes pediam pão de queijo, e ele, sem conhecer a receita, testou até chegar a uma versão própria, adoçada[6].

DUAS FAMÍLIAS: OS DARCIE E OS OSTORERO

Os registros civis e paroquiais reunidos no FamilySearch permitem seguir duas outras famílias italianas da região, ligadas a Divinolândia. Os dois casos mostram também como os nomes mudavam no caminho entre a Itália e o cartório brasileiro.

Os Darcie vieram do Vêneto. Pietro Darcie nasceu por volta de 1853 em Treviso, filho de Giovanni Darsiè e Lucia De Poi, e teve pelo menos nove filhos com Maria Giacomini. Na Itália, o sobrenome do pai e de alguns irmãos dele aparece como Darsiè; nos papéis brasileiros aparece como Darsie, D'Arsie, Darci e, por fim, Darcie. Dois dos filhos, nascidos na Itália, casaram-se em São José do Rio Pardo: Giovanni, nascido em 1879 em Vittorio, na província de Treviso, casou-se em 1901 com Helena Sossai, e teve com ela pelo menos onze filhos; Angelo, nascido em 1881, casou-se em 1902 com Maria Vendramel e morreu em São José do Rio Pardo em 1937. Pietro e Maria morreram em 1920[7].

A guerra de 1932 deixou um papel com o nome da família. Na ocupação de São José do Rio Pardo, em 8 de setembro de 1932, a casa de Giovanni, registrado também como João Darcie, foi saqueada, e uma lista dos valores desaparecidos foi entregue, provavelmente à polícia. Em 1995, uma neta dele entregou o documento ao escritor Rodolpho Del Guerra; ele ficou arquivado na hemeroteca do Museu Riopardense e foi publicado no livro *Riquezas do Baú Provinciano*[8]. Em Divinolândia, quatro ruas levam o nome da família: Guiomar Darcie Fonsato, João Darcie e José Darcie, no Jardim Bela Vista, e Walter Darcie, que atravessa o Jardim Bela Vista e o Residencial Acácia[9].

Os Ostorero vieram da Lombardia. Miguel Ostorero nasceu em 1885 em Pinarolo Po, na província de Pavia, filho de Luigi Ostorero e Joanna Bessone, e casou-se com Maria Sala, nascida em 1889. Em 1909 a família já estava na região: a filha mais velha registrada, Joanna, nasceu em 15 de novembro daquele ano na Grama, então distrito de São José do Rio Pardo. Vieram depois Mário, em 1912, Fernandes, em 1916, Olívia, em 1922, Maria, em 1927, e Carlindo, em 1933, este já nascido no distrito que viraria Divinolândia [10].

Miguel Ostorero morreu em Divinolândia em 15 de setembro de 1957, aos 72 anos, e foi sepultado na cidade; Maria Sala viveu até 1972[10]. Nos registros, o sobrenome aparece como Ostorero, Ostoero, Ostarero e Ostauro[10].

O QUE AINDA FALTA SABER

Quase tudo sobre os colonos das fazendas: quem chegou, de que aldeia, em que navio, em que fazenda trabalhou. Os registros da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo e os livros de batismo e casamento da paróquia podem responder. Falta também a história dos espanhóis, dos libaneses e dos portugueses, que o livro de 1991 menciona e que não aparecem em nenhuma página aberta. A história das famílias espanholas da cidade, como os Ramírez, também não foi encontrada em nenhuma fonte publicada. Falta, por fim, o nome da família da padaria e do bisavô que a fundou, e se e quando os Darcie passaram a viver no Rio do Peixe.

NOTAS E FONTES

1. CUNHA FILHO, Aguinaldo Ribeiro da. As famílias Tardelli, da Toscana, e Ferreira da Silva, do sul de Minas e dos Açores. *Revista da ASBRAP*, n.º 10, p. 221 e seguintes. Inclui a estimativa de 1,6 milhão de imigrantes em Santos (1887–1914), citando Boris Fausto, *Negócios e Ócios* (1997), e os registros imobiliários do Espírito Santo do Rio do Peixe pesquisados por Orlanda Maria Grespan de Faria em 1995. asbrap.org.br/artigos/rev10_art11.pdf
2. Revista Espresso. *Produtores de café de Divinolândia apresentam a região*, 15/12/2015. revistaespresso.com.br/produtores-de-cafe-de-divinolandia-apresentam-a-regiao
3. Plataforma Verri. Resenha de LOPES, Válter Roberto; GRESPAN DE FARIA, Orlanda Maria. *Divinolândia... Nos Caminhos do Tempo*. Divinolândia: edição dos autores, 1991. plataformaverri.com.br (livro 2556)
4. FamilySearch. *Nicolau Vita (1865–1941)*, registro GSP9-LGY: nascimento em Lagonegro, casamento com Maria Felicia Amalfi (1891) e morte em Sapecado (1941). ancestors.familysearch.org/en/GSP9-LGY
5. Associação Brasileira da Batata (ABBA). *Cultura da batata em Divinolândia*. abbabatatabrasileira.com.br/materias-das-revistas/cultura-da-batata-em-divinolandia
6. EPTV, *Mais Caminhos*. *Tradição de família mantém viva receita centenária em Divinolândia*, sobre o programa exibido em 2/5/2026. redeglobo.globo.com/sp/eptv/Mais-Caminhos (matéria)
7. FamilySearch, a partir dos registros civis de São Paulo: *Pietro Darcie (1853–1920)*, K8Y2-757; *Giovanni Darcie (1879)*, KZZ8-QHS; *Angelo Darcie (1881–1937)*, KDMH-8V7 .
8. São José do Rio Pardo – História e Memória (grupo no Facebook). *Documento de Giovani Darcie comprova roubo*, com base em DEL GUERRA, Rodolpho. *Riquezas do Baú Provinciano*, p. 167; o documento está na hemeroteca do Museu Riopardense. facebook.com/groups/1161727937593910/posts/1630702050696494
9. Prefeitura de Divinolândia. *Logradouros de Divinolândia* (lista de ruas e CEPs, 2024). divinolandia.sp.gov.br (PDF)
10. FamilySearch, a partir dos registros civis de São Paulo: *Miguel Ostorero (1885–1957)*, GNYN-NP2; *Joanna Ostorero (1909)*, GXVW-KDZ.
11. CUNHA FILHO, Aguinaldo Ribeiro da. As famílias Tardelli, da Toscana, e Ferreira da Silva. *Revista da ASBRAP*, n.º 10, p. 241, fotografia com a legenda "Família Tardelli em Espírito Santo do Rio do Peixe, anos 1890. Angelo e Maria Carolina estão ladeados pelas três filhas, Arminda, Joanna e Henriqueta". O artigo não diz quem fez a foto. asbrap.org.br/artigos/rev10_art11.pdf

CAPÍTULO 4

O tempo dos coronéis

As famílias da política da freguesia

Na segunda metade do século XIX, a freguesia do Espírito Santo do Rio do Peixe era pequena: em 1872 tinha 3.144 moradores, dos quais 2.525 livres e 619 escravizados[1]. Os registros eleitorais da freguesia mostram, na vida política dela, um pequeno grupo de famílias de fazendeiros ligadas entre si por casamentos: os Ribeiro da Cunha, os Ferreira Pinto, os Ávila Ribeiro e os Thomaz de Andrade[1].

O livro de 1991 tem um capítulo chamado "O coronelismo em Divinolândia. As grandes fazendas e o escravismo"[2]. Lido agora, ele fala quase só da escravidão nas fazendas, assunto do capítulo 2, e pouco do poder dos coronéis: não traz eleições, disputas nem nomes de chefes políticos. Noutro capítulo, o livro publica o retrato de um homem de terno, de pé ao lado de uma coluna, com a legenda "Senhor Luiz Andrade, filho de Joaquim Pio de Andrade. Seus antepassados eram coronéis no Espírito Santo do Rio do Peixe. Possuíam muitos escravos"; a foto não tem data[6]. O que se sabe dessas famílias vem sobretudo de pesquisas de genealogia, uma delas feita por um descendente, que leu os registros eleitorais da freguesia guardados no Arquivo do Estado[1].

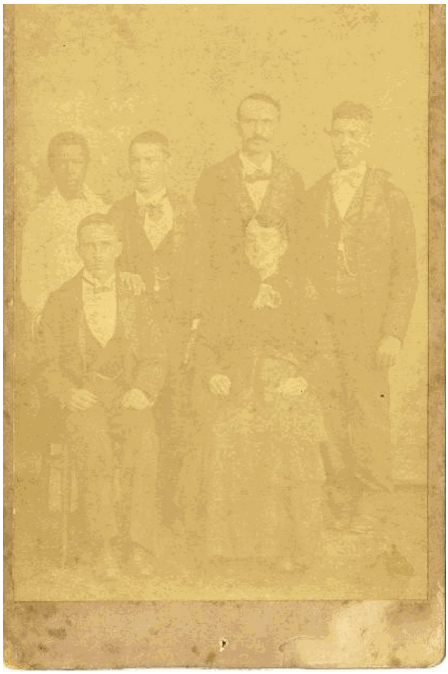
GRACIANO E OS FERREIRA PINTO

Graciano Ribeiro da Cunha foi batizado em 1816 em Baependi, no sul de Minas, e por volta de 1841 deixou a casa do pai e se fixou na região de Caconde, nas terras onde se formaria o Espírito Santo do Rio do Peixe. Por volta de 1845 casou-se com Juventina, filha do capitão Vicente Ferreira Pinto, um dos fazendeiros mais ricos do lugar, dono das fazendas Três Barras, comprada em 1821, e Boa Vista[1].

O censo de 1850 registra Graciano como negociante, com quatro escravizados. Desta vez os nomes ficaram registrados: Felipe, de 34 anos, e Efigênia, de 25, anotados como bantos e crioulos, e dois filhos deles, bebês de um e dois anos[1]. Graciano viveu no Rio do Peixe até morrer, em 1898, e em 1875 exercia as funções de subdelegado[1].

OS CORONÉIS

Nos registros eleitorais das décadas de 1870 e 1880, os nomes que se repetem são os do mesmo tronco familiar. O que mais aparece é o do filho de Graciano, José Leopoldino Ribeiro da Cunha, nascido por volta de 1848, político do Partido Conservador no Império, que passou para o Partido Republicano Paulista depois de 1889. Ao lado dele aparecem o irmão Gabriel, o primo Vicente Ferreira Pinto Júnior e os cunhados Francisco de Ávila Ribeiro, o Chico Carolino, do Partido Liberal, e Luiz Thomaz de Andrade[1].



Um ramo do mesmo tronco no Espírito Santo do Rio do Peixe, em 1898. Sentados, Astolpho Ribeiro da Cunha e a mãe, Maria Balbina de São José Martins Coelho; de pé, um rapaz que a legenda original não identifica, Arlindo, o pai Américo Ribeiro da Cunha, primo de José Leopoldino, e Nestor. Nestor e Arlindo se casariam com Arminda e Joanna, filhas de Angelo Tardelli. Fotografia de autor não identificado, reproduzida na *Revista da ASBRAP* n.º 9, p. 247[7].

Em 1884, Luiz Thomaz de Andrade, então com trinta anos, casado, lavrador e morador do Espírito Santo do Rio do Peixe, foi proposto para tenente da Guarda Nacional[3]. As genealogias o chamam, mais tarde, de coronel[1].

O livro de escrituras do Espírito Santo do Rio do Peixe de 1883 foi aberto pelo coronel José Leopoldino, e em 1890 a compra de uma casa na Grama por Angelo Tardelli foi escriturada na própria residência dele, que, ao que tudo indica, emprestou ao amigo o dinheiro do negócio[4]. O cargo de juiz de paz do distrito foi de José Pedro Becker e, entre 1909 e 1913, do próprio Angelo Tardelli, italiano casado numa família tradicional[4].

A MUDANÇA PARA SÃO JOSÉ

Na última década do século XIX, ramos dessas famílias mudaram-se para a vizinha São José do Rio Pardo, fundada em 1865 por fazendeiros do sul de Minas·. Em 1898, o próprio distrito do Espírito Santo do Rio do Peixe passou de Caconde para o município de São José do Rio Pardo[5]. Em 1900, Luiz Thomaz de Andrade, filho do capitão Tomás, foi o intendente de São José, eleito em janeiro e com renúncia em agosto daquele ano[3], e o coronel José Leopoldino presidiu a Câmara de lá entre 1907 e 1913. Quando ele morreu, em 1918, o jornal *O Estado de S. Paulo* o descreveu como chefe político de grande prestígio. Segundo o genealogista, a influência política dele foi grande também no Rio do Peixe, onde viveu até a idade adulta, e uma rua da cidade tem hoje o seu nome[1].

O QUE AINDA FALTA SABER

Falta o que nenhuma fonte encontrada conta sobre o coronelismo no lugar, nem mesmo o livro de 1991: as disputas, as eleições e o modo como esse poder era exercido. Falta também a política da vila entre 1900 e 1930, quando ela já era um distrito de São José do Rio Pardo, e os nomes dos subprefeitos e juízes de paz desse período.

NOTAS E FONTES

1. CUNHA FILHO, Aguinaldo Ribeiro da. A família Ribeiro da Cunha. *Revista da ASBRAP* , n.º 9, p. 234–240, com base no censo de 1850, nos registros eleitorais de Caconde e do Espírito Santo do Rio do Peixe (Arquivo do Estado de São Paulo) e no necrológio de *O Estado de S. Paulo* de 4/11/1918. asbrap.org.br/artigos/rev9_art10.pdf
2. Plataforma Verri. Índice de LOPES, Válter Roberto; GRESPAN DE FARIA, Orlanda Maria. *Divinolândia... Nos Caminhos do Tempo*, 1991. plataformaverri.com.br/pdf/2556_summary.pdf
3. ISOLDI, Maria Celina Exner Godoy. O capitão Tomás José de Andrade e seus descendentes. *Revista da ASBRAP*, n.º 4, p. 196: Luís Tomás de Andrade, nascido em novembro de 1855, proposto para tenente da Guarda Nacional em 1/2/1884, eleito prefeito de São José do Rio Pardo em 7/1/1900 e renunciante em 2/8/1900. asbrap.org.br/artigos/rev4_art10.pdf

4. CUNHA FILHO, Aguinaldo Ribeiro da. As famílias Tardelli, da Toscana, e Ferreira da Silva. *Revista da ASBRAP*, n.º 10, p. 233–237, com base nos registros pesquisados por Orlanda Maria Grespan de Faria. asbrap.org.br/artigos/rev10_art11.pdf

5. IBGE. *Divinolândia (SP): histórico e formação administrativa*. biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtb/saopaulo/divinolandia.pdf

6. LOPES, Válter Roberto; GRESPAN DE FARIA, Orlanda Maria. *Divinolândia... Nos Caminhos do Tempo*. Divinolândia: edição dos autores, 1991, lido em fotografias das páginas de um exemplar: p. 22–28, capítulo "O coronelismo em Divinolândia. As grandes fazendas e o escravismo"; p. 17, fotografia de Luiz Andrade, sem data nem autor, no capítulo "As terras e a cidade bem dentro do olhar...".

7. CUNHA FILHO, Aguinaldo Ribeiro da. A família Ribeiro da Cunha. *Revista da ASBRAP* , n.º 9: p. 247, fotografia com a legenda "Sentados, Astolpho Ribeiro da Cunha e sua mãe Maria Balbina de São José Martins Coelho. De pé, n.i., Arlindo Ribeiro da Cunha, o pai Américo Ribeiro da Cunha e Nestor Ribeiro da Cunha (Espírito Santo do Rio do Peixe, SP, 1898)"; p. 246, quadro da família, com os casamentos de Nestor com Arminda Tardelli e de Arlindo com Joanna Tardelli; p. 248, o casamento de Américo em 1877, com "o primo José Leopoldino Ribeiro da Cunha" por testemunha. O artigo não diz quem fez a foto. asbrap.org.br/artigos/rev9_art10.pdf

CAPÍTULO 5

A vida na vila

Caminhos, comércio, festa e futebol

O livro de 1991 dedica à vida da vila no começo do século XX uma série de capítulos curtos, quase um inventário das primeiras coisas: o primeiro automóvel, o primeiro gramofone e o primeiro rádio, o primeiro cinema, o primeiro cemitério, a banda, o futebol, a escola, a varíola, os dentistas[1]. O texto desses capítulos não está disponível, mas a resenha da obra e outras fontes permitem reconstituir parte daquela vida.

OS CAMINHOS

Segundo a resenha do livro de 1991, os caminhos e as estradas eram ruins, e as cargas andavam em carros de boi, com os seus sons característicos. O correio chegava a cavalo: o encarregado das malas postais, Júlio Honorato, fazia quinze viagens por mês. Ele foi também o motorista do primeiro ônibus, que ligava Sapecado a Poços de Caldas e tinha de atravessar vinte e duas porteiras no caminho; os passageiros se revezavam para abrir e fechar cada uma. Outras linhas iam para Caconde e São José do Rio Pardo. O primeiro caminhão do lugar foi de Sebastião Datovo e Oliveira Emboava[2].

Desde 1935, segundo a *Gazeta do Rio Pardo*, o redator do *Resenha* pedia aos poderes públicos meios de fácil comunicação entre a vila e a sede do município e com Poços de Caldas, e um texto da *Folha da Manhã*, que o artigo sobre o sanatório data de 1936, descrevia Sapecado como uma vila "distante 20 minutos de automóvel", com água excelente e bom serviço de luz e força[3]. Mais tarde, numa visita ao sanatório quando o Cine-Teatro, iniciado em 1947, estava em obras, o governador[5][4] Adhemar de Barros lamentou o estado intransitável da estrada e prometeu a rodovia São José – Sapecado –

Poços de Caldas[3].



O distrito na *Carta dos Excursionistas*, terceira secção, da Commissão Geographica e Geologica, publicada em 1923: "Esp.to S.to do Rio do Peixe" ao centro, entre São José do Rio Pardo e a Grama, com os nomes de Laranjal, Contendas, Vargem Grande, Água Fria e Sertãozinho em volta. Acervo do Museu Paulista da USP, em domínio público, via Wikimedia Commons[8].

O COMÉRCIO E A SAÚDE

Segundo o livro de 1991, o café ocupava tanta terra que quase não sobrava chão para a comida, que vinha de fora: gêneros chegavam da Argentina, e o arroz, do Japão. O primeiro comerciante foi Nicolau Vita, e o capítulo 3 conta quem veio depois dele[2]. Não havia médico: quem adoecia procurava o único farmacêutico, Mário Ribeiro, ou o açougueiro Ciríaco Pagano; os dentistas eram práticos, e as crianças nasciam pelas mãos de parteiras[2].

A FESTA

Em 1894 a família Tardelli morava na Rua do Cemitério, então vizinha da matriz; o cemitério depois foi transferido para o lugar onde está hoje[4]. Em 1912, o jornal *O Rio Pardo* publicou a programação da festa de Santo Antônio no Espírito Santo do Rio do Peixe, de 12 a 16 de junho, organizada por uma comissão de moradores, com três comissões de moças das famílias da vila encarregadas de juntar prendas[4].

A VIDA NO SÍTIO

Um morador que nasceu num sítio a pouco mais de dois quilômetros da cidade, à beira da estrada de Caconde, dois anos antes da emancipação, deixou memórias da infância por lá. O pai trabalhava na roça, capinando café, feijão e milho; a mãe criava frangos, fazia queijos para vender na cidade e era costureira, com freguesas das vilas e fazendas, e chamada também às casas dos "turcos", os comerciantes ricos das cidadezinhas da região. A água vinha de uma mina perto das araucárias, a irmã nasceu em casa pelas mãos de uma parteira, e a família ia de jardineira de Divinolândia a Poços de Caldas, onde a mãe vendia frangos no mercado·.

A VILA NO FIM DOS ANOS 1940

Uma descrição do município de São José do Rio Pardo do fim dos anos 1940, com dados de 1948 e 1949, reproduzida pelo site Migalhas, dá um retrato da vila de Sapecado: a igreja matriz do Espírito Santo e quinze capelas na cidade e no campo, o Hotel Central, duas farmácias, a Internacional e a "Santo Rosa", como está grafada, um matadouro, um cemitério, uma agência de correio e dois clubes de futebol, a Sociedade Esportiva Sapecadense e o Paulista Futebol Clube[5]. Havia também, desde 1945, o grande sanatório, com o seu cine-teatro projetado em 1947, que o capítulo 8 conta.

O QUE AINDA FALTA SABER

Quase todos os primeiros: o ano e o dono do primeiro automóvel e do primeiro rádio, o nome e o lugar do primeiro cinema da vila, a história da banda, das Escolas Reunidas e do futebol, e o que foi a epidemia de varíola que o livro de 1991 menciona. Esses capítulos existem no livro; o texto, não. O que se achou sobre a escola em outras fontes está no capítulo seguinte.

NOTAS E FONTES

1. Plataforma Verri. Índice de LOPES, Válter Roberto; GRESPAN DE FARIA, Orlanda Maria. *Divinolândia... Nos Caminhos do Tempo*, 1991. plataformaverri.com.br/pdf/2556_summary.pdf
2. Plataforma Verri. Resenha do mesmo livro. plataformaverri.com.br (livro 2556)
3. GRESPAN DE FARIA, Orlanda Maria. Um sanatório para tuberculosos em "Espírito Santo do Rio do Peixe". *Revista da ASBRAP*, n.º 18, p. 75–77 e 83 (transcrições do *Resenha* , 1935, da *Folha da Manhã*, 1936, e da *Gazeta do Rio Pardo*). asbrap.org.br/artigos/rev18_art5.pdf
4. CUNHA FILHO, Aguinaldo Ribeiro da. As famílias Tardelli, da Toscana, e Ferreira da Silva. *Revista da ASBRAP*, n.º 10, p. 236–238. asbrap.org.br/artigos/rev10_art11.pdf
5. Migalhas, *Dr. Pintassilgo*. São José do Rio Pardo: década de 50. migalhas.com.br/drpintassilgo/23975/sao-jose-do-rio-pardo/decada-de-50
6. DORNELES, Manoel. No campo da sedução. *Contando História*, 19/2/2020. contandohistoria.com.br/no-campo-da-seducao
7. DORNELES, Manoel. Minha mãe também era uma peça. *Contando História*, 11/5/2021. contandohistoria.com.br/minha-mae-tambem-era-uma-peca
8. Commissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo. *Carta dos Excursionistas: terceira secção*, escala 1:200.000. São Paulo: Companhia Litographica Ypiranga, 1923. Acervo do Museu Paulista da USP, Coleção João Baptista de Campos Aguirra, reprodução de José Rosael e Hélio Nobre; em domínio público. Recorte feito para este livro. commons.wikimedia.org

CAPÍTULO 6

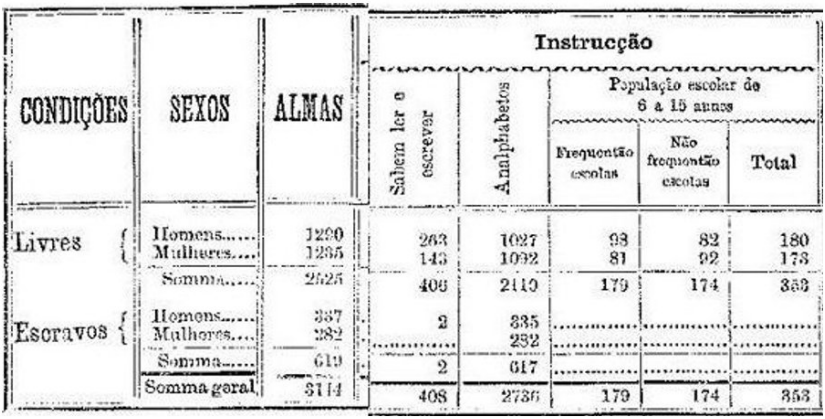
As primeiras letras

Da cadeira de 1865 ao ginásio de 1963

A capela do Espírito Santo do Rio do Peixe virou freguesia em 28 de março de 1865[1]. Menos de um mês depois, em 26 de abril, uma lei provincial criou ali uma cadeira de primeiras letras para meninos; a mesma lei criou outra, para meninas, na vila de Caconde[2]. É a escola pública mais antiga do lugar encontrada nas leis da província. A lei não diz quem foi o professor, nem onde as aulas eram dadas, e essas respostas ainda não foram encontradas.

QUEM SABIA LER EM 1872

Sete anos depois, o recenseamento geral do Império contou a instrução da freguesia. Das 2.525 pessoas livres, 406 sabiam ler e escrever, 263 homens e 143 mulheres; entre as 619 escravizadas, só duas. Somadas, eram 408 em 3.144 moradores, perto de uma pessoa em cada oito[3]. O mesmo quadro conta a população em idade escolar, de 6 a 15 anos, só entre os livres: das 353 crianças, 179 frequentavam escola (98 meninos e 81 meninas), e 174 não frequentavam[3]. O censo não diz onde estudavam as meninas: entre as leis encontradas, a primeira cadeira para o sexo feminino na freguesia veio depois do censo, em 3 de abril de 1873[4].



CONDIÇÕES	SEXOS	ALMAS	Instrucção				
			Sabem ler e escrever	Analphabetos	População escolar de 6 a 15 annos		
					Frequentão escolas	Não frequentão escolas	Total
Livres	Homens.....	1220	263	1027	98	82	180
	Mulheres....	1205	143	1092	81	92	173
	Somma.....	2525	406	2119	179	174	353
Escravos	Homens.....	337	2	335			
	Mulheres....	282		282			
	Somma.....	619	2	617			
	Somma geral	3144	408	2736	179	174	353

As colunas de instrução do quadro da paróquia no censo de 1872, postas ao lado das de condição e sexo (as colunas do meio foram omitidas): 406 livres e 2 escravizados sabiam ler e escrever; 179 crianças livres de 6 a 15 anos frequentavam escola. Publicação oficial do Império, em domínio público; recorte feito para este livro[3].

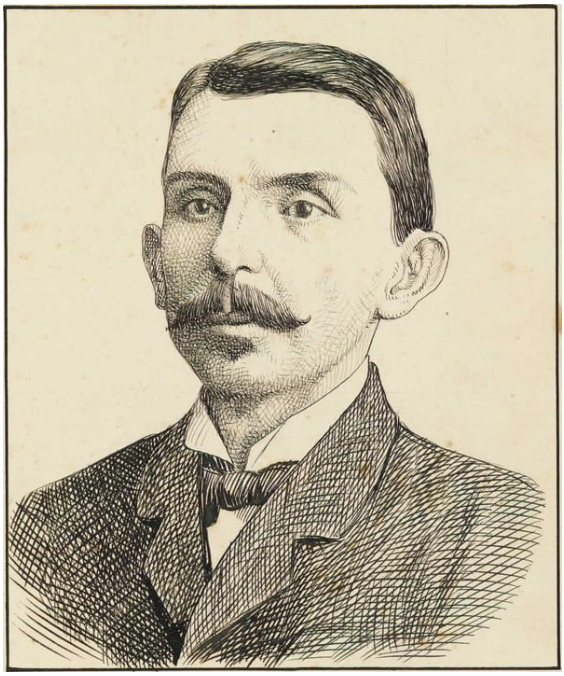
Em 17 de março de 1882, outra lei provincial criou de novo uma cadeira de primeiras letras para meninas na freguesia do Espírito Santo do Rio do Peixe[5]. A lei não explica se a de 1873 tinha sido extinta ou se era uma segunda escola.

O GRUPO ESCOLAR DE SAPECADO

As leis do Estado distinguiam as escolas pelo tamanho. Pelo regulamento do ensino paulista de 1926, um grupo escolar só podia ser instalado onde houvesse pelo menos 300 crianças em idade de matrícula num raio de dois quilômetros, e precisava ter ao menos oito classes; as escolas reunidas pediam 120 crianças e três classes[6]. O livro de 1991 trata da escola do lugar num capítulo de duas páginas, "A educação no princípio do século XX", e, segundo a resenha da obra, dá destaque às Escolas Reunidas[7]. O texto desse capítulo não está disponível, e as datas em que o distrito ganhou escolas reunidas e grupo escolar continuam sem fonte.

O que se sabe com certeza é que, em janeiro de 1947, o distrito já tinha um grupo escolar. Um decreto estadual de 15 de janeiro daquele ano deu nome a dezenas de grupos escolares do Estado, e o "Grupo Escolar de Sapecado, em São José do Rio Pardo" passou a se chamar Grupo Escolar "Euclides da

Cunha". A justificativa do decreto diz que a homenagem ao autor de *Os Sertões* , cuja vida se prendeu a São José do Rio Pardo, "se impõe por si mesma"[8].



Euclides da Cunha, cujo nome o grupo escolar de Sapecado recebeu em 1947, num retrato desenhado a traço, com data indicada como a década de 1890 e autoria atribuída a Laudelino Freire. Em domínio público, via Wikimedia Commons[15].

Segundo o histórico da escola estadual de Divinolândia, o grupo funcionava num prédio da Praça da Independência, a praça da matriz, n.º 148, em frente à igreja, e só depois passou a ocupar prédio próprio[9]. Em 16 de agosto de 1957, uma lei estadual autorizou o Estado a receber em doação, na Rua do Asilo, os terrenos para esse prédio, como conta o capítulo 10[10].

A LUTA PELO GINÁSIO

O grupo escolar dava o curso primário; o passo seguinte era o ginásio, e Divinolândia não tinha um. Em 1960, a Assembleia Legislativa aprovou duas vezes um projeto de lei que criava um ginásio estadual em Divinolândia, e o governador Carvalho Pinto vetou. A história foi contada no *Divinolândia – Jornal*, que o padre Ladislau Rodrigues Pinto dirigia, e transcrita décadas depois pela professora Orlanda Grespan de Faria[9].

Na madrugada de 26 de abril de 1960, uma caravana saiu da cidade num ônibus posto à disposição pelo deputado estadual Eduardo Vicente Nasser, de São José do Rio Pardo: o prefeito Alcindo Cardoso de Paiva, oito vereadores, o padre Ladislau, o médico Ângelo Elizeu Franchi, diretor do sanatório, o gerente do banco, o da Caixa Econômica e o da companhia de luz, comerciantes, um fazendeiro e um fotógrafo. No palácio, o governador não os recebeu; falaram com um representante dele, a quem o deputado pediu um estabelecimento secundário "para tranqüilidade de dezenas de famílias", ouviram promessas de apoio e chegaram de volta às quatro horas da madrugada do dia 27. O jornal deu a notícia com uma manchete de luto: "O governador estrangula uma justa aspiração"[9].

O veto caiu na própria Assembleia. Em 18 de maio de 1960, a Lei n.º 5.677, de um artigo só ("Fica criado um Ginásio Estadual em Divinolândia"), foi promulgada pelo presidente da Assembleia, Roberto Costa de Abreu Sodré, e não pelo governador[11]. Segundo o jornal, a notícia foi celebrada com fogos, e o chefe da Casa Civil telegrafou ao prefeito dizendo que o governador, examinando melhor as razões do município, tinha resolvido deixar que o projeto se convertesse em lei[9].

Eduardo Vicente Nasser não viu o ginásio funcionar. Nascido em São José do Rio Pardo em 1911, empresário e quatro vezes vereador, eleito deputado estadual em 1958, morreu em 21 de agosto de 1960; o jornal de Divinolândia pediu, ao noticiar a morte, que o nome dele fosse posto na fachada do novo ginásio[9]. Foi o que aconteceu: em 1963, um decreto estadual já distribuía cargos de professor de Português e de Matemática ao Ginásio Estadual "Deputado Eduardo Vicente Nasser", de Divinolândia[12].

AS PRIMEIRAS TURMAS

Criado por lei, o ginásio ainda precisava ser instalado. A instalação foi publicada em agosto de 1962, e no dia 6 daquele mês, perante o professor Willy Apparecido Cônsolo, responsável pela direção, foram admitidas duas professoras para o curso preparatório para o exame de admissão, Celina Theresa Bertocco de Paiva e Maria José Machado Zanetti[9]. O jornal desconfiou da pressa: a promessa de instalar o ginásio tinha vindo às vésperas das eleições, depois de anos em que a Secretaria da Educação dizia que a cidade não cumpria os requisitos[9].

Em março de 1963, o ginásio começou a funcionar com quatro classes, no prédio antigo do grupo escolar, em frente à matriz; o prefeito recém-empossado, o próprio padre Ladislau, mandou fazer as salas novas sem as quais o ginásio não podia funcionar. O curso colegial começou em 1971, e em 27 de fevereiro de 1972 o Estado entregou o prédio novo, onde a escola está até hoje. A partir de 1976 ela passou a receber também os alunos das primeiras séries; em 1978 formou a primeira turma de técnicos em contabilidade, e em 1980 abriu o curso de Magistério, o antigo normal[9]. É a Escola Estadual Deputado Eduardo Vicente Nasser, na Rua Leonor Mendes de Barros, 309, no Centro[13].

Quando o IBGE descreveu o novo município, em 1957, registrou que 64% da população presente de cinco anos ou mais sabia ler e escrever[14]. Em 1872, o censo contara uma pessoa alfabetizada em cada oito moradores; as duas contas não usam a mesma base, mas a distância entre elas mostra o caminho percorrido entre a cadeira de 1865 e o ginásio de 1963.

O QUE AINDA FALTA SABER

Os nomes dos primeiros professores e professoras e o lugar onde davam aula; quando as escolas isoladas viraram escolas reunidas e quando estas viraram o grupo escolar; as escolas dos bairros rurais; e o que o livro de 1991 conta no capítulo "A educação no princípio do século XX". Os jornais da região, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, devem guardar parte dessas respostas.

NOTAS E FONTES

1. IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, v. XXVIII: Municípios do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1957, p. 289, verbete "Divinolândia": "Pela Lei provincial n.º 25, de 28 de março de 1865, a povoação foi elevada a freguesia". biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_28.pdf
2. SÃO PAULO (Província). Lei n.º 92, de 26 de abril de 1865: "Ficam creadas duas cadeiras de primeiras lettras, uma para o sexo masculino na freguezia do Espirito Santo do Rio do Peixe, outra para o sexo feminino na villa de Caconde". al.sp.gov.br (lei 92/1865)
3. *Recenseamento Geral do Império de 1872: Província de São Paulo*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1874, p. 349, "Quadro geral da população da parochia do Divino Espirito Santo do Rio do Peixe", colunas de instrução: livres que sabem ler e escrever, 263 homens e 143 mulheres; analfabetos, 1.027 e 1.092; escravos que sabem ler e escrever, 2; "População escolar de 6 a 15 annos" (só livres): frequentam escolas 98 e 81, não frequentam 82 e 92, total 353. A proporção de uma em cada oito (408 em 3.144, 13%) é conta deste livro. Domínio público. archive.org/details/recenseamento1872sp
4. SÃO PAULO (Província). Lei n.º 40, de 3 de abril de 1873, art. 1.º, § 2.º, que cria cadeiras de primeiras letras "para o sexo feminino", entre elas "uma na Freguezia do Espirito-Santo do Rio do Peixe". A busca se limitou às leis provinciais publicadas pela Assembleia Legislativa; pode ter havido escola particular ou outro ato não encontrado. al.sp.gov.br (lei 40/1873)
5. SÃO PAULO (Província). Lei n.º 19, de 17 de março de 1882, art. 2.º: "Fica egualmente creada uma cadeira de primeiras letras para o sexo feminino" em lugares que incluem a "freguezia do Espirito-Santo do Rio do Peixe". al.sp.gov.br (lei 19/1882)
6. SÃO PAULO (Estado). Decreto n.º 4.101, de 14 de setembro de 1926, que regulamenta a reforma da instrução pública, arts. 210 a 212 (grupos escolares onde houver "no minimo, 300 creanças matriculaveis, dentro do raio de 2 kilometros"; escolas reunidas com 120; "Cada grupo escolar terá, pelo menos, oito classes, e as escolas reunidas, tres"). al.sp.gov.br (decreto 4.101/1926)

7. Plataforma Verri. Índice de LOPES, Válter Roberto; GRESPAN DE FARIA, Orlanda Maria. *Divinolândia... Nos Caminhos do Tempo*, 1991, p. 15 ("A educação no princípio do século XX", p. 54; o capítulo seguinte começa na p. 56), plataformaverri.com.br/pdf/2556_summary.pdf; e resenha do mesmo livro, que cita o destaque às "Escolas Reunidas", plataformaverri.com.br (livro 2556).
8. SÃO PAULO (Estado). Decreto n.º 16.720, de 15 de janeiro de 1947, que dá denominações a estabelecimentos de ensino: "Grupo Escolar de Sapecado, em São José do Rio Pardo - GRUPO ESCOLAR 'EUCLIDES DA CUNHA'", com a justificativa transcrita no próprio decreto. al.sp.gov.br (decreto 16.720/1947)
9. GRESPAN DE FARIA, Orlanda Maria. Histórico da Escola "Deputado Eduardo Vicente Nasser". *Revista da ASBRAP*, n.º 22, p. 171–234. Transcreve o *Divinolândia – Jornal* de 1960 (diretor e redator Ladislau Rodrigues Pinto: a caravana de 26 de abril, p. 174–176; a derrubada do veto e o telegrama de Portugal Gouveia, chefe da Casa Civil, p. 180–181; a morte do deputado, p. 181) e de 11 de agosto de 1962 (p. 177–179); o histórico da escola escrito pelo professor Antônio Celso Cardoso (criação, instalação no D.O.E. de 5/8/1962, prédio do grupo na Praça da Independência, n.º 148, colegial em 1971, prédio novo em 27/2/1972, 1976, 1978 e 1980, p. 184–186); a ata de 6 de agosto de 1962 (p. 186–187); e a biografia de Eduardo Vicente Nasser (p. 213–214). asbrap.org.br/artigos/rev22_art4.pdf
10. SÃO PAULO (Estado). Lei n.º 4.035, de 16 de agosto de 1957, que autoriza a Fazenda do Estado a adquirir, por doação, imóvel situado em Divinolândia para o Grupo Escolar "Euclides da Cunha". al.sp.gov.br (lei 4.035/1957)
11. SÃO PAULO (Estado). Lei n.º 5.677, de 18 de maio de 1960, "Dispõe sôbre a criação de um Ginásio Estadual em Divinolândia", promulgada pelo presidente da Assembleia Legislativa "nos têrmos do Artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual". al.sp.gov.br (lei 5.677/1960)
12. SÃO PAULO (Estado). Decreto n.º 42.358, de 16 de agosto de 1963, que dispõe sobre lotações de cargos de professores secundários: "1 (um) Português - 1 (um) Matemática - Ginásio Estadual 'Deputado Eduardo Vicente Nasser', de Divinolândia". al.sp.gov.br (decreto 42.358/1963)
13. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Portal da Transparência, *Eduardo Vicente Nasser Deputado EE* (CIE 19239), Rua Leonor Mendes de Barros, 309, Centro, Divinolândia. transparencia.educacao.sp.gov.br
14. IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, v. XXVIII, op. cit., p. 290, verbete "Divinolândia": "ALFABETIZAÇÃO — 64% da população presente, de 5 anos e mais, sabem ler e escrever" (a obra não diz de que ano é o dado). biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_28.pdf

15. Wikimedia Commons. *Euclydes da Cunha.jpg*, retrato com autoria indicada como Freire, Laudelino, data "189-?", em domínio público. commons.wikimedia.org

CAPÍTULO 7

Quando a guerra chegou

Sapecado na Revolução de 1932

Em julho de 1932, o lugar que hoje se chama Divinolândia ainda não era município. Era um distrito pequeno, no alto da serra, colado à divisa com Minas Gerais. Nos papéis oficiais o nome era Espírito Santo do Rio do Peixe; o nome Sapecado só seria oficial em 1938, e o de Divinolândia em 1953, quando o distrito se emancipou[1]. Mas o lugar já era conhecido como Sapecado, por causa do rancho de tropeiros que pegou fogo às margens do Rio do Peixe, por volta de 1850[2]. É com esse nome que ele aparece nos relatos da guerra.

Desde 1898 o distrito pertencia ao município de São José do Rio Pardo, embora o histórico do IBGE ainda o liste ligado a Caconde nas divisões de 1911 e 1937[1].

A REVOLTA DE SÃO PAULO

No dia 9 de julho de 1932, São Paulo pegou em armas contra o Governo Provisório de Getúlio Vargas. Os paulistas exigiam o fim da ditadura do Governo Provisório, uma nova Constituição e a autonomia do Estado. Era o movimento que ficou conhecido como Revolução Constitucionalista. Esperava-se que Minas Gerais e o Rio Grande do Sul se juntassem a São Paulo; não se juntaram. Minas ficou ao lado de Vargas, e a sua Força Pública passou a lutar contra os paulistas na divisa entre os dois estados[3].

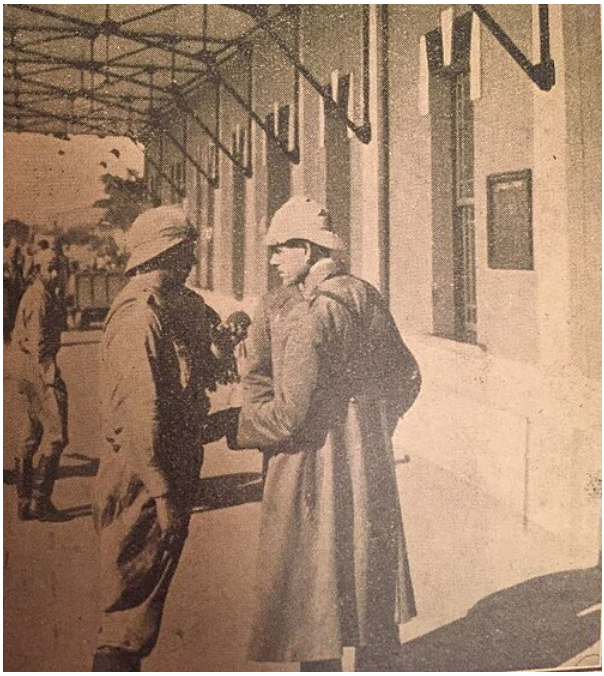
Com isso, a divisa com Minas virou uma das frentes de batalha. Na região que vai de Mococa a Espírito Santo do Pinhal, as cidades da Mogiana guardam até hoje as marcas daquele inverno. Mococa ficou na chamada Frente Leste, teve combates e perdeu três combatentes, lembrados por um monumento na

praça 9 de Julho. Em Águas da Prata houve combate, e as trincheiras, segundo a prefeitura, continuam nos morros. A estação de Casa Branca serviu de base para as tropas do governo federal[4].

O livro *Divinolândia... Nos Caminhos do Tempo*, escrito em 1991 por Válter Roberto Lopes e Orlanda Maria Grespan de Faria, dedica um capítulo a esse período. Segundo a resenha da obra, os autores contam que, por estar na divisa com Minas, o lugar se transformou num campo de guerra, e que muitos episódios daqueles meses são lembrados até hoje pela população[5]. O livro não está disponível na internet. Este capítulo tenta reconstruir, com o que está publicado, o que aconteceu em volta de Sapecado.

O BATALHÃO DE ROMÃO GOMES

Na Mogiana lutou o 1.º Batalhão da Milícia Civil, formado por voluntários, muitos deles estudantes, sob o comando de um oficial da Força Pública paulista chamado Romão Gomes; o batalhão ficou conhecido pelo nome dele e teve a sua sede em Águas da Prata. Mais tarde, Romão Gomes assumiria o comando de todo o setor·.



O capitão Romão Gomes na estação de Cascavel, hoje Aguaí, em setembro de 1932. Foto de autor desconhecido, publicada em 1933 no livro *A Coluna Romão Gomes*, de Herbert Levy, p. 210; em domínio público, via Wikimedia Commons[16].

Um desses voluntários, Hermann Moraes Barros, deixou um relato da campanha, publicado em 1984 na revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Ele conta que o batalhão estreou do lado mineiro da divisa, em Guaxupé. Atacados de manhã cedo numa posição chamada Manoel Joaquim, os paulistas resistiram; à noite veio a notícia de um acordo, a devolução de seis paulistas que os mineiros tinham feito prisioneiros e a ordem de deixar Guaxupé. O batalhão seguiu então por São José do Rio Pardo até São João da Boa Vista, e dali ocupou a frente de Águas da Prata, onde houve tempo para melhorar as trincheiras[8].

Depois de muitos dias de espera, veio o ataque. Segundo Hermann, forças mais numerosas e mais bem armadas, entre elas o 5.º Batalhão de Belo Horizonte, investiram contra as linhas paulistas por mais de uma semana, sem conseguir atravessá-las. O que obrigou o recuo foi a queda de Espírito Santo do Pinhal, à direita, sob outro comando. O batalhão recuou às pressas até

Casa Branca, onde Romão Gomes, promovido a major dias antes, assumiu o comando de todo o setor e deixou um posto avançado em Lagoa[8].

SAPECADO NAS MÃOS DO GOVERNO

É nesse momento que Sapecado aparece no relato. Com a retirada, uma série de lugares da região precisava ser retomada. Hermann lista o que era preciso retomar: as áreas de São José do Rio Pardo, Grama, Sapecado, Caconde, Itaiquara e Vargem Grande "e mais algumas estações abandonadas ao inimigo sem combate"[9].



Os lugares citados neste capítulo, nas posições de hoje, com Poços de Caldas como referência, e a divisa entre São Paulo e Minas. Os nomes são os dos relatos de 1932: Cascavel é a atual Aguaí; a Vargem Grande do relato foi marcada na atual Vargem Grande do Sul, que fica entre Casa Branca e a Grama, como no avanço descrito adiante, mas os textos não a identificam; Itaiquara é hoje um lugarejo de Tapiratiba. Mapa feito para este livro com dados do OpenStreetMap[17].

Para retomar o setor, Romão Gomes promoveu a capitão um rapaz de vinte anos, o segundo-tenente Herbert Levy, e pôs à disposição dele cerca de dez soldados do batalhão, promovidos ali mesmo a segundos-tenentes. Com o subcomandante, capitão Homero da Silveira, e outros oficiais, eles retomaram

todo o setor, até São João da Boa Vista e Águas da Prata. Segundo o relato, a ação rendeu numerosos prisioneiros, inclusive oficiais, além de metralhadoras, muita munição e alguns fuzis-metralhadores da fábrica Skoda, "recém-importados pela ditadura"[9].

Um outro texto, sobre Caconde em 1932, menciona alguém ligado a "Sapecado", assim, entre aspas, que mais tarde caiu prisioneiro "dos ditatoriais" [10]. O documento, publicado na internet, só pôde ser lido no trecho que os buscadores mostram, e o trecho não deixa claro se a palavra indica o lugar de onde a pessoa vinha ou um apelido; quem era e como foi preso ainda precisam ser conferidos.

AS FORÇAS DE SAPECADO

Uma menção a forças ligadas ao distrito está na história de Maria Sguassábia, uma professora rural ligada a São João da Boa Vista que, recusada no alistamento por ser mulher, acabou incorporada, com o nome de Mário Sguassábia, na 4.ª Companhia do mesmo 1.º Batalhão. Sua trajetória foi reconstituída a partir do relatório do tenente Mário dos Santos Meira, de 1935, e de outras fontes reunidas pelo projeto Mulheres de São João[11].

Segundo esse relato, depois de tomar Vargem Grande numa marcha noturna, com cerca de cem soldados presos, a tropa avançou sobre São Sebastião da Grama. Ali, as forças do governo resistiam ao ataque das "forças de São José do Rio Pardo e Divinolândia (Sapecado)". Centenas de soldados seguiram de trem e outros tantos de caminhão. Em quatro dias, a 4.ª Companhia travou dez combates[11]. É a menção mais direta, entre as publicadas, a forças paulistas ligadas a Sapecado. O texto não esclarece se eram homens do distrito ou tropas que atacavam a partir dele.

Há pelo menos um combatente com nome nascido no distrito. Aguinaldo Ribeiro da Cunha nasceu no Espírito Santo do Rio do Peixe em 8 de setembro de 1912, neto de Angelo Tardelli, o mascate do capítulo 3, e mudou-se ainda menino para São José do Rio Pardo. Em 1932, aos dezenove anos, alistou-se no Batalhão Romão Gomes, o mesmo de Herbert Levy e de Hermann de Moraes Barros, de quem ficou amigo pela vida toda. Quem

conta é o filho dele, o genealogista Aguinaldo Ribeiro da Cunha Filho[6].

O FIM

Na terceira semana de setembro, a resistência paulista ruiu em Eleutério e em outros pontos, deixando Campinas em situação precária. Hermann conta que Romão Gomes propôs atacar o flanco das tropas do governo com a sua coluna, então com cerca de dois mil e quinhentos homens, e que a proposta foi recusada pelo comandante da Força Pública, que já tinha pedido o armistício[12].

Na noite de 30 de setembro, com o armistício já acertado, a coluna seguiu para Campinas. Para não entregar as armas, o 1.º Batalhão da Milícia Civil pediu e obteve de Romão Gomes autorização para seguir de trem para São Paulo; partiu contra a vontade do oficial getulista que já comandava a estação, sem licença do tráfego, desceu na porteira da Barra Funda e se dispersou[12]. O conflito terminou com a rendição paulista, em 2 de outubro[3]. Maria Sguassábia voltou a pé de Campinas para São João da Boa Vista, cerca de 150 quilômetros[11].

O QUE A TERRA GUARDOU

A ocupação também deixou prejuízo nas casas. Em São José do Rio Pardo, muitos moradores se queixaram de saques e vandalismo durante a ocupação, e o jornal *Gazeta* comentou que também no Rio do Peixe houve muitos saques [15]. Um desses casos, o da casa da família Darcie, está contado no capítulo 3.

A guerra deixou mais do que lembranças. Na Rua Pio de Andrade, em Divinolândia, um funcionário que trabalhava com uma máquina notou um objeto metálico estranho e deu o alarme. Era, segundo a publicação, um morteiro da Revolução de 1932, que o GATE detonou[13].

No 9 de julho de 2026, uma publicação sobre a cidade disse que Sapecado esteve no centro dos confrontos e que muitos dos que lutaram nunca voltaram para casa[14]. É a memória que ficou, mas quase sem nomes.

O QUE AINDA FALTA SABER

As fontes publicadas contam a guerra em volta de Sapecado, mas quase nunca dentro dele. Não se encontraram as datas exatas em que o distrito foi ocupado e retomado, quantos moradores pegaram em armas, os nomes de quem morreu, nem o lugar das trincheiras que eventualmente tenham sido cavadas nos morros da cidade. Os episódios que o livro de 1991 diz que a população ainda lembra também não estão em nenhuma página aberta.

Quem tiver em casa fotografias, cartas, documentos ou histórias contadas pelos avós sobre 1932 em Sapecado tem nas mãos justamente o que falta a este capítulo.

NOTAS E FONTES

1. IBGE. *Divinolândia (SP): histórico e formação administrativa*. Biblioteca do IBGE. Freguesia criada em 1865 como Espírito Santo do Rio do Peixe; distrito de Caconde nas divisões de 1911 e 1937; nome Sapecado pelo Decreto 9.775, de 1938 (o histórico dá 30 de novembro; a formação administrativa, 30/12/1938); município de Divinolândia pela Lei 2.456, de 30/12/1953. biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtb/saopaulo/divinolandia.pdf
2. Câmara Municipal de Divinolândia. *História*. O rancho à margem do Rio do Peixe, por volta de 1850, e o incêndio que deu nome ao Pouso do Sapecado. camaradivinolandia.sp.gov.br/pagina/1/historia
3. Wikipédia. *Revolução Constitucionalista de 1932*. Início em 9 de julho, reivindicações, posição de Minas Gerais ao lado do governo federal e rendição paulista em 2 de outubro. pt.wikipedia.org/wiki/Revolução_Constitucionalista_de_1932
4. Campo e Trilha. *Almanaque do Caminho da Fé*, p. 157 (Águas da Prata), 203 (Mococa) e 206 (Casa Branca), com base nas prefeituras de cada cidade. campoetrilha.com.br/downloads/almanaque-do-caminho-da-fe.pdf
5. Plataforma Verri. Resenha de LOPES, Válter Roberto; GRESPAN DE FARIA, Orlanda Maria. *Divinolândia... Nos Caminhos do Tempo*. Divinolândia: edição dos autores, 1991, 100 p. plataformaverri.com.br (livro 2556)
6. Mulheres de São João. *Maria Sguassábia*. Romão Gomes, comandante do setor, com quartel-general em Águas da Prata; a 4.ª Companhia do 1.º Batalhão da Milícia Civil. mulheresdesaojoao.com.br/paginas/maria-sguassabia.html

7. CUNHA FILHO, Aguinaldo Ribeiro da. A família Ribeiro da Cunha. *Revista da ASBRAP* , n.º 9, p. 264–265. O pai do autor lutou em 1932 no Batalhão Romão Gomes, sediado em Águas da Prata, ao lado de Herbert Lévy e Hermann de Moraes Barros. asbrap.org.br/artigos/rev9_art10.pdf
8. BARROS, Hermann Moraes. O ideal sagrado de 1932. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. LXXIX, 1984, p. 171–177; aqui, p. 175. ihgsp.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Vol-79.pdf
9. BARROS, Hermann Moraes, op. cit., p. 175–176. A lista dos lugares abandonados sem combate e a retomada do setor por Herbert Levy.
10. Basílica Santuário Nossa Senhora da Conceição de Caconde (imaculada.org). Documento sobre Caconde em 1932, publicado no Yumpu. Lido apenas no trecho indexado pelos buscadores. yumpu.com/pt/document/view/12902081
11. Mulheres de São João, *Maria Sguassábia*, op. cit. A página se apoia no relatório do tenente Mário dos Santos Meira (1935) e no artigo "Uma professora em campo de guerra: a construção do personagem Soldado Mário na Revolução Constitucionalista de 1932" (UNISAGRADO, 2020).
12. BARROS, Hermann Moraes, op. cit., p. 176. A queda de Eleutério, a proposta de Romão Gomes, a noite de 30 de setembro e a viagem do batalhão até a Barra Funda.
13. Se Liga Tapiratiba (Facebook). *GATE detona morteiro da Revolução de 32 encontrado em Divinolândia*. Publicação de cerca de 2025. facebook.com/seligatap (publicação 1287075396760756)
14. diqbem (Instagram). Publicação de 9 de julho de 2026 sobre Divinolândia na Revolução Constitucionalista. instagram.com/p/Dak-fg3n9Kq
15. São José do Rio Pardo – História e Memória (grupo no Facebook). *Documento de Giovani Darcie comprova roubo*, com base em DEL GUERRA, Rodolpho. *Riquezas do Baú Provinciano*, p. 167. facebook.com/groups/1161727937593910/posts/1630702050696494
16. Wikimedia Commons. *Romão Gomes Casa Branca September 1932.JPG*: "captain Romão Gomes in the Cascavel train station (currently, municipality of Aguaí-SP). September of 1932". Fonte indicada: LEVY, Herbert. *A Coluna Romão Gomes*. São Paulo: Saraiva, 1933, p. 210. Autor desconhecido; domínio público pela Lei n.º 9.610/1998, arts. 43 a 45. commons.wikimedia.org
17. Mapa feito para este livro. A divisa entre os estados são as linhas comuns às relações de São Paulo e de Minas Gerais no OpenStreetMap; as cidades estão nas coordenadas das suas sedes, segundo o Nominatim, e Itaiquara, no ponto do lugarejo de mesmo nome. Dados © colaboradores do OpenStreetMap, licença ODbL. openstreetmap.org

CAPÍTULO 8

O clima que curava

O sanatório de Sapecado e o Hospital Regional

Nos anos 1930, Sapecado era, nas palavras de um jornal da capital, uma vila decadente na fronteira com Minas, "distante 20 minutos de automóvel", com água excelente e bom serviço de luz[1]. Tinha, porém, uma fama que corria a região: a de um clima que curava. Médicos de São José do Rio Pardo e de Ribeirão Preto mandavam doentes de tuberculose passar temporadas na vila e um deles, de Ribeirão Preto, registrou a cessação da tosse e o aumento do apetite e do peso[1].

A tuberculose era a "peste branca", e o mesmo jornal lembrava que, segundo a teoria da época, ela podia ser curada com higiene e alimentação sã, e melhor ainda reunindo clima, higiene e alimentação. Para o jornal *Resenha*, as estâncias de montanha mais conhecidas, como Campos do Jordão, eram distantes e acessíveis só a quem tinha fortuna. Daí a proposta de construir no Rio do Peixe sanatórios para os pobres[1].

A CAMPANHA DO JORNAL

Quem levou a ideia adiante foi um jornalista de São José do Rio Pardo, Paschoal Artese, dono e redator do jornal *Resenha*. Em 3 de novembro de 1935, o jornal lançou a proposta de criar sanatórios populares no Rio do Peixe, e em janeiro de 1936 mandou aos médicos da região um questionário: se conheciam o clima da vila, se ela servia para curar tuberculosos, se o governo devia ajudar[1].

As respostas foram publicadas ao longo de 1936. Um médico de Ribeirão Preto, que tinha estudado na Europa, escreveu que em toda a Mogiana não havia um sanatório e que o Rio do Peixe era o lugar indicado. Outro, diretor

do posto de saúde de São José do Rio Pardo, lembrou que muitos doentes iam para o Sapecado por conta própria, sem indicação médica, certos de melhorar. Entre os que responderam estava um filho da vila, o médico Ângelo Elyseu Franchi, formado na Bahia. Segundo a *Gazeta do Rio Pardo*, mais de cinquenta médicos responderam, todos a favor da ideia[1].

O PEDIDO A GETÚLIO VARGAS

Em 30 de agosto de 1938, o povo da vila escreveu ao presidente Getúlio Vargas e ao interventor de São Paulo, Adhemar de Barros, pedindo um sanatório popular no Rio do Peixe. A carta foi encabeçada pelo doutor Ângelo Franchi e pelo subprefeito Lourival Medeiros e levou mais de trezentas assinaturas de moradores. Pouco depois, a Presidência respondeu por telegrama que o governo federal estava pronto a estudar a construção do hospital[1].

Ao mesmo tempo, um congresso de prefeituras reunido em Mococa em 1938 passou a apoiar a obra; dez municípios da Mogiana já se tinham unido para construir um sanatório regional, que chegou a ter como local previsto a localidade de Comendador Guimarães, perto de Mococa. O clima do Sapecado pesou na escolha, e o bispo de Ribeirão Preto, dom Alberto Gonçalves, doou ao governo do Estado quinze alqueires de terra para a obra[1].

O PRÉDIO FECHADO

Em 28 de outubro de 1939, Adhemar de Barros veio a Sapecado lançar a pedra fundamental do Sanatório Regional, que receberia o nome dele. Em abril de 1940, a estrutura de concreto estava pronta. A inauguração, com 350 leitos para tuberculosos pobres, chegou a ser marcada para 14 de agosto de 1941. Até junho daquele ano, a obra tinha custado um milhão e 770 mil cruzeiros; desse total, o artigo registra 860 mil pagos pelo Estado e 17 mil pelas prefeituras do consórcio[1].

Três dias antes da cerimônia, uma comissão de moradores mandou imprimir um convite. "Sapecado, toda jubilosa, toda engalanada", chamava o povo de São José do Rio Pardo, Mococa, Casa Branca, Caconde, Tapiratiba, Grama e outras cidades para a visita do interventor e de dona Leonor Mendes

de Barros, e marcava o lançamento da pedra fundamental para a manhã do dia 28, às 9 horas. O desenho do prédio no meio da folha, diz a legenda, era o "plano primitivo de 4 andares", já trocado por outro, com as mesmas linhas, de cinco andares e mais o ático; a obra, orçada em mais de dois mil contos de réis, estava "em franca construção ha mais de um mês". Assinavam dezenas de moradores e, por último, Paschoal Artese, diretor do *Resenha*[5].



CONVITE

Sapecado, toda jubilosa, toda engalanada, têm a grata satisfação de levar ao conhecimento de todos os habitantes das cultas e prosperas cidades visinhas; S. José do Rio Pardo, Mococa, Casa Branca, Caconde, Tapiratiba, Grama e outras que, está definitivamente assentada a visita a esta Vila, para o fim especial de lançar os fundamentos do Sanatorio Regional, para a cura da tuberculose, o benemerito Interventor do Estado, sua Excia. o Dr. Ademar Pereira de Barros e sua Exma. Sra. Dna. Leonor Mendes de Barros.

Grandes festas e significativas homenagens serão prestadas nesta pacata vila da saúde aos illustres visitantes, que se farão acompanhar do Secretariado do Governo, mundo oficial e imprensa.

A commissão abaixo assinada pede com muito empenho a todos os habitantes das supra mencionadas localidades e o povo em geral da região para testemunhar o ato desse grande empreendimento de caráter eminentemente de assistencia medico social que inegualaveis serviços virá prestar á humanidade sofredora.

O lançamento da pedra Fundamental do Hospital — Sanatorio "Ademar de Barros" dar-se-á pela manhã do dia 28 as 9 horas.

O imponente e magestoso Hospital — Sanatorio "Ademar de Barros", orçado em mais de dois mil contos de reis, acha-se em franca construção ha mais de um mês. Este cliché representa o plano primitivo de 4 andares, substituido por outro, que guardando as mesmas linhas arquitectonicas, será de 5, com o atico 6 andares

Sapecado, 25 de Outubro de 1939

José Alves Moreira, Lourival Medeiros, Dr. Angelo Eliseo Franchi, Benedito Martins dos Reis, José Correa de Souza, David Zanetti, Miguel João, Miguel Mori, Sabro Aga, João Darcie, Joaquim da Paiva Machado, Ilio Benedito Machado, Pedro Bernardino Thomas, Joaquim de Oliveira Ferreira, Archanjo Grespan, José Cardozo de Paiva, Cezar de Oliveira Lopes, Mariano Camilo da Costa, Frederico Zanetti, Orfeu Fornari, Luiz de Vasconcellos, Abilio José Ferreira, Luciano Vivarelli, Israel Chiamenti, Antonio Joaquim Teixeira, Joaquim Rodrigues do Prado, Euclides de Paiva Machado, João de Sordi, Gabriel Adad, Caetano Alves de Moraes, José Locatelli, Roque de Marco, José Vieira, Joaquim Ferreira de Souza, Antonio Cardoso de Paiva, Anibal Franchi, Arcanjo Zanetti, Antonio Pasconi, Antonio Vicente Ferreira, Julio Domingues Torres, Galileu Antonio Honorato, José Servelin, Benedito Flavio, Cyriaco Pagano, Antonio Marcilio Ribeiro, Natal Passoni, Filade Mengale, Pedro Mendes Junior, Manoel Piovesan, Primo Barboni, Prime Franzoni, Joaquim Alves Moreira, Manoel Novaes, Oronimbo Bras, Pedro Achkar, Nicolau Lupiones, Roberto Virgili, Prof. Aristides da Fonseca Moura, Paschoal Artese, diretor do jornal "Resenha".

O convite de 25 de outubro de 1939 para o lançamento da pedra fundamental do sanatório, com o desenho do projeto original. Impresso anônimo de 1939, em domínio público (Lei n.º 9.610/1998, art. 43); reproduzido da *Revista da ASBRAP* n.º 18, p. 79[5].



"Sanatorio 'Dr. Adhemar de Barros' em construcção, em 26/4/1940", como diz a legenda escrita na própria foto: a estrutura de concreto pronta, com operários no alto. Fotografia de 1940, de autor não identificado; pela Lei n.º 9.610/1998, art. 44, uma fotografia cai em domínio público setenta anos depois de divulgada. Reproduzida da *Revista da ASBRAP* n.º 18, p. 90[5].

O prédio, porém, ficou pronto e fechado. Em janeiro de 1945, o jornal *A Noite*, de São Paulo, cobrava: o sanatório estava concluído havia quatro anos e não abria porque o abastecimento de água não fora resolvido a tempo. Um decreto de 1943 tinha desapropriado o terreno para captar a água[1]. O Hospital Sanatório Adhemar de Barros finalmente abriu em 1945; o mesmo artigo registra duas datas para a inauguração, 14 de agosto e 29 de setembro[1].

A SUÍÇA BRASILEIRA

De 1945 a 1977, o hospital atendeu somente tuberculosos, que vinham de todas as regiões do Estado atraídos pelo clima, que fez o lugar ser muitas vezes chamado de "a Suíça brasileira"[1]. Em 1946, uma subscrição popular promovida pelo *Resenha* comprou um ônibus para levar os doentes até o Sapecado, entregue numa cerimônia na rádio de São José do Rio Pardo[1].



"Entrega do onibus da campanha da 'Resenha' ao sanatorio-hospital 'Ademar de Barros'", como diz a legenda impressa no recorte de jornal; a entrega foi em junho de 1946. O artigo que reproduz o recorte não diz de que jornal ele é nem quem fez a foto. Reproduzido da *Revista da ASBRAP* n.º 18, p. 81[6].



O Sanatório "Adhemar de Barros", em fotografia publicada pelo IBGE em 1957, na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Uso permitido pelo IBGE com citação da fonte[4].

Os dirigentes do hospital criaram um departamento recreativo e outro de cultura, com uma biblioteca para os pacientes. Em 20 de julho de 1947 foi lançada a pedra fundamental de um pavilhão de cinema e biblioteca, o Cine-Teatro do Hospital Sanatório Adhemar de Barros, para o qual a benfeitora Sinhá Junqueira doou 200 mil cruzeiros; o hospital comprou uma máquina de projetar filmes para que os enfermos tivessem horas de lazer[1]. É a notícia de cinema mais antiga de Sapecado encontrada até aqui.

O ÚNICO MÉDICO

O sanatório tinha médicos, vindos da capital, mas não atendia a população da vila, a não ser por boa vontade. Nessa época, o único médico que morava em Sapecado era o próprio Ângelo Elyseu Franchi, conhecido como Dr. Jacó, que percorria o município a cavalo para chegar aos doentes. Cirurgias não podiam ser feitas ali; muitas mulheres davam à luz com parteiras, muitas morriam porque precisavam de cesariana, e outras eram levadas a São José do Rio Pardo para o parto[1]. O Dr. Jacó presidiu a caixa beneficente do hospital e, a partir de 1951, foi também seu diretor, até 1977[1].

DE SANATÓRIO A HOSPITAL REGIONAL

Em 1977, o grande sanatório deixou de atender tuberculosos e foi desativado. Segundo a mesma autora, o governo do Estado pretendia fechá-lo de vez, e foi a insistência do prefeito Oswaldo Lopes que transformou o prédio em clínica geral[1]. Em dezembro de 1978 (o artigo dá também a data de 21 de dezembro de 1977), a antiga caixa beneficente virou a Associação Hospital Adhemar de Barros e passou a atender a população de Divinolândia como hospital geral. No mesmo ano, um convênio com o Estado levou para lá 150 pacientes com deficiência física e mental profunda, muitos deles abandonados pelas famílias; houve resistência no começo, mas a cidade acabou se envolvendo com eles em trabalho voluntário, festas e passeios na praça[1].

Em 13 de julho de 1987, no governo do prefeito Aníbal Franchi Neto, o hospital passou ao CONDERG, o consórcio das prefeituras da região de São João da Boa Vista, e virou o Hospital Regional de Divinolândia, que hoje atende os dezesseis municípios do consórcio e abriga o Solar das Magnólias, a casa daqueles 150 moradores[1]. O livro de 1991 tem um capítulo sobre o Hospital Regional, e a sua resenha lembra o esforço para dotar a cidade de um hospital·.

O QUE AINDA FALTA SABER

Falta a voz dos doentes: quem foram, de onde vinham, quantos se curaram e quantos morreram no sanatório. Falta saber se o Cine-Teatro chegou a funcionar e que filmes passou, e se houve antes dele algum cinema na vila. As coleções do jornal *Resenha* e o arquivo do próprio hospital, de onde vêm quase todas as informações deste capítulo, podem guardar muito mais do que foi publicado.

NOTAS E FONTES

1. GRESPAN DE FARIA, Orlanda Maria. Um sanatório para tuberculosos em “Espírito Santo do Rio do Peixe”. *Revista da ASBRAP*, n.º 18, p. 63–92. O artigo transcreve o jornal *Resenha* (1935–1947), a *Folha da Manhã* (1936), o *Correio Paulistano* (1938), *A Comarca* (1939), a *Gazeta do Rio Pardo* (1939), *A Noite* (1945) e documentos do arquivo do Hospital Regional de Divinolândia. asbrap.org.br/artigos/rev18_art5.pdf
2. Plataforma Verri. Resenha de LOPES, Válter Roberto; GRESPAN DE FARIA, Orlanda Maria. *Divinolândia... Nos Caminhos do Tempo*. Divinolândia: edição dos autores, 1991. plataformaverri.com.br (livro 2556)
3. Plataforma Verri. Índice do mesmo livro: "O Hospital Regional", p. 91. plataformaverri.com.br/pdf/2556_summary.pdf
4. IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, v. XXVIII: Municípios do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1957, p. 288–289, verbete "Divinolândia", fotografia "Sanatório 'Adhemar de Barros'". A Biblioteca do IBGE permite o uso de imagens das suas publicações com citação do IBGE como fonte (Autorização de uso de imagens e dados). biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_28.pdf
5. GRESPAN DE FARIA, Orlanda Maria. Um sanatório para tuberculosos em “Espírito Santo do Rio do Peixe”. *Revista da ASBRAP*, n.º 18: p. 79, reprodução do convite impresso "Sapecado, 25 de Outubro de 1939", assinado pela comissão de moradores e por "Paschoal Artese, diretor do jornal 'Resenha'"; p. 90, fotografia com a legenda "Sanatorio 'Dr. Adhemar de Barros' em construcção, em 26/4/1940" (há uma marca de fotógrafo no canto, ilegível na reprodução). O artigo não diz de que acervo vêm as duas imagens.asbrap.org.br/artigos/rev18_art5.pdf
6. GRESPAN DE FARIA, Orlanda Maria. Um sanatório para tuberculosos em “Espírito Santo do Rio do Peixe”. *Revista da ASBRAP*, n.º 18, p. 81, recorte de jornal com a foto da entrega do ônibus, sob o título "Campanha da 'Resenha': pró-aquisição de ônibus do Sapecado"; o artigo não diz de que jornal nem de que data é o recorte. asbrap.org.br/artigos/rev18_art5.pdf

CAPÍTULO 9

A batata e o café

Da capital da batata ao café de montanha

O café chegou ao Rio do Peixe ainda no tempo da escravidão: em 1855 já se dizia que as plantações aumentavam a cada ano, e em 1896 uma única fazenda da família Andrade tinha mais de quarenta mil pés[1]. Foi com imigrantes europeus, em sua maioria italianos, entre o fim do século XIX e o começo do XX, que a cafeicultura tomou corpo no lugar[2]. Mas a cultura que deu fama à cidade no século XX foi outra.

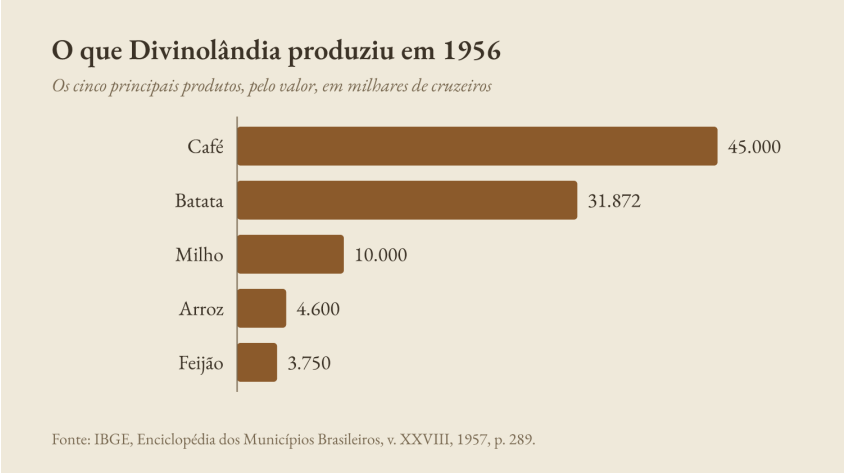
A CAPITAL DA BATATA

Segundo a Associação Brasileira da Batata, foram imigrantes espanhóis e italianos que trouxeram a batata para o município, na década de 1930. As terras eram cobertas de mata, derrubada a machado; a terra era preparada com enxadão e com arado puxado por boi ou burro. Divinolândia tornou-se um importante produtor de batata-semente, vendida para diversas regiões, e ficou conhecida como a capital da batata[3]. O livro de 1991 destaca a produtividade das famílias Cabrera e Quintana[4].

Quando a associação escreveu sobre a cidade, cerca de setenta anos depois das primeiras roças, a batata ainda era a principal atividade econômica e a que mais empregava no município, plantada praticamente o ano inteiro por pequenos e médios produtores, sobretudo da cultivar Monalisa. Na mesma época, já predominava a batata para consumo[3].

Os números mais antigos encontrados são de 1956, quando o IBGE descreveu o novo município: a principal atividade econômica era "a agricultura destacando-se a cultura da batata e do café", e os cinco principais produtos, pelo valor, foram o café (75 mil arrobas), a batata (mais de 12

milhões de quilos), o milho, o arroz e o feijão. Já então o café valia mais: 45 milhões de cruzeiros, contra 31,9 milhões da batata[8].



O valor dos cinco principais produtos do município em 1956, em milhares de cruzeiros. Em quantidade, foram 75 mil arrobas de café, 12.134.400 quilos de batata, 1,2 milhão de quilos de milho, 690 mil de arroz e 300 mil de feijão. Gráfico feito para este livro com os dados do IBGE[8].

O CAFÉ DE MONTANHA

O café, por sua vez, passou a ser cultivado e vendido como café de montanha. Em 2015, uma reportagem registrou que a cidade produzia até 120 mil sacas por ano e que os produtores, organizados numa associação de cafeicultores de montanha, apostavam em café de qualidade[2].



Paisagem rural de Divinolândia em fevereiro de 2014: um morro de lavoura plantada em fileiras. Foto de "Luiz Xavier Estradei..." (o nome vem assim, cortado, na origem), licença CC BY 3.0, via Wikimedia Commons[7].

A Associação dos Cafeicultores de Montanha de Divinolândia, a Aprod, foi criada em 2005, tinha como parceiro o Sindicato Rural e, em 2015, 52 associados. Os cafezais ficam a uma altitude média de 1.300 metros, em pequenas propriedades familiares de cinco a dez hectares, com colheita manual que vai até agosto. A associação conseguiu certificação de comércio justo, criou um grupo de mulheres cafeicultoras em 2011, inaugurou um armazém em 2015 e promove um concurso de qualidade que chegou à décima edição naquele ano. O café do Sítio Gruta São Francisco, vencedor do concurso local, venceu também o concurso estadual de café de São Paulo de 2014[6].

Os números oficiais mais recentes mostram o peso de cada lavoura. Em 2025, segundo a Produção Agrícola Municipal do IBGE, Divinolândia colheu café arábica em 4 mil hectares, 7.677 toneladas, cerca de 128 mil sacas, no valor de 246 milhões de reais. A batata ocupou 800 hectares, com 30 mil toneladas, valendo 31 milhões. Ao lado delas, a serra produz repolho, cenoura e cebola em escala comercial: 13 mil, 9.600 e 9 mil toneladas[5]. A capital da

batata é hoje, pelo valor do que colhe, uma terra de café.

O QUE AINDA FALTA SABER

Falta a história das famílias que plantaram as primeiras batatas, das cooperativas e do comércio de batata-semente, e de como cada lavoura andou entre 1956 e hoje. Os anuários agrícolas do Estado e as séries antigas do IBGE podem contar essa curva ano a ano.

NOTAS E FONTES

1. Ver capítulo 2. FERREIRA, Rafael Augusto Silva; PEREIRA, Renata Baesso. Uma sociedade de capelas. *Almanack*, n.º 34, 2023, scielo.br; e ISOLDI, M. C. E. G. *Revista da ASBRAP*, n.º 4, p. 170, asbrap.org.br/artigos/rev4_art10.pdf
2. Revista Espresso. *Produtores de café de Divinolândia apresentam a região*, 15/12/2015. revistaespresso.com.br/produtores-de-cafe-de-divinolandia-apresentam-a-regiao
3. Associação Brasileira da Batata (ABBA). *Cultura da batata em Divinolândia*. abbabatatabrasileira.com.br/materias-das-revistas/cultura-da-batata-em-divinolandia
4. Plataforma Verri. Resenha de *Divinolândia... Nos Caminhos do Tempo*, 1991. plataformaverri.com.br (livro 2556)
5. IBGE. Produção Agrícola Municipal 2025, tabelas 1612 (lavouras temporárias) e 1613 (lavouras permanentes), município de Divinolândia (3513900). sidra.ibge.gov.br/tabela/1613 e sidra.ibge.gov.br/tabela/1612. As sacas foram calculadas a 60 kg.
6. CaféPoint. *Grãos de altitude*, 30/12/2015. cafepoint.com.br/noticias/giro-de-noticias/graos-de-altitude-98251
7. Wikimedia Commons. *Divinolândia-SP - panoramio.jpg*, foto tirada em 4/2/2014 (21°37′50″ S, 46°40′55″ O), autor indicado como "Luiz Xavier Estradei...", publicada originalmente no Panoramio. Licença CC BY 3.0. commons.wikimedia.org
8. IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, v. XXVIII: Municípios do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1957, p. 289, verbete "Divinolândia", "Atividades econômicas" e a tabela dos cinco principais produtos em 1956 (valor "em Cr$ 1 000"). biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_28.pdf

CAPÍTULO 10

De Sapecado a Divinolândia

A emancipação e os primeiros prefeitos

Durante mais de meio século, o Espírito Santo do Rio do Peixe foi um distrito de São José do Rio Pardo, para onde passou em 1898[1]. Como distrito, conta o livro de 1991, produzia muito café, fumo, cereais e frutas, sobretudo uva, pêssego e maçã, e chegou a ser conhecido como "Terra do Marmelo"[15]. Em 1935, o jornal *Resenha* descrevia a vila como um "pacato vilarejo, que dorme esquecido e desprezado num recanto deste município", à espera de que os poderes públicos olhassem para ela[2]. O distrito tinha um subprefeito; em 1938, era Lourival Medeiros, que assinou com o médico Ângelo Franchi o pedido do sanatório a Getúlio Vargas[2].

O NOME DO POVO

O nome oficial do distrito era o da freguesia, Espírito Santo do Rio do Peixe, mas o lugar era, como escreveu a *Folha da Manhã*, "mais conhecido por Sapecado"[2]. Em 1938, o Decreto estadual n.º 9.775 oficializou o nome do povo: o distrito passou a se chamar Sapecado; o IBGE dá para a mudança as datas de 30 de novembro e de 30 de dezembro daquele ano[1]. O livro sobre a cidade publicado em 2007 tem uma seção sobre um plebiscito para a mudança de nome em Sapecado e outra chamada "Saudades de Sapecado"[3]; o texto delas não está disponível, mas os títulos sugerem que a troca de nome foi discutida pelos moradores.

O MUNICÍPIO

Em 30 de dezembro de 1953, a Lei estadual n.º 2.456 elevou o distrito a município, com o nome de Divinolândia, separado de São José do Rio Pardo·. O dia 30 de dezembro ficou como o aniversário da cidade[5]. O nome junta o Divino, o Divino Espírito Santo padroeiro da freguesia, ao final germânico -*lândia*, terra: Divinolândia é a terra do Divino[8]. O histórico do IBGE registra o desmembramento a partir de Caconde, embora o mesmo documento diga que o distrito passou para São José do Rio Pardo em 1898, pela Lei estadual n.º 558; a prefeitura, a Assembleia Legislativa e os jornais dos anos 1930 e 1940, que tratam Sapecado como distrito de São José, apontam São José do Rio Pardo··.



"Vista parcial" da cidade, em fotografia publicada pelo IBGE em 1957, quatro anos depois da emancipação, na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. A mesma obra registra 1.445 moradores na sede, a única aglomeração urbana do município. Uso permitido pelo IBGE com citação da fonte[13].

O primeiro prefeito foi Mário Mandoni, de 1955 a 1958, com a primeira Câmara Municipal[6]. Seguiram-se Alcindo Cardoso de Paiva (1959–1962); o padre Ladislau Rodrigues Pinto (1963–1966), cuja história está no capítulo seguinte; de novo Alcindo Cardoso de Paiva (1967–1970); Benedito Cândido de Faria (1971–1972); Aníbal Franchi Neto (1973–1976); Oswaldo Lopes (1977–1982); outra vez Aníbal Franchi Neto (1983–1988); e Luiz Pedro

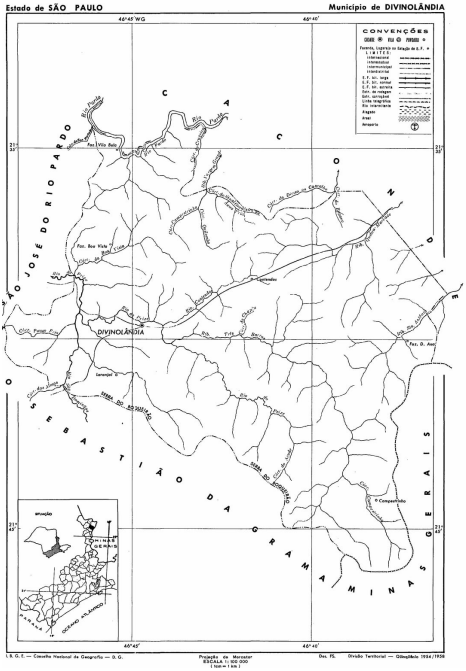
Gonçalves Silva (1989–1992)[6]. Há hoje na cidade ruas com os nomes de Mario Mandoni e de Lourival Medeiros[10]. Em 1959, o bairro do Campestrinho foi elevado a distrito do novo município[1].



A Prefeitura Municipal, em fotografia publicada pelo IBGE em 1957 na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Uso permitido pelo IBGE com citação da fonte[13].

O censo de 1950 contara 6.797 habitantes no território, 78% deles na zona rural[13]. Pela série de população reproduzida na Wikipédia, com base no IBGE e na Fundação Seade, o novo município tinha 9.302 habitantes em 1958 e chegou a 12.363 no censo de 1970, o maior número da sua história; em 1980 eram 10.266, e desde então a população oscila em torno de onze a doze mil[9].

O IBGE desenhou também o mapa do novo município, publicado em 1958, na escala de 1:100.000, com a divisão territorial do quinquênio 1954–1958. Nele aparecem a cidade, os povoados de Contendas, Laranjal e Campestrinho, as fazendas Boa Vista, Vila Bela e D. Ana, a Serra do Boqueirão na divisa com a Grama, o Rio Pardo ao norte e uma rede de córregos e ribeirões com os nomes que muitos bairros ainda usam: Três Barras, Contendas, Quilombo, Vargem Grande, Água Fria, Santo Antônio, Quebra-Machado, Campestrinho[16].



"Município de Divinolândia", mapa do IBGE (Conselho Nacional de Geografia) para a divisão territorial de 1954–1958, escala 1:100.000, publicado em 1958 no volume X da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Uso permitido pelo IBGE com citação da fonte[16].

A cidade ganhou símbolos: bandeira, brasão e um hino, de letra e música de Nelson Biasoli, que lembra o Sapecado e a Serra da Mantiqueira[7]. O lema do brasão, em latim, é traduzido como "terra fértil de céu glorioso"[9].



O brasão e a bandeira de Divinolândia, com o lema "Impar caelum terraque gloria". Imagens da Prefeitura Municipal, em domínio público, via Wikimedia Commons[14].

A ESCOLA DO NOVO MUNICÍPIO

Em 16 de agosto de 1957, uma lei estadual autorizou o Estado a receber em doação dois terrenos na Rua do Asilo, um da prefeitura e outro da Diocese de Ribeirão Preto, somando pouco mais de cinco mil metros quadrados, para construir ali o prédio do Grupo Escolar "Euclides da Cunha"[11]. O nome homenageia o escritor que, na vizinha São José do Rio Pardo, escreveu *Os Sertões*[12]. O livro de 2007 tem uma seção sobre o acervo escolar de uma escola com o mesmo nome, a EMEIF Euclides da Cunha[3].

O QUE AINDA FALTA SABER

Falta a história da campanha pela emancipação: quem a liderou, como votou o povo no plebiscito, quem defendeu e quem combateu o nome Divinolândia, assunto de um capítulo do livro de 1991 chamado "Por que Divinolândia?". Faltam a data da instalação do município e da primeira eleição, as realizações de cada prefeito, que o livro de 1991 relacionava, a lista dos prefeitos de 1993 a 2020 e a origem da bandeira e do brasão. O que se achou sobre a escola, da cadeira de 1865 ao ginásio criado em 1960, está no capítulo 6.

NOTAS E FONTES

1. IBGE. *Divinolândia (SP): histórico e formação administrativa*. biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtb/saopaulo/divinolandia.pdf
2. GRESPAN DE FARIA, Orlanda Maria. Um sanatório para tuberculosos em "Espírito Santo do Rio do Peixe". *Revista da ASBRAP*, n.º 18, p. 75–79. asbrap.org.br/artigos/rev18_art5.pdf
3. Plataforma Verri. Sumário de GRESPAN DE FARIA, Orlanda Maria. *Dados Históricos, Geográficos e Políticos de Divinolândia*, 2007. plataformaverri.com.br/pdf/2557_summary.pdf
4. Assembleia Legislativa de São Paulo. Requerimento n.º 2.752, de 2010, de congratulações pelo aniversário de Divinolândia. al.sp.gov.br (documento)
5. Prefeitura de Divinolândia. *A Cidade*. divinolandia.sp.gov.br/cidade
6. Plataforma Verri. Resenha de *Divinolândia... Nos Caminhos do Tempo*, 1991. plataformaverri.com.br (livro 2556)
7. Prefeitura de Divinolândia. *Hino* e *Símbolos Municipais*. divinolandia.sp.gov.br/cidade/hino
8. Grifon. *Divinolândia (SP), parabéns pelos 73 anos* (sem data), com base em SQUEFF, Enio; FERREIRA, Helder Perri. *A origem dos nomes dos municípios paulistas*, 2003, p. 100. grifon.com.br/noticias/divinolandia---sp-12252
9. Wikipédia. *Divinolândia* (lema e série de população, com base no IBGE e na Fundação Seade). pt.wikipedia.org/wiki/Divinolândia
10. Prefeitura de Divinolândia. *Logradouros de Divinolândia* (lista de ruas e CEPs, 2024). divinolandia.sp.gov.br (PDF)
11. SÃO PAULO (Estado). Lei n.º 4.035, de 16 de agosto de 1957, que autoriza a Fazenda do Estado a adquirir, por doação, imóvel situado em Divinolândia para o Grupo Escolar "Euclides da Cunha". al.sp.gov.br (lei 4.035/1957)
12. CUNHA FILHO, Aguinaldo Ribeiro da. A família Ribeiro da Cunha. *Revista da ASBRAP* , n.º 9, p. 241 (a herma de Euclides da Cunha em São José do Rio Pardo, "local onde Euclides escreveu *Os Sertões*"). asbrap.org.br/artigos/rev9_art10.pdf
13. IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, v. XXVIII: Municípios do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1957, p. 288–289, verbete "Divinolândia": fotografias "Vista Parcial" e "Prefeitura Municipal"; "O Recenseamento de 1950 apontou 6 797 habitantes (...), dos quais 78% estão na zona rural"; "A única aglomeração é a da sede com 1445 habitantes (688 homens e 757 mulheres)" (a obra cita o censo de 1950 no item anterior, de população, mas não diz de quando é esse número). A Biblioteca do IBGE permite o uso de imagens das suas publicações com citação do IBGE como fonte (Autorização de uso de imagens e dados). biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_28.pdf

14. Wikimedia Commons. *Brasão de Divinolândia.png* e *Bandeira de Divinolândia.png*, autoria indicada como Prefeitura Municipal de Divinolândia, em domínio público. Montagem lado a lado feita para este livro. brasão · bandeira

15. LOPES, Válter Roberto; GRESPAN DE FARIA, Orlanda Maria. *Divinolândia... Nos Caminhos do Tempo*. Divinolândia: edição dos autores, 1991, p. 21, lido em fotografias das páginas de um exemplar: "Como distrito, tinha subprefeito, produzia muito café, fumo, cereais e frutas. As frutas mais abundantes eram a uva, o pêssego e as maçãs. E Divinolândia chegou a ser conhecida como 'Terra do Marmelo'". O livro dá a lei de 1898 como "Lei 1.558", de 20 de agosto; o IBGE a dá como Lei n.º 558, da mesma data.

16. IBGE, Conselho Nacional de Geografia. "Estado de São Paulo. Município de Divinolândia", Divisão Territorial, quinquênio 1954/1958, escala 1:100.000, projeção de Mercator. Em: *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, v. X. Rio de Janeiro: IBGE, 1958, p. 239 (indicada no verbete do v. XXVIII: "Mapa Municipal na pág. 239 do 10.º Vol."). Os nomes citados no texto foram lidos no mapa. A Biblioteca do IBGE permite o uso de imagens das suas publicações com citação do IBGE como fonte (Autorização de uso de imagens e dados). biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_10.pdf

CAPÍTULO 11

A matriz e o padre Ladislau

A fé do Divino Espírito Santo

A cidade nasceu de uma capela. A licença para erguer a capela do Divino Espírito Santo é de 1843, a freguesia é de 1865, e o padroeiro deu nome a tudo: à freguesia, ao distrito e, por fim, ao município, Divinolândia, a terra do Divino·. Por volta de 1950, a paróquia tinha a matriz e quinze capelas espalhadas pela vila e pelos bairros rurais[3]. A igreja que se vê hoje na praça, porém, é bem mais nova. O livro de 1991 abre a descrição da cidade com uma imagem que o prefácio destaca: o casario "em forma de pomba", a ave que representa o Espírito Santo[15].

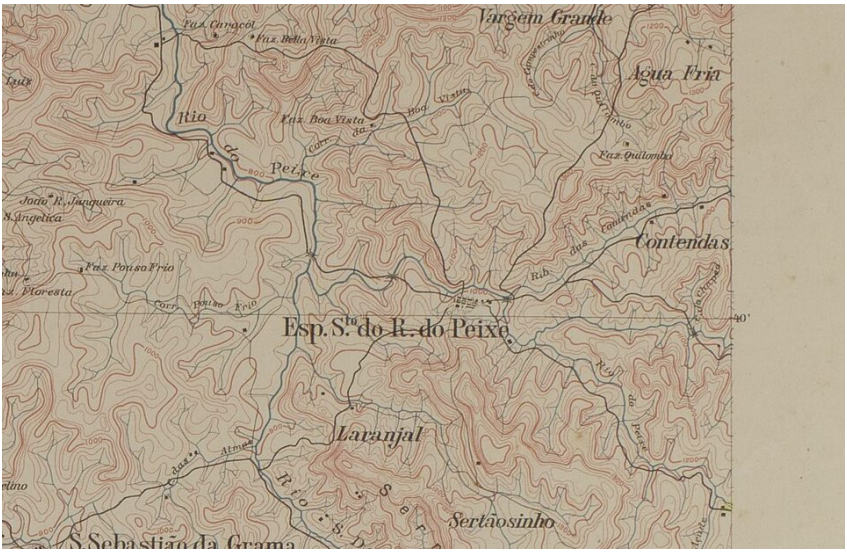
NO MESMO LARGO

Tudo indica que a capela de 1843 ficava onde está a matriz de hoje. Na tese de doutorado em que estudou as capelas da região, Rafael Augusto Silva Ferreira redesenhou, com coordenadas, o traçado da vila em 1905, a partir da folha topográfica daquele ano, de um mapa de Divinolândia de 1940 e de um relatório de bens que ele cita. A vila era então, nas palavras dele, "um incipiente arraial em torno do único largo, da igreja matriz", e o largo ficava "à meia encosta, no centro da forquilha formada pela hidrografia", junto ao córrego que os documentos chamam de Caçonunga; o ponto mais alto ficou para o cemitério[11]. Posto sobre o mapa atual, o ponto que ele marca como capela e adro fica a cerca de sessenta metros da matriz de hoje·. O mapa mostra a igreja de 1905; que ela ocupasse o lugar da capela de 1843 é a leitura do autor, que chama o ponto de "capela e adro" e lembra que o patrimônio foi doado quando já havia ali um arraial[11].



O centro da cidade hoje e, no círculo, o ponto em que o mapa de 1905 da tese de Rafael A. S. Ferreira situa o largo e a igreja matriz. Mapa feito para este livro com dados do OpenStreetMap (© colaboradores do OpenStreetMap, licença ODbL)[12].

A folha topográfica original, a "Folha de Casa Branca" da Comissão Geográfica e Geológica do Estado, na edição preliminar de 1905, confirma a posição: ela mostra o "Esp. S.to do R. do Peixe" como uma pequena grade de ruas a cerca de mil metros de altitude, a oeste da barra do Ribeirão das Contendas no Rio do Peixe[13]. Hoje a matriz fica a pouco mais de um quilômetro a oeste dessa mesma barra, a do Córrego das Contentas[12]. A mesma tese reproduz uma vista da vila em 1929, do *Almanaque de São José do Rio Pardo e Grama*, e uma fotografia aérea de 1939, ambas com a igreja matriz marcada por uma seta[11].



A vila na *Folha de Casa Branca* da Comissão Geográfica e Geológica do Estado, edição preliminar de 1905: a pequena grade de ruas logo acima do nome "Esp. S.to do R. do Peixe", a oeste da barra do Ribeirão das Contendas no Rio do Peixe. Recorte. Acervo do Museu Paulista da USP, domínio público[13].



A vila em 1929, no *Almanaque de São José do Rio Pardo e Grama* (acervo da Hemeroteca Paschoal Artese), na reprodução da tese de Ferreira, cuja legenda diz que a seta marca a igreja matriz. Fotografia publicada em 1929, em domínio público pela Lei n.º 9.610/1998, art. 44[11].



A vila vista do alto em 1939, em fotografia aérea da ENFA (acervo do Instituto Geográfico e Cartográfico), na reprodução da tese de Ferreira, cuja legenda diz que a seta marca a igreja matriz. Fotografia de 1939; pela Lei n.º 9.610/1998, art. 44, uma fotografia cai em domínio público setenta anos depois de divulgada[11].

O que nenhuma fonte encontrada diz é se o prédio era sempre o mesmo. Em março de 1844, o vigário de Caconde dava a capela-mor por pronta e o corpo da igreja por fazer; o livro de 1991 diz que a capela foi benta em setembro de 1844·. O mesmo livro, apoiado num registro de batizado de 1844, diz que a capela "erguia-se à margem do Rio do Peixe" e deduz, pelo pequeno número de moradores e pelo tamanho das fazendas, que ela ficava "nos recônditos da fazenda"; a provisão de 1843, porém, mandava erguê-la "em lugar alto, livre de umidades", e o mapa de 1905 já põe a igreja no largo da vila· . E a historiadora que conta a construção da matriz inaugurada em 1961, "que até hoje se ergue na praça de mesmo nome", não diz o que havia antes no lugar nem o que foi feito da igreja anterior[2].

Dessa igreja anterior, a única imagem encontrada é uma fotografia que o IBGE publicou em 1957, na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, com a legenda "Igreja Matriz": um prédio comprido e baixo, de paredes claras e

janelas em arco, com uma torre de relógio numa das pontas. Como a obra saiu um ano antes de o padre Ladislau chegar, a foto mostra a matriz que existia antes da de 1961; em que ano foi tirada, a publicação não diz[14].



A "Igreja Matriz" antes da atual, em fotografia publicada pelo IBGE em 1957 na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, com a retícula de impressão suavizada para este livro. Uso permitido pelo IBGE com citação da fonte[14].

A PROMESSA

O padre Ladislau Rodrigues Pinto nasceu no Ceará e deixou a terra natal ainda menino. Segundo a historiadora Orlanda Maria Grespan de Faria, a mãe tinha feito uma promessa: o filho seria padre e ergueria uma igreja. Ele chegou a Divinolândia em 1958, nomeado pároco, e logo ganhou a estima da cidade, com uma palavra e um aperto de mão para cada um na rua[2].

A construção da igreja matriz enfrentava um problema: o povo já não confiava em quem administrava as doações, por causa de líderes anteriores. Mesmo assim, o padre Ladislau assumiu a campanha. Percorria as fazendas a cavalo pedindo ajuda aos agricultores, promovia quermesses e leilões e, conta-se, carregava ele mesmo o material da obra ao lado dos trabalhadores[2].

A BATINA E A PREFEITURA

A igreja matriz foi inaugurada em 25 de dezembro de 1961. Dois meses depois, em fevereiro de 1962, o padre Ladislau deixou a paróquia e abandonou a batina: a promessa da mãe estava cumprida[2]. Em 19 de maio voltou à cidade e candidatou-se a prefeito nas eleições de outubro. Venceu Nelson Faustino por nove votos, levou junto o vice, Mario Prado Mendes, e a maioria da Câmara, cinco vereadores contra quatro. Choveu forte, e a cidade festejou na rua como num carnaval·.

Segundo a resenha do livro de 1991, ele se elegeu "sob a censura de parte dos fiéis e dos párocos que o sucederam"; a historiadora conta que os sacerdotes, antigos colegas dele, lamentavam a "perdição" do ex-vigário·. Ele governou a cidade de 1963 a 1966 e, afastado do clero, trabalhou como advogado e como professor de Português e Literatura até o fim da vida[2]. A historiadora o chama do mais combatido de todos os padres da cidade, talvez por ter sido o que mais realizou[2]; no livro de 1991, o capítulo dedicado a ele se chama "Padre Ladislau: uma ovelha desgarrada"[6]. Hoje uma praça do centro leva o nome de Professor Ladislau Rodrigues Pinto[10].

A TORRE QUE QUASE CAIU

Décadas depois, o tempo corroía a estrutura da matriz, e a torre corria o risco de desabar. O padre José João Minussi, nascido em São José do Rio Pardo em 1948, pároco de Divinolândia de 1983 a 1987 e de novo a partir de 1990, conduziu a reforma com campanhas entre os fiéis, num tempo de dinheiro curto no município agrícola. Com a comunidade, ergueu também as igrejas de São Sebastião, Santos Reis, Santa Luzia e Santo Antônio e o Santuário da Mãe Rainha, na cidade, e capelas nos bairros Água Fria e Pirapitinga, e preparou a paróquia do Campestrinho[5].

OUTRAS FÉS

O livro de 1991 dedicava capítulos ao cristianismo e ao evangelismo, à Congregação Cristã no Brasil, à Assembleia de Deus e ao espiritismo na cidade [6]; a Congregação Cristã está presente também no distrito do Campestrinho[7]. Hoje o município tem duas paróquias católicas, a do Divino Espírito Santo, na matriz, e a de Nossa Senhora Aparecida, no Campestrinho, que atende também os bairros Três Barras, Campo Redondo e Ribeirão do Santo Antônio, e igrejas da Assembleia de Deus Ministério do Belém e da Congregação Cristã no Brasil[8]. Entre os templos que atraem visitantes estão a capela do Pontal e a Igreja Ecológica de São Francisco[9]. E há uma devoção que a pesquisadora do quilombo do Careca liga aos negros que viviam no Pontal: a missa de Santa Cruz rezada todo 3 de maio na capela do Morro do Pontal, contada no capítulo 1.

O QUE AINDA FALTA SABER

Falta a história da festa do padroeiro, o Divino Espírito Santo, que dá nome à cidade e de que nenhuma fonte aberta fala. Falta saber se a matriz que existia antes de 1961 era a capela de 1843, reformada ou reconstruída no mesmo largo, e o que aconteceu com ela quando a nova foi erguida. Falta a história de quando chegaram e como cresceram as igrejas evangélicas e o centro espírita da cidade, que o livro de 1991 contava, a lista dos padres desde a criação da freguesia e os registros do Livro Tombo da paróquia, que guarda a crônica oficial da igreja.

NOTAS E FONTES

1. Ver capítulo 1. IBGE. *Divinolândia (SP): histórico*. biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtb/saopaulo/divinolandia.pdf
2. GRESPAN DE FARIA, Orlanda Maria. Padre Ladislau Rodrigues Pinto. *Revista da ASBRAP*, n.º 14, p. 133–134, com base no Livro Tombo n.º 1 da Igreja do Espírito Santo de Divinolândia. asbrap.org.br/artigos/rev14_art10.pdf

3. Migalhas, *Dr. Pintassilgo*. São José do Rio Pardo: década de 50. migalhas.com.br/drpintassilgo/23975

4. Plataforma Verri. Resenha de *Divinolândia... Nos Caminhos do Tempo*, 1991. plataformaverri.com.br (livro 2556)

5. GRESPAN DE FARIA, Orlanda Maria. Padre José João Minussi. *Revista da ASBRAP*, n.º 15, p. 155–157. asbrap.org.br/artigos/rev15_art8.pdf

6. Plataforma Verri. Índice de *Divinolândia... Nos Caminhos do Tempo*, 1991. plataformaverri.com.br/pdf/2556_summary.pdf

7. Wikipédia. *Campestrinho (Divinolândia)*. pt.wikipedia.org/wiki/Campestrinho_(Divinolândia)

8. Wikipédia. *Divinolândia*, seção de religião, com base na Diocese de São João da Boa Vista e nas próprias igrejas. pt.wikipedia.org/wiki/Divinolândia

9. Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo. *Conheça o Município Turístico de Divinolândia*. plataforma.turismo.sp.gov.br

10. Prefeitura de Divinolândia. *Logradouros de Divinolândia* (lista de ruas e CEPs, 2024). divinolandia.sp.gov.br (PDF)

11. FERREIRA, Rafael Augusto Silva. *À sombra da capela: os patrimônios religiosos na constituição dos espaços urbanos e na formação do território polarizado pelas vilas de Casa Branca e Caconde no século XIX*. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo), PUC-Campinas, 2022, p. 227–228 (ofício do vigário de 27/3/1844) e p. 356–358: Figura 59, "Traçado urbano de Espírito Santo do Rio do Peixe em 1905", escala 1:10.000, coordenadas UTM (SIRGAS 2000, fuso 23S), com o "Largo e Igreja Matriz", o cemitério e o Córrego Caçonunga; Figura 60, vista de 1929 (*Almanaque de São José do Rio Pardo e Grama*, Hemeroteca Paschoal Artese); Figura 61, foto aérea de 1939 (ENFA, acervo do IGC). repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/4169

12. Comparação feita para este livro: o ponto da capela na Figura 59 da tese (cerca de E 319.970, N 7.603.560, UTM 23S) convertido em latitude e longitude (21,6621° S, 46,7399° O) e medido até a Paróquia do Divino Espírito Santo no OpenStreetMap (21,6621° S, 46,7393° O). O mapa da figura usa as ruas, os rios, as praças, o cemitério e a matriz do OpenStreetMap (© colaboradores do OpenStreetMap, licença ODbL, dados de novembro de 2026), com esse ponto marcado. No mesmo mapa, a barra do Córrego das Contentas no Rio do Peixe fica em 21,6601° S, 46,7290° O, cerca de 1,07 km a leste da matriz. openstreetmap.org/way/542649940

13. COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DO ESTADO DE S. PAULO. *Folha de Casa Branca*, escala 1:100.000, edição preliminar, 1905. Litografia Hartmann & Reichenbach. Acervo do Museu Paulista da USP, Coleção João Baptista de Campos Aguirra. Wikimedia Commons

14. IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, v. XXVIII: Municípios do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1957, p. 290, fim do verbete "Divinolândia": fotografia "Igreja Matriz". O padre Ladislau chegou à paróquia em 1958 (ver nota 2). A Biblioteca do IBGE permite o uso de imagens das suas publicações com citação do IBGE como fonte (Autorização de uso de imagens e dados). biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_28.pdf

15. LOPES, Válter Roberto; GRESPAN DE FARIA, Orlanda Maria. *Divinolândia... Nos Caminhos do Tempo*. Divinolândia: edição dos autores, 1991, lido em fotografias das páginas de um exemplar: p. 3, prefácio de Laerte Antônio (Casa Branca, 9 de janeiro de 1991), que destaca "a disposição do casario em forma de pomba e sua respectiva conotação com Espírito Santo"; p. 17, "a pacata cidade de Divinolândia que, com o seu casario em forma de pomba..."; p. 21, a capela "benta em setembro de 1844" e, pelo registro de batizado de 1844, "essa capela erguia-se à margem do Rio do Peixe"; "deduz-se que essa capela estivesse chantada nos recônditos da fazenda, à margem do Rio do Peixe". A resenha da Plataforma Verri, citada antes por este livro, trazia "1854".

CAPÍTULO 12

Os bairros

Campestrinho, Três Barras, Pontal e os nomes da serra

Vários bairros rurais de Divinolândia guardam nomes de antigas fazendas e de córregos. O livro de 1991 tinha capítulos sobre os bairros Três Barras, Campestrinho e Ribeirão do Santo Antônio, e um intrigante "Por que bairro Quebra-Machado?"[1]. O que segue é o que se conseguiu juntar sobre eles.



O município e os bairros que o OpenStreetMap registra, com a Igreja do Pontal, que o mapa coloca do lado de Caconde da divisa. Os pontos são aproximados; outros lugares citados neste capítulo, como Água Fria, Vargem Grande e Quebra-Machado, ainda não estão no mapa colaborativo. Mapa feito para este livro com dados do OpenStreetMap[15].

CAMPESTRINHO

O Campestrinho é o único distrito do município além da sede. Foi criado pela Lei estadual n.º 5.285, de 18 de fevereiro de 1959, cinco anos depois da emancipação, com sede no povoado de mesmo nome, e fica no caminho rural entre Divinolândia e Poços de Caldas·. Teve cartório próprio até 1971, quando os registros passaram para a sede. No censo de 2010 tinha 1.754 habitantes, dos quais cerca de 1.100 no povoado[3]. Tem igreja católica, que o padre José João Minussi preparou para ser paróquia, e uma congregação evangélica·.



A entrada do Campestrinho, com árvores de flores amarelas. Foto de Saulo Casagrande, licença CC BY-SA 3.0, via Wikimedia Commons[11].



A igreja do Campestrinho, que a descrição da foto chama de "Ig. N. Sra. de Fátima". Foto de Altemiro Olinto Cristo, licença CC BY-SA 3.0, via Wikimedia Commons[13].

TRÊS BARRAS

Três Barras é um dos nomes mais antigos registrados no lugar. A fazenda Três Barras foi comprada em 1821 pelo capitão Vicente Ferreira Pinto, um dos fazendeiros mais ricos do lugar, e em 1856 aparece no registro paroquial de terras em nome de Manoel Ferreira Pinto·. No mesmo registro aparecem outras fazendas da área, como Monte Alegre, Boa Vista, Cubatão, Limoeiro e Jaboticabal[6].

O PONTAL E O QUILOMBO

Na divisa com Caconde fica o Morro do Pontal, onde há um bairro e um córrego chamados Quilombo e uma capela com cruzeiro mantida pela prefeitura. É essa a área que a pesquisadora do quilombo do Careca, destruído em 1759, aponta como possível local dele, e é ali que se reza, todo 3 de maio, a missa de Santa Cruz[7]. Na versão revista da pesquisa, de 2019, a capela e a festa aparecem no bairro rural de Vargem Grande, vizinho do Quilombo, "no

extremo do vale"[12].

Nenhum documento diz quem fez a capela. Em todas as entrevistas da pesquisadora, os moradores atribuíram a sua origem aos negros, disseram que ela é anterior aos imigrantes e que antes deles a região era "mata fechada"; um morador idoso, que ia à festa desde os sete ou oito anos, calculava que a igrejinha tinha "uns 120 anos, por aí ou muito mais", e contava que o pai dele, que morreu com 80, também não sabia quem a tinha feito. Na década de 1990, um casal da vizinhança achou a capela "caindo os telhado, tudo descascado" e a reformou com um pedreiro vizinho; "aí começou o povo olhar de novo". O mesmo casal lembra de um fogo que chegou "até pertinho dela" e parou, o que a comunidade atribui à providência de Deus[12].

A festa também mudou. Antes havia missa, leilão de assado, prendas e "boteco de bebida"; hoje reza-se o terço, o padre diz a missa, e depois o povo come e bebe um pouco e vai embora. O pesquisador José Armando, de Caconde, observa que a Igreja deixou há décadas de celebrar a Santa Cruz em 3 de maio, mas a comunidade manteve a data. A festa ficou conhecida na região e passou a atrair visitantes o ano todo; quando a pesquisa foi feita, o projeto de lei que pedia para Divinolândia o título de Município de Interesse Turístico começava pela descrição do Pontal[12].

A SERRA

O município fica na Serra da Mantiqueira, de relevo acidentado[10]. O ponto mais alto, o Morro do Canelá, no bairro Campo Redondo, tem 1.490 metros de altitude segundo a prefeitura, ou 1.493 segundo o guia de turismo do Estado, e é procurado por ciclistas de montanha·. Dos mirantes, o mais famoso é o Morro da Torre, a 1.380 metros[10], e o Morro do Pontal, a 1.240 metros segundo o guia do Estado (cerca de 1.277, segundo a pesquisa sobre o quilombo), tem vista para o Rio Pardo[7]. Nas encostas há cachoeiras como a Marcílio Grespan, de 45 metros, a do Santo, com mais de 20, a Mário Valente e a Quingo Forlani, com piscinas naturais[9]. Em 2019 foi criado um circuito de cicloturismo, o Serras e Capelas, com quatro rotas[9].

Além do distrito, o município tem um povoado, o Ribeirão do Santo

Antônio, que com os bairros Três Barras e Campo Redondo é atendido pela paróquia do Campestrinho[10]. Nos bairros Água Fria e Pirapitinga foram erguidas capelas nas últimas décadas[4].

Vários nomes de bairros são antigos. Uma carta da Commissão Geographica e Geologica publicada em 1923 já registra, em volta do Espírito Santo do Rio do Peixe, o Laranjal, as Contendas, a Vargem Grande (grafada "Varjem"), a Água Fria e o Sertãozinho ("Sertãosinho"), além da Serra do Boqueirão[16]. E o mapa municipal que o IBGE publicou em 1958 dá nomes de córregos e ribeirões a muitos deles: Três Barras, Contendas, Quilombo, Vargem Grande, Água Fria, Santo Antônio, Campestrinho e um Ribeirão Quebra-Machado, no nordeste do município[17].



Os nomes da serra em 1923: Varjem Grande, Agua Fria, Contendas, Laranjal, Sertãosinho e a Serra do Boqueirão em volta do "Esp.to S.to do Rio do Peixe", com a Grama no canto de baixo. Detalhe da *Carta dos Excursionistas* da Commissão Geographica e Geologica, acervo do Museu Paulista da USP, em domínio público[16].



A entrada do Ribeirão do Santo Antônio. Foto de Otavio Barreira, licença CC BY 3.0, via Wikimedia Commons[14].

O QUE AINDA FALTA SABER

Falta saber por que um bairro e um ribeirão se chamam Quebra-Machado, como nasceram o Ribeirão do Santo Antônio e os demais bairros, quem foram as primeiras famílias de cada um e quando o Campestrinho começou a se formar. O livro de 1991 respondia a algumas dessas perguntas; a memória dos moradores dos bairros pode responder às outras.

NOTAS E FONTES

1. Plataforma Verri. Índice de *Divinolândia... Nos Caminhos do Tempo*, 1991. plataformaverri.com.br/pdf/2556_summary.pdf
2. IBGE. *Divinolândia (SP): histórico e formação administrativa*. biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtb/saopaulo/divinolandia.pdf
3. Wikipédia. *Campestrinho (Divinolândia)*, com base no IBGE, no IGC, na Imprensa Oficial e na Arpen-SP. pt.wikipedia.org/wiki/Campestrinho_(Divinolândia)

4. GRESPAN DE FARIA, Orlanda Maria. Padre José João Minussi. *Revista da ASBRAP*, n.º 15, p. 156. asbrap.org.br/artigos/rev15_art8.pdf
5. CUNHA FILHO, Aguinaldo Ribeiro da. A família Ribeiro da Cunha. *Revista da ASBRAP* , n.º 9, p. 235. asbrap.org.br/artigos/rev9_art10.pdf
6. FERREIRA, Rafael Augusto Silva; PEREIRA, Renata Baesso. Uma sociedade de capelas. *Almanack*, n.º 34, 2023. scielo.br/j/alm/a/bH5cms5rcJjwgVzYtctYKSF
7. FARIA, Marjorie Prado Junqueira de. *O Quilombo do Careca*. CELACC/ECA-USP, 2014, p. 28–35. mgquilombo.com.br (PDF)
8. Prefeitura de Divinolândia. *A Cidade*. divinolandia.sp.gov.br/cidade
9. Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo. *Conheça o Município Turístico de Divinolândia*. plataforma.turismo.sp.gov.br
10. Wikipédia. *Divinolândia*. pt.wikipedia.org/wiki/Divinolândia
11. Wikimedia Commons. *Campestrinho 77015804.jpg*, descrita como "Entrada de Campestrinho SP", autor Saulo Casagrande. Licença CC BY-SA 3.0. commons.wikimedia.org
12. FARIA, Marjorie P. J. de. A Festa de Santa Cruz em Divinolândia: territorialidades e conflitos na interpretação do patrimônio cultural. *Extraprensa*, São Paulo, v. 12, n. esp., set. 2019, p. 650 e 657 (a capela no bairro Vargem Grande), 658–660 (os depoimentos sobre a origem da capela; os entrevistados aparecem com nomes fictícios, a pedido deles), 663 (o incêndio) e 665–666 (a reforma dos anos 1990, a festa de antes e de hoje, o turismo e o projeto de Município de Interesse Turístico). revistas.usp.br
13. Wikimedia Commons. *Campestrinho 53838281.jpg*, descrita como "Campestrinho - Ig. N.Sra. de Fátima", autor Altemiro Olinto Cristo (publicada originalmente no Panoramio). Licença CC BY-SA 3.0. commons.wikimedia.org
14. Wikimedia Commons. *Ribeirão do Santo Antônio - Entrada.jpg*, autor Otavio Barreira (publicada originalmente no Panoramio). Licença CC BY 3.0. commons.wikimedia.org
15. Mapa feito para este livro. Contorno do município (relação "Divinolândia", nível administrativo 8) e lugares marcados como bairro, povoado ou cidade no OpenStreetMap; a Igreja do Pontal no ponto do nó 5828318668 (ver capítulo 1, nota 20). Dados © colaboradores do OpenStreetMap, licença ODbL. openstreetmap.org
16. Commissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo. *Carta dos Excursionistas: terceira secção*, escala 1:200.000, 1923. Acervo do Museu Paulista da USP, em domínio público; detalhe ampliado para este livro. commons.wikimedia.org

17. IBGE, Conselho Nacional de Geografia. "Município de Divinolândia", Divisão Territorial 1954/1958, escala 1:100.000. Em: *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, v. X. Rio de Janeiro: IBGE, 1958, p. 239, reproduzido no capítulo 10. biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_10.pdf

CAPÍTULO 13

Divinolândia hoje

A cidade que a história deixou

No censo de 2022, Divinolândia tinha 11.158 habitantes[1], três vezes e meia a população que a freguesia do Rio do Peixe tinha em 1872[2]. É uma cidade pequena da Serra da Mantiqueira, na divisa com Minas, onde o pouso de tropeiros virou vila, a capela virou matriz e o nome do rancho queimado virou, por quinze anos, o nome oficial do lugar[3].



A população nos censos, de 1950 a 2022. O número de 1950 é o que o IBGE deu para o município em 1957, de um censo feito quando o lugar ainda era distrito; o pico foi em 1970. Gráfico feito para este livro[26].

NO ALTO DA SERRA

A sede fica a 1.055 metros de altitude: segundo o Instituto de Geociências da USP, é a quarta cidade mais alta do Estado de São Paulo[11]. O clima é tropical de altitude, com verões mornos, invernos frescos e geada todos os anos, sobretudo na zona rural. O município faz divisa com São José do Rio Pardo, Caconde, São Sebastião da Grama e, do lado mineiro, Poços de Caldas, e fica a cerca de 285 quilômetros da capital[12]. O território tem 223,7 quilômetros quadrados[14].



Divinolândia, em vermelho, no Estado de São Paulo, na divisa com Minas Gerais. Mapa de Raphael Lorenzeto de Abreu, licença CC BY 2.5, via Wikimedia Commons[21].

Quem o atravessa é o Rio do Peixe, que deu nome à freguesia. Ele nasce na Serra da Fumaça, entre Divinolândia e Poços de Caldas, corre por cerca de 48 quilômetros, com o maior trecho dentro do município no Campestrinho, cruza o município junto à rodovia SP-344 e deságua pela margem sul no Rio Pardo, já em São José do Rio Pardo[15].

Em 1991, o livro de Válter Roberto Lopes e Orlanda Maria Grespan de Faria descrevia assim a paisagem. A cidade se espalha "nas faldas da belíssima e eminente Serra de Caldas, ao longo do vale do Rio do Peixe", a 1.100 metros de altitude, segundo os autores. Pelas encostas ainda se viam, paralelas, as linhas dos sulcos dos velhos cafezais, "já meio apagadas pelo tempo". As matas que restaram ficavam nas encostas e no alto dos morros e eram reserva florestal obrigatória, vigiada pela Polícia Florestal; havia muitos eucaliptais para os agricultores e o comércio de madeira. À beira dos caminhos e nas serras ficavam velhos pinheiros, "últimos remanescentes dos pinheirais de outrora", e mangueiras centenárias. Nas matas cresciam jequitibás, cedros, jacarandás e cabriúvas, e os autores conheciam dois jequitibás com quase três metros de diâmetro, aos quais atribuíam cerca de dois mil anos. Entre as aves, citavam a gralha, o jacu, o pintassilgo, o canário, o corrupião e a saracura[22].

Segundo dados do IBGE reproduzidos pelo portal RuaCEP, o índice de desenvolvimento humano municipal de Divinolândia foi de 0,734 em 2010, na faixa considerada alta[16], e o produto interno bruto por habitante chegou a cerca de 47 mil reais em 2023[14].

A TERRA QUE SUSTENTA

A economia continua na terra. Em 2025, o café arábica das encostas valeu 246 milhões de reais, e a batata, que deu à cidade o apelido de capital da batata, 31 milhões, ao lado de repolho, cenoura e cebola[4]. No café predominam as pequenas propriedades familiares[20], e a batata, segundo a associação dos produtores, é plantada praticamente o ano inteiro por pequenos e médios produtores, numa lavoura trazida pelos imigrantes na década de 1930.

O HOSPITAL DA REGIÃO

O prédio que nasceu como sanatório de tuberculosos é hoje o Hospital Regional de Divinolândia, administrado pelo consórcio de dezesseis municípios da região de São João da Boa Vista. Atende especialidades como oftalmologia, ortopedia, otorrinolaringologia e dermatologia, abriga os moradores do Solar das Magnólias e, segundo o artigo de Orlanda Maria Grespan de Faria, escrito por volta de 2011, foi apontado como o sétimo melhor hospital público do Estado numa pesquisa de satisfação dos usuários do SUS feita pela Secretaria da Saúde[7].

Outra instituição de assistência da cidade é o Lar da Criança de Divinolândia. Começou em 19 de janeiro de 1980 como uma creche para dezesseis crianças no porão da igreja, criada por duas religiosas e um padre; em 1982 a prefeitura cedeu o prédio onde funciona até hoje, em péssimo estado, e depois das reformas, parte delas concluída em 1985, passou a atender cerca de sessenta crianças[17].

A POLÍTICA DE HOJE

Desde 2021, a prefeitura é dirigida por Antônio de Pádua Aquisti, o Padoca, que antes fora vereador e vice-prefeito[18]. Em outubro de 2024 ele foi reeleito com 2.959 votos, 40,7% dos votos válidos, contra 2.376 de João Vivarelli e 1.933 de Paulo Aurelietti[19].

PEREGRINOS E PÃO DE QUEIJO

Em fevereiro de 2019, Divinolândia recebeu do Estado o título de Município de Interesse Turístico; o guia de turismo do Estado destaca os mirantes, as cachoeiras, o circuito de cicloturismo e o pão de queijo doce[13]. A cidade está também no Caminho da Fé, a rota de peregrinação que vai até Aparecida. No ramal que sai de Caconde, a etapa que parte de Divinolândia é a mais longa e a mais alta, com 35 quilômetros e um ponto a 1.420 metros de altitude[8]. E há o pão de queijo doce, inventado, segundo a família, por um padeiro filho de italiano para atender os viajantes de Minas que pediam pão de queijo[9].

O LUGAR NA PENA DOS OUTROS

Nenhum escritor ou artista conhecido que tenha escrito sobre Divinolândia apareceu nas buscas feitas para este livro. Mas o lugar aparece nas cartas de dois governadores do século XVIII, no tempo do ouro e dos quilombos, e no relato de um voluntário de 1932. Seguem as frases inteiras, com a grafia das edições em que foram publicadas.

Luiz Diogo Lobo da Silva, governador de Minas Gerais, ao governador de São Paulo, em 1765, sobre o Campo Grande, o sertão onde estava o quilombo do Careca: "Tendo o Illmo. e Exmo. Snr. Conde de Bobadella pelas suas acertadas determinações a expensas destas quatro Commarcas, e riscos dos seus habitadores evacuado dos Negros quilombados, que infestavão com avultadas correrias, roubos, mortes, e outros insultos toda a extemçam do Campo grande, Novos Descubertos de S. Pedro de Jacuhy, Dezemboque, e Ouro fino, que em virtude da Ordem Regia de nove de Mayo de 1748 tocavam a Capitania de Minas Geraes como se evidenceya na Liberdade, que S. Magestade F. lhe concedeo de a demarcar com essa, que V. Ex. está regendo

pelos Limites, que a sua experiencia, e pratica dos Reaes interesses lhe manifestasse ser de mayor utilidade ao Real serviço, o que fez executar pela carta, que dirigio em 27 de Mayo de 1749 ao Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes Thomaz Ruby de Barros Barreto, o qual em observancia da referida ordem, e dita carta effeytuou em 24 de Setembro de 1750 na forma, que faz manifesto o auto da demarcaçam, termo de posse, e a que pela sua parte tomou a Camera do Rio das Mortes, e no Espiritual o Reverendo Bispo, que foy desta Dioceze, sem contradiçam dos moradores dessa Capitania, tendo sido notificados nas suas Cameras pelo expressado Ministro para se acharem por seus procuradores, ou pessoalmente, quando lhes parecesse, no refferido acto, alem da circunstancia, que occorre de que ainda convocandose antecedentemente com repetiçam para baterem as correrias dos Quilombos, e se livrarem da oppressam, que exerciam no territorio dessa Capitania, as quizeram antes padecer correndo o risco de os deyxar chegar a estado de se verem opprimidos, e sentirem mayores consequencias a não tomar esta de Minas o pezo, risco, e dispeza de debellar, e destruir os ditos Quilombos."[23]

D. Luiz Antonio de Souza, o Morgado de Mateus, governador de São Paulo, ao vice-rei, o Conde da Cunha, em 26 de março de 1767, sobre o ouro do Rio Pardo: "Já dei conta a V. Exa. em differentes cartas q'. Sua Magestade que Deos Guarde quando foi servido nomear-me para este Governo, me mandou instruir de que devia oppor-me inflexivelmente a todos os novos descubertos de ouro que se intentassem fazer para estas partes, e logo que cheguei a esta Capitania succedeo aparecer o do Rio pardo, que deo principio a questão de Demarcações entre esta Capitania, e a de Minas, que está pendente da rezolução de V. Ex." E, na mesma carta, sobre os soldados que ele mantinha lá: "Eu estimaria que o dito Snr. Governador tomase a si impedir aos seus subditos o continuarem nestes intentos, para eu poder retirar o meu destacamento, porque me dá imcomodo conserva-lo naquelle citio dezerto, e me he muito necessario para o serviço da Praça."[24]

O mesmo governador, ao novo vice-rei, o Conde de Azambuja, no fim de 1767, sobre os sertões disputados com Minas: "Pela parte do Governo de Minas se acha uzurpado todo o certão que deve tocar a esta Capitania com

todos os seus descubertos, em que não só fica defraudado o Real Erário com os quintos que delles deve perceber por se confundirem todas com a cota das cem arrobas, que se obrigarão a pagar os Povos de Minas annualmente, mas estão estes vassallos Paulistas, que forão os descubridores de todas as riquezas, espoliados totalmente dellas e sem nenhum proveito dos trabalhos de seus Avôs: Além disto vive-se naquellas terras sem a devida administração de justiça, porque longe do Governo das Geraes, e izentos desta jurisdição tem feito hum Quilombo de criminozos para onde todos se retirão."[24]

Hermann Moraes Barros, voluntário do batalhão de Romão Gomes, em relato publicado em 1984, sobre a missão dada a Herbert Levy em 1932: "Recebeu ele a incumbência de restabelecer a situação das áreas de São José do Rio Pardo, Grama, Sapecado, Caconde, Itaiquara, Vargem Grande e mais algumas estações abandonadas ao inimigo sem combate."[25]

A MEMÓRIA

Grande parte das fontes deste livro vem de uma pessoa: a professora Orlanda Maria Grespan de Faria, a Dona Landinha, autora dos livros de 1991 e de 2007 e de vários artigos usados neste livro, homenageada pelo Rotary Club de Divinolândia em 2024[10]. Muito do que ela juntou ainda não está ao alcance de quem procura na internet, e os capítulos deste livro mostram, um por um, o quanto falta: os nomes das pessoas escravizadas, os colonos das fazendas, os combatentes de 1932, o primeiro cinema, a campanha da emancipação.

Este livro termina aqui por enquanto, mas continua aberto. Cada fotografia guardada numa gaveta, cada documento de família e cada história contada pelos mais velhos pode virar uma página nova.

NOTAS E FONTES

1. IBGE. Censo Demográfico 2022, tabela 4709, município de Divinolândia (3513900). sidra.ibge.gov.br/tabela/4709
2. CUNHA FILHO, Aguinaldo Ribeiro da. A família Ribeiro da Cunha. *Revista da ASBRAP* , n.º 9, p. 236. asbrap.org.br/artigos/rev9_art10.pdf
3. Ver capítulos 1 e 10. IBGE. *Divinolândia (SP): histórico*. biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtb/saopaulo/divinolandia.pdf
4. IBGE. Produção Agrícola Municipal 2025, tabelas 1612 e 1613. sidra.ibge.gov.br/tabela/1613
5. Revista Espresso. *Produtores de café de Divinolândia apresentam a região*, 2015. revistaespresso.com.br
6. Associação Brasileira da Batata. *Cultura da batata em Divinolândia*. abbabatatabrasileira.com.br
7. GRESPAN DE FARIA, Orlanda Maria. Um sanatório para tuberculosos em "Espírito Santo do Rio do Peixe". *Revista da ASBRAP*, n.º 18, p. 88–89. asbrap.org.br/artigos/rev18_art5.pdf
8. Campo e Trilha. *Almanaque do Caminho da Fé*, p. 97. campoetrilha.com.br/downloads/almanaque-do-caminho-da-fe.pdf
9. EPTV, *Mais Caminhos*. *Tradição de família mantém viva receita centenária em Divinolândia*, 2026. redeglobo.globo.com (matéria)
10. Unyclub. *Rotary Club de Divinolândia homenageia historiadora*, 5/4/2024. unyclub.com.br/noticia/162265
11. Prefeitura de Divinolândia. *Divinolândia é a quarta cidade mais alta do Estado de São Paulo*, com base no Instituto de Geociências da USP. divinolandia.sp.gov.br/noticia/365
12. Wikipédia. *Divinolândia* (clima, limites, distância da capital e indicadores sociais, com base no IBGE, na Fundação Seade e no PNUD). pt.wikipedia.org/wiki/Divinolândia
13. Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo. *Conheça o Município Turístico de Divinolândia*. plataforma.turismo.sp.gov.br
14. IBGE. *Cidades e Estados: Divinolândia*, indicadores de área territorial (2025) e PIB per capita (2023, R$ 47.372,66), consultados pela API de indicadores do IBGE. ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/divinolandia
15. Wikipédia. *Rio do Peixe (afluente do rio Pardo)*. pt.wikipedia.org/wiki/Rio_do_Peixe_(afluente_do_rio_Pardo)

16. RuaCEP. *Divinolândia, SP: dados do IBGE da cidade* (IDHM 2010, do Atlas do Desenvolvimento Humano). ruacep.com.br/sp/divinolandia/ibge

17. Lar da Criança de Divinolândia. *História*. lardacriancadivinolandia.com.br/instituicao

18. Prefeitura de Divinolândia. *Detalhes do prefeito*. divinolandia.sp.gov.br/prefeitura

19. ND Mais. *Resultado do 1.º turno das eleições 2024 em Divinolândia (SP)*, com dados do TSE. ndmais.com.br (eleições 2024)

20. CaféPoint. *Grãos de altitude*, 30/12/2015. cafepoint.com.br/noticias/giro-de-noticias/graos-de-altitude-98251

21. Wikimedia Commons. *SaoPaulo Municip Divinolandia.svg*, mapa de localização de Raphael Lorenzeto de Abreu (2006). Licença CC BY 2.5. commons.wikimedia.org

22. LOPES, Válter Roberto; GRESPAN DE FARIA, Orlanda Maria. *Divinolândia... Nos Caminhos do Tempo*. Divinolândia: edição dos autores, 1991, p. 17–18, capítulo "As terras e a cidade bem dentro do olhar...", lido em fotografias das páginas de um exemplar. A altitude de 1.100 metros é a do livro; o IBGE, em 1957, dava 1.000 metros, e o Instituto de Geociências da USP dá 1.055 metros para a sede (nota 11). A idade dos jequitibás é estimativa dos autores, sem medição citada.

23. *Documentos interessantes para a historia e costumes de São Paulo*, v. XI: *Divisas de São Paulo e Minas Geraes*. São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, 1896, p. 264–265, "De Luiz Diogo Lobo da Silva, 1765", primeira frase da carta, conferida com a página impressa na digitalização da Biblioteca Digital da UNESP (ver capítulo 1, nota 17).

24. *Documentos interessantes*, v. XI, op. cit., p. 258, "Ao Snr. Conde da Cunha, 1767" (S. Paulo, 26 de março de 1767, assinada "D. Luiz Antonio de Souza"), primeiro e quarto parágrafos; e p. 259–260, "Ao Conde de Azambuja, 1767", item 5. A data de 13 de dezembro de 1767 da carta ao Conde de Azambuja é a do capítulo 1, nota 17. Transcrição conferida com a página impressa.

25. BARROS, Hermann Moraes. O ideal sagrado de 1932. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. LXXIX, 1984, p. 176. ihgsp.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Vol-79.pdf

26. Dados do gráfico: 1950, IBGE, *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, v. XXVIII, 1957, p. 289 ("O Recenseamento de 1950 apontou 6 797 habitantes"), biblioteca.ibge.gov.br; 1960 a 2022, série de população da Wikipédia, com base no IBGE e na Fundação Seade (a estimativa de 1958, de 9.302 habitantes, ficou de fora por não ser censo), pt.wikipedia.org/wiki/Divinolândia; 2022 conferido com a nota 1.